

21/03/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Comissão avaliará o que pode cair ou não no Enem](#)

[Ensino longe do adequado](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Tranquilão](#)

[PARA ELAS](#)

[Governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem](#)

[Bancada evangélica boicota Vélez, visto como maçã bichada](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC monta comissão para 'vigiar' Enem](#)

[Especialistas temem que prova perca em qualidade](#)

[ALFABETIZAÇÃO EM SP PRIORIZA MÉTODO HÍBRIDO](#)

O GLOBO - RJ

[ENEM no alvo](#)

[Decreto sobre alfabetização sinaliza foco em método fônico](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Desvinculando racionalmente](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - AL

[Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como nº 2 do MEC](#)

O DIA - RJ

[Alexandre João Appio: Dilemas da educação](#)

O POPULAR - GO

[Defesa da Ciência e Tecnologia](#)

Agências de notícias e sites

NOTÍCIAS AO MINUTO

[Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como nº 2 do MEC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Escolas mais tradicionais de SP mesclam métodos de alfabetização](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como número 2 do MEC](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Comissão do Enem deve ser técnica, não política, defende professor](#)

CORREIO WEB

[Poucos alunos brasileiros aprendem o adequado em português e em matemática](#)

G1

[Ceará lidera no Brasil evolução em aprendizagem no ensino fundamental, mas](#)

[desempenho no nível médio preocupa](#)

PORTAL ISTOÉ

[Alfabetização em SP prioriza método híbrido](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Alfabetização em SP prioriza método híbrido](#)

Imprensa Estadual

A NOTÍCIA - SC

[EDUCAÇÃO](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Inep reúne dados o Censo 2018](#)

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[Comissão fará análise ideológica de questões](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[As heranças da escola](#)

EXTRA - RJ

[Comissão vai fazer análise ideológica no Enem](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Enem vai identificar questões ofensivas a tradições](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Ensino bem abaixo da média](#)

METRO-DF

[MEC cria comissão para adequar questões do Enem](#)

O TEMPO - MG

[Procuradoria vai investigar Vélez](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA VALOR

[Ala militar quer ex-reitor da UnB como número 2 do MEC](#)

CLIC RBS

[Solo brasileiro contém mistura complexa de agrotóxicos, aponta estudo realizado em Rio Grande](#)

DIÁRIO DO PODER

[Antimicrobianos naturais prolongam tempo de conservação de pescado](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES publica alterações no edital do PrInt](#)

[Ao vivo: Seminário do Pró-Defesa](#)

RONDONÓTIAS - RO

[UNIR formará o primeiro doutor em Geografia da Região Norte](#)

AGÊNCIA BRASIL

[País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Bancada evangélica boicota Vélez, visto como maçã bichada](#)

[Quem é e o que pensa Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Vélez, Iolene e a desgraça do futuro da nossa educação](#)

CORREIO WEB

[Comissão do Enem vai identificar questões com teor ofensivo a tradições](#)

G1

[Número de ingressos em cursos de ensino superior à distância cresce no RS, aponta pesquisa](#)

[Cai aprendizado de matemática no último ano do ensino médio, aponta levantamento](#)

[Ufes abre concurso público de nível médio e superior com salários de até R\\$ 4,6 mil](#)

[Sead abre inscrições ao processo seletivo para perito médico em sete municípios do Pará](#)

[Santa Catarina aumenta índices de aprendizagem no ensino fundamental, aponta levantamento](#)

METRÓPOLES

[Deputados evangélicos cancelam reunião com ministro da Educação](#)

[País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres](#)

METRÓPOLIS

[Senado avalia flexibilizar regras do MEC para instalação de creches](#)

PORTAL EXAME

[Brasil mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres](#)

PORTAL ISTOÉ

[País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres](#)

R7

[Quem são os membros da comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem](#)
[Alfabetização em São Paulo prioriza método híbrido](#)

TERRA

[Escolas mais tradicionais de SP mesclam métodos de alfabetização](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministro pede fim de manipulação ideológica nas universidades](#)
[País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres](#)
Agências de notícias e sites

GRUPO ORZIL

[Programa de Verão CAPES/IIASA tem resultado divulgado](#)
[CAPES publica alterações no edital do PrInt](#)

O DIA MAIS

[CESMAC inaugura projeto que eterniza Intelectuais Alagoanos](#)

PAINEL NOTÍCIAS - AL

[Mulher, negra e doutora: uma história de superação na Ufal](#)

PORTAL DO AGRONEGÓCIO

[Pesquisa busca plantas resistentes ao carvão da cana-de-açúcar](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[TCU breca 1º leilão de rodovias de Bolsonaro](#)

PORTAL VEJA

[Deputados evangélicos cancelam reunião com ministro da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Quem são os membros da comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem](#)
[Comissão do Enem vai identificar questões com teor ofensivo a tradições](#)
Imprensa Estadual

O DIA - RJ

[Criação de comissão para revisar Enem preocupa especialistas](#)

O POPULAR - GO

[Estudantes e professores protestam por pagamento](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje](#)

GAZETA DE VOTORANTIM

[Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje](#)

PORTAL EXAME

[Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje](#)

TERRA

[Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Especialistas temem que revisão de itens do Enem comprometa qualidade e segurança da prova](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Entenda o que é o método fônico, que o MEC privilegia em sua política de alfabetização](#)

CORREIO 24 HORAS

[Evangélicos discutem boicotar ministro da Educação](#)

PORTAL ISTOÉ

[Inep cria comissão para decidir itens que farão parte do Enem 2019](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Criação de comissão para revisar Enem preocupa especialistas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Comissão avaliará o que pode cair ou não no Enem

O grupo, segundo o ministério, terá a função de verificar a existência de vies ideológico nas questões. Especialistas temem censura a perguntas sobre humanas e atualidades

EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) instalou ontem comissão composta por três pessoas para fiscalizar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Um dos membros é ex-aluno do atual ministro da pasta, Ricardo Vélez. A função do grupo é verificar a existência de vies ideológico nos questionamentos que comporão a prova. Professores e especialistas da área de educação avaliam que o processo pode trazer prejuízo às questões relacionadas a matérias de humanas e atualidades.

O grupo terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para “verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame”, segundo o ministério. Para a coordenadora do comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Catarina de Almeida Santos, “qualquer questão que discutir gênero, raça e feminismo pode ser censurada”.

Catarina entende que o processo de formulação e checagem das questões do Enem já é, por si só, rigoroso o bastante. Ela explicou que as questões são formuladas por especialistas de cada área do conhecimento escolhidos por meio de edital público. Após a elaboração das questões, os itens são direcionados a outra comissão, também com professores de cada área, que revisam a pertinência do conteúdo.

De acordo com Catarina, que também é professora de administração na Universidade de Brasília (UnB), apenas três profissionais não conseguiriam avaliar a capacidade técnica das questões. “A comissão que foi instalada não está capacitada para avaliar tecnicamente todos os conteúdos. O que essas pessoas podem avaliar são questões de controle, de censura, o que eles querem ou não que apareça nas provas”, acredita.

Vão compor a comissão o representante do Ministério da Educação, Marco Antônio Barroso Faria, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior; o representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor de Estudos Educacionais; e o representante da sociedade civil, Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

A comissão terá o prazo de 10 dias para ler os itens e recomendar ou não a utilização na montagem do exame, mediante justificativa. Para os itens não recomendados, o diretor de Avaliação da Educação Básica emitirá contraparecer para cada uma das assertivas não recomendados pela comissão. Em caso de discordância, cabe ao Inep a decisão

final. A leitura transversal das questões do Enem vai ocorrer antes da montagem da prova.

Ressalva

Rogério Basilio, diretor de um cursinho preparatório para o Enem em Brasília e professor de matemática apontou ressalvas à instalação da comissão. “Eu acho a criação do grupo válida, mas tenho um pouco de receio. Dessa maneira, você acaba doutrinando a linha das questões que serão desenvolvidas”, alertou. Para ele, a qualidade da prova deve ser mantida, porém o leque de temas a serem abordados pode diminuir.

“Nos últimos anos, o Enem tem se caracterizado por ter abordagem com repertório cultural e social muito grande. A partir do momento que você cria essa comissão, em um governo que deixa claro seus posicionamentos quanto a aspectos socioculturais do país, a gente teme”, ressalta. Basilio acredita que as principais disciplinas afetadas serão história, geografia, sociologia e filosofia.

Professor de redação em cursinho e analista de texto, Hudson Oliveira classifica a medida como preocupante. “Eu não vou falar que beira a censura, mas é uma restrição preocupante. A referência que a gente tem é a ditadura, quando esse tipo de conteúdo era fortemente restringido”, observa.

Oliveira afirmou ainda que os educadores costumam ter “medo” da restrição de conteúdos. Como professor de redação, ele explica que, em muitas ocasiões, a orientação dada aos alunos é que não se aborde assuntos relacionados ao governo.

Participação falha no DF

O DF foi a unidade da Federação que mais decaiu na avaliação no 3º ano do ensino médio. Os alunos de Brasília tiveram queda de desempenho tanto em matemática (-1%) quanto em português (-4%) em 10 anos. Foi a única unidade da Federação a piorar em português em todo o país. “O DF, com o maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do país, não pode apresentar resultados educacionais tão críticos. Esses dados devem acender um alerta para a nova composição da Secretaria de Educação”, alertou Gabriel Correa, do movimento Todos pela Educação.

O secretário de Educação do DF entre 2014 e 2018, Júlio Gregório, afirma que os números do ensino médio não refletem a realidade da capital federal. “Até 2017, o Saeb acontecia por amostragem, os alunos eram sorteados para fazer a prova. Em 2017, a avaliação passou a ser universal, mas não houve adesão suficiente”, disse.

“Infelizmente, a prova não foi bem difundida de modo que as grandes escolas de ensino médio, como Setor Leste, Setor Oeste, Ave Branca, não tiveram participação”, aponta.

Segundo Gregório, o número de escolas de fato consideradas no estudo foi muito baixo, pois em muitas, a quantidade de estudantes que fez a prova era muito pequena para ser examinada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Assim, do total de cerca de 90 escolas públicas de ensino médio do DF, o resultado do Todos pela Educação leva em conta a avaliação de alunos de apenas 13. “São predominantemente unidades que ofertam ensino noturno, localizadas em regiões carentes, em muitos casos, rurais.” Com relação à rede particular, a adesão também não foi efetiva. “A participação das privadas não é obrigatória, é voluntária e elas tinham inclusive que pagar uma taxa.” Outra questão que teria atrapalhado seria a falta de

noção de alunos e professores sobre a importância do exame. “Não justifica nosso resultado, foi uma falha nossa, não estimulamos os alunos a participarem como deveríamos ter feito. Eu, como secretário, podia ter cuidado melhor disso”, admitiu.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Ensino longe do adequado

O ensino de matemática e português no Brasil se mantém deficiente. Apesar de melhora em alguns anos do ensino fundamental, fica praticamente estagnado no 3º ano do ensino médio. Em todos os níveis, os índices de aquisição de conhecimento nas duas disciplinas estão longe do aceitável. Essas são algumas das conclusões de levantamento do movimento Todos pela Educação entre 2007 e 2017. O estudo se baseou no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que aplica provas para estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, em todo o país, a cada dois anos.

Apesar de o Saeb ser uma ferramenta de acompanhamento do ensino, o Todos pela Educação aplica outros critérios, mais elevados, aos resultados. “A gente estabelece um número do que seria adequado olhando outros países”, explicou Gabriel Correa, gerente de políticas educacionais do movimento.

Para ter um aprendizado considerado apropriado, é preciso atingir pelo menos 200 pontos em português e 225 em matemática no 5º ano; 275 e 300, respectivamente, no 9º ano; e 300 e 350 pontos, no 3º ano do ensino médio. “O levantamento apresenta dados que mostram a urgência de melhorar a educação básica. Sem isso, não vamos conseguir ser um país mais desenvolvido”, cobrou. Em 10 anos, os resultados do 5º ano foram os que apresentaram maiores avanços; seguidos pelos do 9º ano.

O Ceará foi a unidade da Federação que mais avançou nessas duas séries, tendo resultados semelhantes aos dos estados mais ricos do país. O Todos pela Educação também destacou o desempenho de Goiás como exemplo positivo.

O ensino médio não apresentou grandes avanços e, em alguns casos, até piorou. Tanto que o relatório não elencou nenhuma unidade federativa como caso de sucesso. “O ensino médio continua sendo a etapa mais crítica. Há muita evasão e os poucos alunos que conseguem terminar essa série têm um nível muito baixo”, afirmou Correa.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Tranquilão

Bolsonaro enviou mensagem ao ministro Ricardo Vélez (Educação) enquanto estava nos EUA para reafirmar a permanência dele no posto. Fez o gesto logo após ter encontrado o escritor Olavo de Carvalho, que declarou guerra a nomes do MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/21/queda-da-provacao-de-bolsonaro-coincide-com-insatisfacao-crescente-no-congresso-e-amplia-ameaca-a-reforma//>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO PARA ELAS

A Universidade Brasil, que fornece cursos à distância e presenciais em campi no estado de São Paulo, deu dez bolsas de estudos para atletas da equipe de futebol feminino do

time do Corinthians.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/03/militares-temem-abordagem-sobre-embaixada-em-ida-de-bolsonaro-a-israel.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem

Composto por três integrantes, grupo terá dez dias para concluir os trabalhos Brasília

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) nomeou nesta quarta-feira (20) uma comissão para fazer uma avaliação ideológica das questões do Enem 2019. A comissão terá apenas dez dias para a conclusão dos trabalhos. A criação do grupo foi noticiada em fevereiro.

O governo Jair Bolsonaro (PSL) decidiu criar a comissão com o principal objetivo de expurgar itens que abordem uma suposta "ideologia de gênero", termo nunca usado por educadores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/governo-bolsonaro-cria-comissao-para-fazer-analise-ideologica-de-questoes-do-enem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bancada evangélica boicota Vélez, visto como maçã bichada

Reunião que seria realizada entre bancada e ministro foi cancelada nesta quarta (20)

Rio de Janeiro e Brasília

Uma reunião que aconteceria nesta quarta (20) entre a bancada evangélica e o ministro da Educação, mas acabou cancelada em cima da hora, escancarou o desejo do bloco religioso em se distanciar de Ricardo Vélez Rodríguez.

A princípio visto com simpatia, Vélez agora seria uma "maçã bichada", nas palavras de um parlamentar evangélico com quem a Folha conversou. Ou seja, eles só teriam a perder se associado a um nome que periga cair logo, logo. Fora o apetite para ver um aliado da frente substituindo-o no MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/bancada-evangelica-boicota-velez-visto-como-maca-bichada.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC monta comissão para 'vigiar' Enem

Educação. Governo nega censura e alega que visa a 'identificar abordagens controversas'; avaliação dos 3 nomeados levará 10 dias e vasculhará 2 mil itens elaborados por professores federais. Bolsonaro já havia dito que ele mesmo veria a prova, antes da aplicação

O Ministério da Educação criou ontem grupo para fazer um pente-fino nas questões do Enem. O objetivo, segundo o MEC, é “identificar abordagens controversas” e ofensas a tradições. Educadores mostraram preocupação.

O Ministério da Educação (MEC) criou ontem uma comissão com três pessoas para fazer um pente fino nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O grupo inclui um ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e um procurador de Justiça ligado a Eduardo Bolsonaro. Os critérios para essa averiguação não foram detalhados. Em nota técnica, o governo afirmou apenas que o objetivo da medida é “identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais”.

A avaliação durará dez dias e vai vasculhar os cerca de 2 mil itens, como são chamadas as questões do Enem, já elaborados por professores de universidades federais. As perguntas também já passaram por diversas etapas de checagem feitas por especialistas em avaliação e nas áreas de Humanidades, Matemática e Ciências.

Nenhum dos integrantes da comissão tem experiência com avaliação ou com as áreas cobradas na prova. Apesar disso, o MEC informou que eles farão uma “leitura transversal”, considerada “uma etapa técnica de revisão de itens”. A criação do grupo foi noticiada ontem com exclusividade pelo estadao.com.br.

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno de Vélez, que é assessor no MEC; Antônio Maurício Castanheira das Neves, um dos diretores do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

Oliveira é considerado um guru na área do Direito do filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. Em entrevista dada a uma revista da Igreja Católica, afirmou que há uma “contaminação ideológica esquerdizante” na comunidade jurídica brasileira. Barroso Faria é formado em Filosofia. Teve mestrado e doutorado em Ciência da Religião orientados por Vélez. Castanheira é psicólogo, com doutorado em Filosofia e pesquisas na área de Educação. Ele foi indicado para o Inep pelo atual presidente Marcus Vinicius Rodrigues.

Os três terão acesso à sala de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para “verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame”, segundo nota do Inep. O governo nega que se trate de censura. Para entrar na área, que fica no prédio do Inep, é preciso se identificar por impressão digital e passar por um scanner de corpo, como os usados em aeroportos nos Estados Unidos.

Se o grupo considerar que a questão deve ser eliminada, o diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, Paulo Cesar Teixeira, juntamente com sua equipe técnica, ainda poderá discordar. Nesse caso, o presidente do Inep decidirá se a questão sai ou fica. Ele é engenheiro, especializado em gestão e produtividade, e foi indicação dos militares.

O Estado apurou que a criação da comissão levou a divergências internas no MEC. A pasta enfrenta disputa entre grupos, o que enfraquece Vélez. Alguns defendiam que os

critérios para a avaliação da comissão fossem bem definidos para não criar problemas jurídicos.

Bolsonaro. O presidente Jair Bolsonaro já criticou algumas vezes as questões do Enem e disse que ele mesmo veria a prova antes da aplicação. Especialistas sustentam que isso colocaria em xeque a segurança. Bolsonaro não gostou de uma pergunta no último Enem que falava de um dialeto usado por transexuais. O filho dele, Eduardo Bolsonaro, também já disse, ao se referir ao Enem, que os alunos não precisam saber “sobre feminismo, linguagens outras que não a Língua Portuguesa ou História conforme a esquerda”.

Os membros da comissão assinarão termo de compromisso de confidencialidade e sigilo. O Inpe afirmou que eles não saberão quais questões efetivamente serão usadas no Enem deste ano. A prova tem 180 itens e será aplicada nos dias 3 e 10 de novembro. Ela seleciona para vagas nas universidades públicas e particulares do País.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Especialistas temem que prova perca em qualidade

Professores destacam que a definição das questões passa por um rigoroso crivo técnico e também receiam pela segurança do exame

A criação de uma comissão para avaliar as questões do Enem e a “pertinência com a realidade social” foi criticada por educadores. Eles temem que a interferência de pessoas de fora da área de avaliação educacional – nenhum dos três indicados tem experiência nesse campo – possa colocar em risco a qualidade e a segurança. Para eles, criase insegurança sobre uma prova que afeta milhões de alunos e distribui centenas de milhares de vagas em universidades públicas e programas como o Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento Educativo (Fies).

Cipriano Luckesi, doutor em avaliação do aprendizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz que a construção do banco de itens é complexa e levou muitos anos. “É um problema técnico. Os itens são formados por uma bancada de especialistas de cada uma das áreas. Pessoas sem intimidade têm conhecimento restrito para avaliar a qualidade e a pertinência das questões.”

O especialista em avaliação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Francisco Soares também destaca que a análise dos itens é “um ato profissional”. Soares foi presidente do Inep entre 2014 e 2016 e diz que cada questão já passa por várias etapas de verificação para cumprir os objetivos da prova. “Não estão claros os critérios que serão usados. É uma comissão sem expressão técnica e sem legitimidade acadêmica. Fora isso, não se pode analisar uma questão de Física sem ser professor de Física”, diz.

Ele também lembra que todas as questões do Enem já são verificadas para que não “se ofendam os valores essenciais da democracia”. Por exemplo,

ele cita que não se pode ter apologia ao crime. “O Brasil é muito plural, algumas pessoas podem estranhar alguma coisa, mas não dá para ter homogeneidade. Não se ensina uma pessoa dizendo para ela pensar de uma única maneira”, completa, lembrando que a prova acaba por determinar o currículo das escolas de ensino médio do País.

Luckesi diz ter ainda preocupação com a subjetividade da avaliação do que a comissão pode considerar “pertinente com a realidade social”. “Há anos, o Enem traz questões que abordam a igualdade de gênero e o combate à discriminação, como muitos outros países já fazem em suas provas de ingresso à universidade. Será que essas questões serão retiradas?”

Ocimar Alavarse, especialista em avaliação educacional pela Universidade de São Paulo (USP), entende que a criação da comissão fere o protocolo de elaboração do Enem, que vem sendo aperfeiçoado desde a sua criação em 1998. “Há um protocolo para a elaboração de um item, a testagem antes de ser incluído na prova. Desde o início da elaboração, há um procedimento para garantir o sigilo. Os resultados do Enem são usados para a distribuição de bens públicos, que são as vagas em universidades públicas, e isso precisa ser feito com a maior lisura possível”, ressaltou.

Gilberto Alvarez, diretor do Cursinho da Poli, diz que a análise das questões por uma comissão que não é formada por especialistas de cada área quebra a lógica técnica que orientava o Enem. “A prova é feita por técnicos capacitados, que estudam cada uma das disciplinas há anos. Com que critérios e embasamento essas três pessoas vão definir o que entra e o que sai?” Para ele a área de Humanidades é a que corre mais risco de interferência e ele teme que conteúdos importantes fiquem de fora após a análise.

Cotidiano. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte disse que os procedimentos que garantem a qualidade e a segurança da prova vinham sendo aprimorados e espera que não se percam. “Foram anos para ganhar confiança no Enem. Espero que a qualidade não se perca, que questões que avaliam habilidades importantes no aluno que vai ingressar no ensino superior não sejam deixadas de fora. A prova tem de ter amplitude e refletir as situações cotidianas da sociedade brasileira.”

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE ALFABETIZAÇÃO EM SP PRIORIZA MÉTODO HÍBRIDO

Tanto escolas tradicionais quanto inovadoras não veem sentido em só usar o sistema fônico

O método fônico, escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da “guerra de métodos” não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas “alfabetizar com método”. Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do

fônico. “Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão”, diz a coordenadora Joana D’Arc Gonçalves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. “Que nada tem a ver com o fônico”, esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. “Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano.”

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. “Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização”, diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoino.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. “Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade”, diz.

Bilíngue. Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana “balanced literacy”, com estratégias dos métodos global e fônico. “Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto”, diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas – são 45, enquanto no português são 31. “O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

ENEM no alvo

Comissão quer tirar viés ideológico do exame

BRASÍLIA E RIO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia ligada ao Ministério da Educação (MEC), criou uma comissão para inspecionar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A informação foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

A iniciativa, revelada pelo GLOBO em fevereiro, consiste em fazer uma revisão das questões para retirar da prova deste ano enunciados que o governo considere de viés “ideológico”. Esta é a primeira vez que uma comissão como essa é criada.

O grupo que fará esse pente-fino será composto por Marco Antônio Barroso Faria,

secretário de Regulação e Supervisão do MEC; Antônio Mauricio Castanheira, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, que entra como representante da sociedade civil.

A finalidade, segundo a portaria, é "realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Enem 2019". Essa leitura tem como objetivo "verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Segundo nota técnica do Inep para ditar as diretrizes da comissão, ela pretende "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". O documento não traz exemplos do que será considerado ofensivo ou controverso. A nota defende que "avaliadores externos atuem no processo de validação de conteúdo dos itens, de forma que a análise não perpassa aspectos formais e pedagógicos, mas temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame"

Os integrantes do grupo terão acesso a um espaço reservado e a informações privilegiadas. Eles trabalharão no Ambiente Físico Integrado Seguro, na sede do Inep, em Brasília, onde ocorre o processo de montagem do Enem e de outros exames de responsabilidade da autarquia.

"PERFIL CONSENSUAL"

O ambiente é isolado, sendo acessado apenas por uso de digitais. O Inep argumenta que, por ter caráter sigiloso, não haverá publicação do relatório de trabalho sobre o processo. A portaria diz ainda que os membros da comissão assinaram um Termo de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo e, por isso, não poderão se pronunciar sobre a atividade.

A comissão vai ler as questões para recomendá-las ou não antes da montagem da prova. A Direção de Avaliação da Educação Básica do Inep emitirá um parecer para cada questão vetada. Caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, dar a palavra final em caso de discordância.

Questionado pelo GLOBO se a revisão de itens do Enem não seria uma espécie de censura, o MEC negou. Disse, repetindo trechos da portaria, que o objetivo da comissão é analisar as questões para verificar sua "pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame". Embora afirme que as questões consideradas inadequadas não serão retiradas do Banco Nacional de Itens, elas não irão para o Enem.

Sobre os critérios de escolha dos membros do grupo de revisão, principalmente o integrante que representa a sociedade, restringiu-se a dizer que "os especialistas da comissão são nomes reconhecidos na área".

Educadores criticaram a decisão. Para eles, a medida coloca em risco a qualidade do exame e sua pluralidade.

—O Enem é uma prova elaborada com uma lógica muito específica, que requer

conhecimento técnico grande. Toda questão é testada, tirar uma delas ou mudar seu aspecto desconstrói a lógica do exame e faz com que a prova perca sua eficiência— disse Anna Helena Altenfelder, presidente-executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. —O senso comum pensa que elaborar o Enem é como fazer uma prova de escola, e não é assim, é sofisticado e requer conhecimento especializado.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro criticou uma questão da prova de Linguagens da última edição do exame, em que é cobrada a compreensão do candidato sobre o que é "dialeto". Como exemplo, a prova mencionava um dialeto usado por travestis e gays.

Saiba quem faz parte do grupo

> Representante do Inep na comissão, Antonio Castanheiras das Neves, psicólogo com doutorado em Filosofia, relata em seu currículo ter coordenado projeto de pesquisa no qual uma das intenções era pesquisar sobre valores que os docentes "pretendem inculcar" nos alunos e analisarem que medida as práticas da escola representam "formas de governo" dos estudantes. "Inculcar" é sinônimo de "doutrinar", palavra recorrentemente usada pelo governo na área da Educação.

> O pesquisador é antigo conhecido de Marco Antonio Barroso Faria, o indicado pelo MEC para fazer parte da comissão. Faria é pupilo do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e foi orientado por ele no mestrado e no doutorado. Ele ocupa hoje a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) da pasta. A formação de Barroso Faria é na área de Ciência da Religião.

> Já o procurador de Justiça de Santa Catarina Gilberto Callado de Oliveira, escolhido para ser o representante da sociedade civil, já chamou professores de "corrompidos", falou em "contaminação ideológica das universidades", é contra o que chama de "ideologia de gênero" e assíduo em encontros de monarquistas, atuando inclusive como organizador. Os três membros da comissão não quiseram dar entrevista.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Decreto sobre alfabetização sinaliza foco em método fônico

Texto será apresentado como vitrine dos cem primeiros dias da gestão

Elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) para os cem primeiros dias de governo Bolsonaro, a minuta do decreto que instituirá a Política Nacional de Alfabetização fala em "erradicação" do analfabetismo "no território brasileiro" de crianças e adultos, inclusive os que estão "fora do ensino formal". Apesar da meta ambiciosa, o texto não dá detalhes de como será "a assistência financeira da União" prevista para estados e municípios que aderirem à política.

O texto, na versão à qual o GLOBO teve acesso e que ainda pode passar por mudanças, sinaliza que o método fônico de alfabetização pode vir a ser privilegiado nas ações. Hoje, a metodologia fônica, em que a aprendizagem começa com os sons das letras, passando para sílabas, até chegar às palavras, rivaliza com as técnicas associadas ao construtivismo, em que se parte de textos e experiências sobre as funções da linguagem rumo a palavras, letras e sons, considerado mais moderno.

Educadores são praticamente unânimes em afirmar que não se deve elegeer um único método de alfabetização e há divergências sobre o alcance da técnica fônica. O principal defensor do método é Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC. Em um blog que mantém, Nadalim, mestre em Educação e seguidor do ideólogo de direita Olavo de Carvalho, critica o construtivismo como o "erro" do sistema educacional brasileiro.

Entre os "princípios" da política de alfabetização descritos no decreto, estão "cinco pilares: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto". Em outro trecho que pode apontar para a tendência ao método fônico, são colocadas como diretrizes o ensino de habilidades como "consciência fonológica, consciência fonêmica, conhecimento alfabético", entre outros.

A minuta do decreto destaca ainda o "reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização". E traz um rol amplo como "público-alvo" da política, desde crianças na primeira infância a jovens e adultos fora do ensino formal, além de professores da educação básica e dirigentes das redes públicas de ensino.

A redação do decreto estabelece "priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental". A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, antecipou a alfabetização para o 2º ano do ensino fundamental. Antes, o processo deveria ser concluído até o 3º ano. O decreto em elaboração pelo governo não menciona a BNCC, que, por sua vez, não estabelece os métodos a serem usados.

Dentro do próprio governo, integrantes de uma ala mais técnica veem o texto com ressalvas por apresentar foco em determinado método. A falta de objetividade no desenho do projeto, que ficou sem menção mínima sobre o financiamento e requisitos para parcerias, na visão dos críticos, é outro ponto que pode fragilizar a proposta, sobretudo em um momento no qual o ministério, em meio a uma crise interna, é chamado a mostrar resultados. (Renata Mariz)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Desvinculando racionalmente

Uma linha intermediária entre o extremo da rígida vinculação atual e o outro extremo, da desvinculação total, é possível. O Brasil já dispõe de bons indicadores da qualidade da educação, como o Ideb para a educação básica ao encargo de municípios, e o Enem para o Ensino Médio sob responsabilidade dos Estados. É possível implantar uma desvinculação responsável definindo-se em lei federal critérios para a flexibilização das vinculações atuais. Por exemplo, municípios que superassem uma nota de referência no Ideb poderiam reduzir a fração da receita destinada à educação básica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6172607/desvinculando-racionalmente#impresso528172>

topo ↕

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como nº 2 do MEC

Indicação seria uma forma de garantir apoio dos militares à permanência de Vélez Rodríguez

Para tentar estancar a crise no MEC (Ministério da Educação), a ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) quer definir a nomeação do cargo número 2 na pasta. A aposta dos militares é o ex-reitor da UnB Ivan Camargo.

A indicação seria uma forma de garantir não apenas o apoio momentâneo dos militares à permanência do ministro Ricardo Vélez Rodríguez mas também configuraria uma espécie de intervenção branca na pasta.

Vélez precisou demitir o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi após mudanças de cargos no ministério atingir alunos do escritor Olavo de Carvalho. O episódio expôs uma disputa entre o grupo de militares, olavistas e técnicos oriundos do Centro Paula Souza de São Paulo que atuam no MEC.

Outros dois nomes indicados por Vélez, Rubens Barreto e Ioelene Lima, foram barrados por pressão do mesmo grupo. A secretaria-executiva é considerada o motor do MEC, por onde passam todas as decisões importantes.

Camargo é próximo a militares da cúpula do governo. Engenheiro elétrico, foi reitor da UnB (Universidade de Brasília) entre 2012 e 2016. Entre outras funções, comandou a superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Desde a transição de governo os militares mantém influência no MEC. Os presidentes do FNDE, Carlos Alberto Decotelli, e do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, são do grupo. O presidente da **Capes**, Anderson Ribeiro, foi reitor do ITA, instituição de ensino ligada às Forças Armadas.

Além disso, o general Osvaldo de Jesus Ferreira é presidente da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), órgão também ligada ao MEC.

topo 

O DIA - RJ - OPINIÃO

Alexandre João Appio: Dilemas da educação

A escola necessita de uma reestruturação, principalmente em seus conceitos e funções na a escola, com pais e alunos.

Rio - A qualidade na educação vai melhorar com as “novas ideias” para seu incremento, como a militarização ou educação domiciliar?

Teremos efetivamente redução do analfabetismo funcional e total, que hoje somos os campeões da América Latina? Teremos uma democracia com oportunidade para todos na educação básica e superior?

Atualmente pode-se observar vários discursos sem nexos ou base na verdade. São ilusões que não se farão sentir na realidade. Atualmente quando ocorre um novo anúncio midiático de algum ministro ou agregado, este é distorcido e passa a ser adotado como sendo uma verdade absoluta!

Isso não seria uma patologia coletiva, epidêmica?

Os fatos reais: em um presidencialismo, para cada lei proposta, a mesma deve passar pelas duas casas - deputados e senadores e sancionada pelo presidente - para ser

efetivamente aprovada e ter status de lei. Portanto, não passa a sê-lo a partir de um anúncio.

No Brasil, já temos o EAD no ensino médio, na faculdade, temos provas a distância, temos a obrigação de passar de alunos. Isso seria qualidade, ou formação de analfabetos funcionais em série, incapazes de interpretar dois parágrafos? É literalmente uma idiotização em massa, sendo a ignorância um projeto de poder.

Convenhamos: a escola necessita de uma reestruturação, principalmente em seus conceitos e funções na a escola, com pais e alunos. Estamos atrasados a décadas, bem diferente dos países vizinhos. Aqui, alguém quer fazer uma faculdade, se qualificar, vai passar o resto da vida pagando. Pode conseguir crédito ou empréstimo em faculdades gerenciadas por grandes corporações, que querem lucrar, não qualidade. Nos países vizinhos, o ensino superior é bem mais acessível e de qualidade.

E pensemos: fala-se em educação domiciliar – outro discurso. Os pais já têm escassa instrução, não conseguem tempo para seus filhos e nem passar valores coerentes. Sem falar na ausência de socialização neste caso. Como seria possível? Falta a percepção de que as mazelas que vemos na educação vem na maioria dos casos da própria família. Além disso tudo, se deu ênfase a “militarização” da escola: se esta ocorrer ao nível dos colégios militares atuais é bem-vinda, pois os mesmos promovem qualidade e a inserção de todos os envolvidos na educação.

Sim, o fim do túnel não tem luz, mas a névoa da alienação e ignorância, em que grande parte da população vai continuar – como é hoje – esperando que alguém fale o que devem fazer, comprar, pensar, esperar, na incapacidade cognitiva de perceber e interpretar seu entorno, sua vida, sua sociedade, reflexo de mais de 60% da população com ensino médio incompleto, conforme o TSE, embasados nas redes sociais.

Alexandre João Appio é autor do livro Sociologia – dinâmicas e contextos para sala de aula

topo 

O POPULAR - GO - OPINIÃO

Defesa da Ciência e Tecnologia

GILBERTO KASSAB

Assumimos em maio de 2016 a pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que fundia as áreas governamentais responsáveis por dois grandes setores da economia brasileira. Parcelas expressivas da comunidade científica e de entidades representativas desses segmentos se mostraram receosas com a fusão. Temiam que não “daria certo” conectar o que se acreditava serem áreas díspares, e ainda havia quem visse o fantasma do enfraquecimento político das causas desses setores, sobretudo em meio à crise econômica vivida pelo País. Passado aquele instante inicial, acredito que pouco a pouco pudemos fazer ver que nossa equipe esteve no Ministério com um grande propósito: pelas causas da ciência, da tecnologia e das comunicações.

O tempo todo exercitamos — eu e a equipe que me acompanhou — essa grande tarefa que é a articulação política. Junto ao Palácio do Planalto e aos gestores do “cofre” (a equipe econômica do Governo Federal), para que se observasse sobretudo que ciência precisa de apoio público, precisa de recursos — mesmo em um tempo de conter

despesas e ajuste fiscal. É preciso “colocar o dedo na ferida”: para o Brasil se desenvolver, sua ciência não pode prescindir do investimento público.

A partir de uma permanente pressão, conseguimos a liberação de orçamento para os grandes projetos, que deixamos como legados de uma gestão. Destaco o acelerador de partículas Sirius, cuja primeira fase foi entregue em novembro passado em Campinas é o maior projeto da ciência brasileira — mais avançado no mundo em sua classe de equipamentos e que vai permitir pesquisas em diferentes segmentos.

No campo das telecomunicações, destaco também o programa “Internet para Todos”, com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, assegurando acesso à banda larga em todo território nacional, conexão em escolas e unidades de saúde, além das inúmeras possibilidades que a rede proporciona.

Um antigo Ministério da Ciência e Tecnologia que enfrentava dificuldade para honrar seus compromissos chegou a 2019 como MCTIC com contas equilibradas e também outros projetos “engatilhados”, como o Reator Multipropósito Brasileiro (que vai permitir ao País a produção de radiofármacos, que têm aplicação em medicina nuclear, importante para o tratamento do câncer). Também com editais de pesquisa do CNPq (foi lançado por exemplo o maior edital da história do órgão, com recursos da ordem de R\$ 654 milhões), projetos de apoio à inovação (como o programa “Centelha”, que já está a todo vapor, em todas as regiões do País) e um volume inédito de recursos aportados no país pelo BID (US\$ 1,5 bilhões), para apoiar projetos de inovação em diversos setores. Voltou-se no País também a se outorgar a Ordem Nacional do Mérito Científico, reconhecendo aqueles que produzem conhecimento em prol de nossa sociedade. E reinstalouse o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão de discussão de políticas públicas para o setor envolvendo o governo, a academia e diferentes entidades. Para além dessa instância, os gabinetes do MCTIC estiveram sempre abertos e em permanente interlocução com as organizações representativas da ciência e do setor empresarial. Seja debatendo os grandes projetos, como o Sirius, a necessidade de recursos, assim como também a construção de mecanismos legais. Foi entregue por exemplo em 2018 a regulamentação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, construído sob este signo de diálogo.

O marco torna menos burocráticos os procedimentos de pesquisa, aproxima cientistas e empresas, e facilita a internacionalização da pesquisa desenvolvida por aqui. Falo também da TV digital que chegou a 2019 com uma cobertura a 130 milhões de brasileiros. Também se destacam avanços no setor de radiodifusão, com as migrações de AM a FM que melhoram o sinal e a desburocratização para outorgas, tudo com muita transparência. Mas, falando puramente em ciência volto a afirmar: é preciso colocar o dedo na ferida. Por exemplo, os cortes orçamentários lineares determinados pela equipe econômica foram um erro.

Um Ministério com recursos pequenos frente ao montante total do “bolo” federal sofrer mais de 40% de seu orçamento cortado, como aconteceu em 2017, por exemplo, é não compreender o quanto ciência e tecnologia são estratégicas. Que a nova gestão do Ministério tenha sucesso na importante tarefa que tem à frente. E tenho certeza que dará o devido encaminhamento aos grandes projetos e às demandas do setor. Aprendi muito nesta passagem pelo MCTIC, e sou muito grato pela experiência. Como engenheiro e economista, já tendo sido também por exemplo presidente da comissão de Ciência e

Tecnologia da Câmara dos Deputados, sempre soube do papel desse setor, de como a ciência é transversal, está “em tudo” e precisa ser tratada com a devida prioridade. Este tempo de MCTIC reforçou esta convicção, ampliou-a. Estamos finalizando um balanço das atividades que desenvolvemos e tomar contato novamente com tudo aqui que foi debatido me levou a essas reflexões e uma afirmação final: é preciso defender e valorizar a nossa ciência.

Gilberto Kassab é engenheiro e economista, ex-ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

[topo](#)

NOTÍCIAS AO MINUTO - TEMPO REAL

Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como nº 2 do MEC Indicação seria uma forma de garantir apoio dos militares à permanência de Vélez Rodríguez

Para tentar estancar a crise no MEC (Ministério da Educação), a ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) quer definir a nomeação do cargo número 2 na pasta. A aposta dos militares é o ex-reitor da UnB Ivan Camargo.

A indicação seria uma forma de garantir não apenas o apoio momentâneo dos militares à permanência do ministro Ricardo Vélez Rodríguez mas também configuraria uma espécie de intervenção branca na pasta.

Vélez precisou demitir o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi após mudanças de cargos no ministério atingir alunos do escritor Olavo de Carvalho. O episódio expôs uma disputa entre o grupo de militares, olavistas e técnicos oriundos do Centro Paula Souza de São Paulo que atuam no MEC.

Outros dois nomes indicados por Vélez, Rubens Barreto e Ioelene Lima, foram barrados por pressão do mesmo grupo. A secretaria-executiva é considerada o motor do MEC, por onde passam todas as decisões importantes.

Camargo é próximo a militares da cúpula do governo. Engenheiro elétrico, foi reitor da UnB (Universidade de Brasília) entre 2012 e 2016. Entre outras funções, comandou a superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Desde a transição de governo os militares mantém influência no MEC. Os presidentes do FNDE, Carlos Alberto Decotelli, e do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, são do grupo. O presidente da **Capes**, Anderson Ribeiro, foi reitor do ITA, instituição de ensino ligada às Forças Armadas.

Além disso, o general Osvaldo de Jesus Ferreira é presidente da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), órgão também ligada ao MEC.

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Escolas mais tradicionais de SP mesclam métodos de alfabetização Tanto escolas tradicionais quanto inovadoras não veem sentido em só usar o sistema fônico

O método fônico, escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma

individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da “guerra de métodos” não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas “alfabetizar com método”. Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do fônico. “Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão”, diz a coordenadora Joana D’Arc Gonçalves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. “Que nada tem a ver com o fônico”, esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. “Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano.”

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. “Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização”, diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoio.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. “Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade”, diz.

Bilíngue

Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana “balanced literacy”, com estratégias dos métodos global e fônico. “Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto”, diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas - são 45, enquanto no português são 31. “O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico.”

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ala militar quer ex-reitor da Universidade de Brasília como número 2 do MEC Indicação seria uma forma de garantir apoio dos militares à permanência de Vélez Rodríguez

Brasília

Para tentar estancar a crise no MEC (Ministério da Educação), a ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) quer definir a nomeação do cargo número 2 na pasta. A aposta dos militares é o ex-reitor da UnB Ivan Camargo.

A indicação seria uma forma de garantir não apenas o apoio momentâneo dos militares à permanência do ministro Ricardo Vélez Rodríguez mas também configuraria uma espécie de intervenção branca na pasta.

Vélez precisou demitir o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi após mudanças de cargos no ministério atingir alunos do escritor Olavo de Carvalho. O episódio expôs uma disputa entre o grupo de militares, olavistas e técnicos oriundos do Centro Paula Souza de São Paulo que atuam no MEC.

Outros dois nomes indicados por Vélez, Rubens Barreto e Ioelene Lima, foram barrados por pressão do mesmo grupo. A secretária-executiva é considerada o motor do MEC, por onde passam todas as decisões importantes.

Camargo é próximo a militares da cúpula do governo. Engenheiro elétrico, foi reitor da UnB (Universidade de Brasília) entre 2012 e 2016. Entre outras funções, comandou a superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Desde a transição de governo os militares mantém influência no MEC. Os presidentes do FNDE, Carlos Alberto Decotelli, e do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, são do grupo. O presidente da **Capes**, Anderson Ribeiro, foi reitor do ITA, instituição de ensino ligada às Forças Armadas.

Além disso, o general Osvaldo de Jesus Ferreira é presidente da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), órgão também ligada ao MEC.

topo 

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Comissão do Enem deve ser técnica, não política, defende professor

Ex-presidente do Inep reforça que prova deve se pautar por objetivos de aprendizagem e não interesses políticos

O professor emérito da UFMG Chico Soares, que também atuou como presidente do Inep de 2014 a 2016, durante o governo de Dilma Rousseff, reagiu à criação da comissão que terá o papel de “avaliar” as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) anunciado pelo governo nesta quarta-feira 13.

“No período que estive no Inep, cada questão era verificada por comissões de especialistas, de professores de universidades, escolas, técnicos do Inep. Ela [a comissão] avaliava as questões em vários momentos e não havia nenhuma interferência da Presidência”, declara. A “supervisão” acontece pela primeira vez em 22 anos, desde que o Enem foi criado.

O grupo será composto por Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno do ministro Vélez, formado em Filosofia, doutor em Ciência da Religião pela UFJF, atual secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior no MEC; Antônio Maurício Castanheira das Neves, doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor de estudos educacionais do Inep; e um membro da sociedade civil, Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, também indicado por Vélez.

O ex-presidente do Inep defende o caráter técnico das antigas comissões, que atuavam a partir da matriz do Enem: “O teste é feito em cima de objetivos de aprendizagem. A matriz do Enem pode ser vista como um conjunto de objetivos que o jovem deve aprender e cada item da prova deve ter um rebatimento num objetivo de aprendizagem. Isso é uma questão técnica, não política”, adverte.

Carta Capital: Como o senhor vê a criação da comissão para avaliar as questões do Enem?

Chico Soares: O Enem é um exame que tem um enorme impacto social. No período que estive no Inep, cada questão era verificada por comissões de especialistas, de professores de universidades, escolas, técnicos do Inep. Ela [a comissão] avaliava em as questões em vários momentos e não havia nenhuma interferência da Presidência. Eu tratava o produto deles como profissional. Quando um paciente está sendo operado, você não entra para dizer que não pode fazer o corte daquela maneira. O teste é feito em cima de objetivos de aprendizagem. A matriz do Enem pode ser vista como um conjunto de objetivos que o jovem deve aprender, e cada item da prova deve ter um rebatimento num objetivo de aprendizagem. Isso é uma questão técnica, não política, ali não há muito espaço para outra condição que não a tradução pedagógica da matriz nos itens do teste.

CC: O MEC afirma que, embora a comissão tenha o direito de vetar questões, isso não se configura como censura. Qual a sua opinião?

CS: Para avaliar itens, uma comissão tem que ser composta por especialistas da área. Não há como uma pessoa de uma área genérica avaliar itens de diferentes áreas. Agora, pontos dúbios existem. Por exemplo, nas questões de Língua Portuguesa se discutia se foram incluídos textos mais clássicos ou apenas mais recentes, que tipo de autores eram incluídos; ou em uma área mais técnica, se eram questões mais conceituais ou de aplicação. Mas, ao longo dos anos, essas coisas iam se equilibrando justamente pela matriz que define claramente o que tem que estar no teste. Então, uma comissão tem que ser técnica, ter representantes de educação, professores das disciplinas que compõem o teste.

CC: A polêmica mais recente envolvendo questões do Enem foi em 2018 quando o presidente Bolsonaro criticou uma pergunta que falava de um dialeto usado por transexuais. À época, ele afirmou que veria a prova antes de ser feita pelos alunos.

CS: O Brasil é um país plural e o Enem um grande evento social, então é mais do que natural que ele seja escrutinado das muitas maneiras que compõe o Brasil. Agora, é lógico que as questões são passíveis de críticas de determinadas visões. A questão é o

critério utilizado: o que está sendo pedido rebate em um objetivo de aprendizagem?
Sim, sobre isso não há dúvidas. A escolha pode ser criticada, mas o objetivo está dado. Dialeto do uso da língua, por exemplo, existem e são vários. Como a presidente do Inep da época se manifestou [Maria Inês Fini], aquela questão refletia um determinado uso da linguagem. Temos que ter claro que o objetivo da educação básica é ensinar o aluno a pensar, isso é uma coisa muito importante e o Enem vai refletir essa diversidade.

CC: Como o senhor avalia a narrativa do governo de combater a ideologia de gênero e, a partir disso, interferir em conteúdos educacionais?

CS: Insisto que uma coisa que temos que ensinar na educação básica é a capacidade de pensar. As escolas deveriam dizer para todo professor e professora que discordar é usual, é esperado que se tenha diferentes maneiras de pensar em uma democracia, em um país plural. Agora, o aluno tem que aprender a perguntar, saber que existe uma outra formulação e isso também está na matriz, ou seja, é óbvio que isso terá que aparecer no teste.

CC: A criação da comissão e o possível “controle” não interfere na atuação do Inep?

CS: Todos os governos tiveram uma influência muito grande sobre o Inep, nesse sentido eu não vejo nada diferente do que já acontecia. Não é como no México, que o Inep, até agora, é completamente independente, um órgão sem vinculação. Muita gente entende que um órgão de avaliação da educação não pode depender de forma tão intensa de quem é responsável pela avaliação, mas não é o caso do Brasil. Aqui, a associação do MEC com o Inep é uma coisa que tem acontecido frequentemente. Nesse contexto, a criação da comissão é uma coisa esperada dada a forma de interação entre ambos. O Inep, principalmente em relação ao Enem, trabalha de uma forma muito associada ao ministro, exatamente pela relevância social da dupla.

CC: Como o senhor vê a importância do Enem?

CS: O Enem trouxe políticas importantes como a política de cotas e o Sisu, que permite aos estudantes o acesso às universidades públicas apenas com a nota do exame, o que é muito importante. O Enem também substituiu vestibulares muito centrados em conhecimentos factuais, mudou o tipo de objetivo que se cobra na prova, tudo são opções. Perdemos as leituras dos livros, mas ele foi um avanço importante na avaliação. Tem problemas? Sim. Por exemplo, nós não temos questões que não sejam de múltipla escolha, mas ele representa um avanço.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Poucos alunos brasileiros aprendem o adequado em português e em matemática
Ao longo de 10 anos, entre 2007 e 2017, o Brasil avançou pouco para fazer com que alunos do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio tenham o conhecimento apropriado para a série. A etapa final da educação básica é que a apresenta piores resultados

As escolas e os professores brasileiros têm apresentado maior sucesso ao ensinar o adequado em língua portuguesa e em cálculo para alunos do 5º ano do ensino fundamental — mesmo assim, menos da metade dos estudantes aprendem o que deveriam em matemática. No 9º ano, os índices de aprendizado satisfatório são um

pouco menores, mas seguem crescendo. Já o 3º ano do ensino médio está estagnado. Em todos os níveis, os índices de aquisição de conhecimento nas duas disciplinas estão longe de serem aceitáveis. Essas são algumas das conclusões de levantamento do movimento Todos pela Educação que investigou o percentual de alunos brasileiros que tiveram aprendizado adequado em português e em matemática entre 2007 e 2017. O estudo se baseou no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que aplica provas para estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio em todo o país a cada dois anos. O próprio Saeb é uma ferramenta de acompanhamento do ensino, mas o Todos pela Educação aplicou outros critérios, mais elevados, aos resultados.

“A gente estabelece um número do que seria adequado olhando outros países, fazendo uma transposição da nota do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)”, explica Gabriel Correa, gerente de Políticas Educacionais do Todos pela Educação. Para ter um aprendizado considerado apropriado pelo movimento, é preciso atingir pelo menos 200 pontos em português e 225 em matemática no 5º ano; 275 e 300, respectivamente, no 9º ano; e 300 e 350 pontos, no 3º ano do ensino médio. “O levantamento apresenta dados que mostram a urgência de melhorar a educação básica. Sem isso, não vamos conseguir ser um país mais desenvolvido. Está na hora de as pessoas que assumiram novos mandatos na política darem respostas efetivas com relação ao que vão fazer para mudar esse quadro”, cobra Gabriel Correa. Em 10 anos, os resultados do 5º ano foram os que apresentaram maiores avanços; seguidos pelos do 9º ano.

O Ceará foi a unidade da Federação de maior que mais avançou nessas duas séries, tendo resultados semelhantes aos dos estados mais ricos do país, apesar de ser um dos mais pobres. O Todos pela Educação também destacou o desempenho de Goiás como exemplo positivo. “Chama atenção em primeiro lugar que os dados do 5º ano continuam avançando consistentemente. Estamos longe de garantir aprendizado adequado para todos, mas o ritmo de crescimento é importante e é a boa notícia dessa divulgação”, analisa Gabriel Correa. “O 9º ano segue evoluindo, mas num ritmo mais lento, em patamares mais baixos, e acende um alerta para os gestores públicos de que não é uma etapa que pode ser esquecida”, completa. O ensino médio não apresentou grandes avanços e, em alguns casos, até piorou. Tanto que o relatório não elencou nenhuma unidade federativa como caso de sucesso, apesar de ressaltar o avanço apresentado pelo Espírito Santo na década avaliada. “O ensino médio continua sendo a etapa mais crítica. Há muita evasão e os poucos alunos que conseguem terminar essa série têm um nível muito baixo”, afirma Gabriel Correa.

“É algo muito importante para a vida profissional e a vida em sociedade e, se a gente continuar com níveis de aprendizado tão críticos, dificilmente chegaremos a ser um país desenvolvido”, diz. As taxas de aprendizado adequado das três séries avaliadas pelo estudo se relacionam. “O aprendizado é construído de forma dinâmica. O aluno que não aprendeu direito no 5º ano dificilmente aprenderá direito no 9º ano e, mais dificilmente ainda, aprenderá o resultado adequado no 3º ano.” Gabriel Correa pondera que rede particular está melhor, já que os resultados são “puxados para baixo pela rede pública”, no entanto, é nela que estão 80% dos alunos brasileiros. A gestão educacional, indica Gabriel, é um dos grandes caminhos para virar esse jogo. “A aprendizagem deve ser o foco dos gestores, no sentido de apoiar o trabalho dos professores. Os bons resultados

vêm de redes que, além disso, oferecem currículo e material didático de qualidade, avaliações que ajudam a identificar os alunos que precisam de reforço, formação continuada dos docentes”, elenca.

Tudo isso deve ajudar a fazer com que os alunos vejam mais sentido no que aprendem na escola, que é outro elemento essencial para que eles se interessem pelos conteúdos que veem em sala de aula. “O principal é que o modelo seja instigante e motivador para o estudante, que precisam ver no aprendizado questões que serão úteis para a vida dele.” Para fazer tudo isso acontecer, especialmente na rede pública, Gabriel defende que é preciso, principalmente, de gestão, mas investimento também é importante. “Com o dinheiro que o Brasil já investe, poderíamos ter resultados melhores com a melhor administração dos recursos, o que não significa que não possamos investir mais. Os países desenvolvidos investem muito mais por aluno. Quando a gente compara o percentual do PIB aplicado em educação, de fato, nossos valores são semelhantes, mas, para falar de qualidade, o que mais importa é o gasto por aluno”, comenta. “Para fazer um paralelo, se a gente quiser comparar o gasto que uma família tem com educação particular, a gente vai ver o valor da mensalidade, e não o percentual da renda da família que é gasto com o ensino do filho”, compara. “O Brasil gasta R\$ 6 mil por ano por aluno da educação básica, 60% menos que os países desenvolvidos”, aponta.

O DF foi a unidade da Federação que mais decaiu na avaliação no 3º ano do ensino médio. Os alunos de Brasília tiveram queda de desempenho tanto em matemática (-1%) quanto em português (-4%) entre 2007 e 2017; sendo os únicos a piorar em português em todo o país. “O DF, com o maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do país, não pode apresentar resultados educacionais tão críticos. Não tem justificativa, pois deveria ter resultados muito superiores. É fundamental que a nova gestão coloque o aprendizado dos alunos como foco. Esses dados devem acender um alerta para a nova composição da Secretaria de Educação”, alerta Gabriel Correa, do Todos pela Educação. Júlio Gregório foi secretário de Educação do DF entre 2014 e 2018 e alega que os números do ensino médio não refletem a realidade da capital federal. “Até 2017, o Saeb acontecia por amostragem, os alunos eram sorteados para fazer a prova. Em 2017, a avaliação passou a ser universal, mas não houve adesão suficiente”, diz. “Infelizmente, a prova não foi bem difundida de modo que as grandes escolas de ensino médio, como Setor Leste, Setor Oeste, Ave Branca, não tiveram participação”, aponta.

Segundo Gregório, o número de escolas de fato consideradas no estudo foi muito baixo, pois, em muitas, a quantidade de estudantes que fez a prova era muito pequena para ser examinada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Assim, do total de cerca de 90 escolas públicas de ensino médio do DF, os números foram formados a partir da avaliação de alunos de apenas 13 (veja quadro Colégios considerados). “São predominantemente unidades que ofertam ensino noturno, localizadas em regiões carentes, em muitos casos, rurais.” Com relação à rede particular, a adesão também não foi efetiva. “A participação das privadas não é obrigatória, é voluntária e elas tinham inclusive que pagar uma taxa.” Outra questão que teria atrapalhado seria a falta de noção de alunos e professores sobre a importância do exame. “O aluno pensa que não vale nada já que não vale nota e não trará nenhuma vantagem para ele. É como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) na época em que ainda não servia como porta de entrada para universidades, então a maioria não faz para valer”, observa.

“Não justifica nosso resultado, foi uma falha nossa, não estimulamos os alunos a participarem como deveríamos ter feito. Eu, como secretário, podia ter cuidado melhor disso”, admite. “Eu tenho certeza que, neste ano, o desempenho do DF será diferente se houver a participação efetiva dos alunos. Inclusive conversei com o atual secretário de Educação, Rafael Parente, no sentido de estimular os alunos este ano e mostrar a importância da prova”, conta Júlio Gregório. Álvaro Domingues, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe/DF), observa que os dados apresentados agora não são novidade. “Nós estamos provocando uma nova reflexão acerca de uma nova metodologia aplicada pelo Todos pela Educação aos resultados do Saeb. Só que qualquer régua vai medir do mesmo jeito. Os dados do Saeb evidenciam que o progresso foi um pouco mais substancial no 5º ano, um pouco mais discreto no 9º ano e, no 3º ano do ensino médio, quase que regrediu”, aponta. Ele concorda com Júlio Gregório no sentido de que os dados do DF não refletem a realidade.

“A amostragem ficou prejudicada pela baixa adesão. E, nas particulares, o fato de a participação ser espontânea e de ter um custo para a escola fez com que houvesse uma distorção. Ficamos atrás de muitos estados com condição de vulnerabilidade maior que a nossa. E eu não acredito nisso”, argumenta. “A gente tinha que estar melhor, pois temos estrutura física e corpo docente muito mais estruturado”, diz. “Eu espero francamente que a atual secretaria de Educação do DF se encontre, que haja definição de um foco político do que desejam desenvolver. E o mesmo com relação ao Ministério da Educação, que parece estar sem norte. Até agora não consigo entender a que vieram”, critica. O secretário de Educação do DF, Rafael Parente, está ciente das dificuldades de adesão e promete a aplicação de um simulado do Saeb como forma de estimular os estudantes. “Isso envolve um processo de conscientização e de convencimento para que os diretores e os professores se engajem”, afirma.

“Não teremos cursinho específico porque a gente tem que ter uma educação tão boa nas nossas escolas que a gente não precise se preocupar com os testes. O bom resultado nos testes têm de ser consequência do bom ensino”, defende. O desempenho insatisfatório, acredita Rafael Parente, tem a ver com “falta de condições de trabalho, desmotivação, material e metodologias ultrapassadas, famílias que não se responsabilizam por sua parte na educação de crianças e jovens, desigualdade socioeconômica e falta de gestão”. Ele defende que há espaço para melhorar, já que o DF conta com grande número de professores com boa formação, inclusive mestrado e doutorado, além de uma população com maior renda e nível de educação que muitas outras unidades da Federação. “Tem muito potencial mal utilizado aqui.” O secretário de Educação aposta que as cinco bandeiras que nortearão a educação no DF durante a gestão de Ibaneis Rocha podem ajudar a mudar o quadro.

Os cinco focos do ensino no DF

Conheça os principais pontos do plano estratégico EducaDF:

- 1) Sempre aprender (valorização e formação de professores, tecnologia e materiais didáticos melhores)
- 2) Educação para a paz (combate e prevenção de toda forma de violência, inclusive o bullying)
- 3) Escolas que queremos (o GDF elencou os 185 colégios que mais precisam de atenção para receber uma série de intervenções)

- 4) Excelência para todos (construção de mais escolas e creches, parcerias para ter unidades bilíngues e vocacionadas)
- 5) Inova (criação de 14 hubs, um para cada regional; e entrega de computadores para professores).

Colégios do DF considerados no Saeb

Escolas públicas de ensino médio do DF que tiveram resultados incluídos no Saeb de 2017:

- 1) CED Casa Grande
- 2) CED Dona América Guimarães
- 3) CED Engenho das Lajes
- 4) CED Osório Bacchin
- 5) CED Várzeas
- 6) CED 1 do Cruzeiro
- 7) CED 1 do Guará
- 8) CED 5 de Taguatinga
- 9) CED 123 de Samambaia
- 10) CEM Integrado à Educação 11) Profissional do Gama
- 12) CEM 1 do Núcleo Bandeirante
- 13) Colégio Militar Dom Pedro II

FALEM ESTUDANTES

Confira o que estudantes pensam sobre o aprendizado de português e de matemática

Laíza Leandra Vasconcellos de Oliveira, 16 anos, moradora do Cruzeiro, estudante do 3º ano do ensino médio do Centro de Ensino Médio (CEM) Setor Oeste

“Eu gosto muito de português e não tenho dificuldade. Já matemática, eu entendo mas, dependendo do conteúdo, eu tenho dificuldade. É por dificuldade minha mesma, meus professores se dedicam e me ajudam muito e, nas aulas, usam bastante slide que ajudam na compreensão. Minha escola tem uma estrutura básica que dá para usar, mas, talvez, não tenha estrutura suficiente para a inclusão de tecnologia e conteúdos mais interativo”

Bruno Marley Villegas Ribeiro, 17 anos, morador do Cruzeiro, estudante do 3º ano do ensino médio do Centro de Ensino Médio (CEM) Setor Oeste

“Nunca fui de exatas, então é um pouco complicado o estudo de matemática para mim. Já em português tenho facilidade, então estou indo bem. Na minha escola, tem a parte interativa e a parte chata, que é mais teórica. Meu colégio não está preparado para receber as novas tecnologias. Falta recurso para inovar.”

Cecília Siqueira Rocha Luchi de Araújo, 17 anos, moradora do Cruzeiro, estudante do 3º do ensino médio do Centro de Ensino Médio (CEM) Setor Oeste

“Em português, eu estou indo muito bem, consigo me virar, é uma matéria muito fácil.

Em matemática eu nunca fui bem porque não gosto de exatas. Uma parte disso pode ser minha culpa porque não entendo a matéria, mas eu não gosto também por falta de incentivo dos professores. Minha turma, os professores e a estrutura da escola não ajudam a gente a ter interesse nisso. Tem também a parte que não vou usar matemática no futuro: penso em fazer antropologia na faculdade. Já o português é bem útil desde agora, me ajuda muito a entender e interpretar os textos.”

Rayssa Cristina Garcia Alves, 18, moradora do Guará 2, estudante do 3º ano do ensino médio do Colégio Olimpo

“Minhas notas estão na média. Eu gosto das duas matérias, mas estudamos muito conteúdo além do que vamos usar na vida real. Eu sei que português é extremamente relevante, principalmente porque está relacionado à comunicação, à escrita e à interpretação. Claro que a matemática é importante também, mas não é muito aplicável no cotidiano. Na minha escola, as aulas são normais, tradicionais. Não existe muita interação, mas eu, particularmente, não vejo problema. Talvez porque não tenho muita dificuldade com os conteúdos.”

Lucas Marques de Souza, 14, morador do Gama, estudante do 9º do ensino fundamental do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 3 do Gama

“Eu gosto muito de matemática, é minha matéria preferida e minhas notas são boas. Já de português, eu não gosto muito, tenho um pouco de dificuldade. Não acho que vou usar tudo que estou aprendendo, mas sei que vai ser importante para o meu futuro saber o básico dessas matérias. As minhas aulas de português e de matemática são boas, mas poderiam ser melhores, mais interessantes, mais interativas, com uso da internet e tecnologia.”

FALEM PROFESSORES

Dois professores, um de português e um de matemática, que dão aulas em escolas da rede pública e da rede particular de ensino do DF, acreditam que o ensino das duas disciplinas precisa parar de ser tão distante da realidade dos alunos

Genildo Marinho, professor de matemática do Centro Educacional Leonardo da Vinci e da regional de ensino de Ceilândia

“Hoje, tanto a realidade da escola pública quanto a da escola particular são muito semelhantes com relação ao perfil dos alunos. O comportamento, a forma de vida é a mesma. Eles têm muita dificuldade de prestar atenção à aula, e isso piora no ensino médio. O que eu vejo de diferença é a cobrança dos pais, da sociedade, que querem um retorno maior. Agora, em termos de interesse pela aprendizagem por parte dos estudantes, é bem parecido. Muitos estudantes usam celulares, perdem o foco da aula, ficam sempre motivados por outras coisas que não a aula... Hoje, o professor precisa estar muito ligado com a tecnologia e com as metodologias ativas de ensino. É o que causa maior impacto em sala de aula, fugindo daquele formato expositivo. Eu não posso mais ser o cara que fica ali na frente falando 50 minutos sem parar. As metodologias ativas são uma grande luz.. Agora, a escola está buscando ficar mais próxima da realidade deles, mais tecnológica, com um jeito mais descolado de ensinar. Por um tempo, a escola ficou com esse ensino mais entediante, o que causou acúmulo de

problemas de aprendizagem. A matemática tem pecado muito por ter ficado distante da realidade dos meninos. Apesar de as propostas mais atuais do MEC serem no sentido de medir as competências dos alunos, há muitos conteúdos de sala de aula muito distantes da realidade deles. Eles não veem como usar aquilo no dia a dia.”

Ênio César de Moraes Fontes, professor de português do Colégio Presbiteriano Mackenzie e da regional de ensino do Paranoá

“As provas do Saeb, geralmente, como o Enem, são mais de leitura e compreensão. Por isso, os resultados insatisfatórios em português são mais preocupantes. A gente tem discutido muito, com a chegada da BNCC, um estudo menos artificial, menos distante da realidade do aluno. Acaba que é visto como utilitário o que precisa estudar porque vai cair na prova, mas fica artificial. Então para o jovem é assim: a escola me oferece algo em que não vejo valor. A sensação que eu tenho é de que a escola vai se distanciando desse jovem que está ali na sala. É uma geração que vive em outra frequência, faz parte de um mundo de grande apelo audiovisual. E todas as provas são escritas. Ao mesmo tempo, temos um ensino muito voltado para questões técnicas da língua, nomenclatura... Existe certo descompasso. Nós escrevemos cada vez menos. Um professor de literatura ensina tudo para o menino, mas o aluno nunca escreveu uma poesia. É uma fragilidade do nosso sistema. É uma geração que vivencia o audiovisual o tempo todo e tem cada vez mais resistência e dificuldade em relação à leitura, que é trabalhosa, exige vocabulário, domínio linguístico, e um repertório. Todo ensino acaba voltado para leitura e produção e produção de texto. Só que a gente vê um jovem, mesmo o de classe média alta, com repertório bastante limitado. E quando não é limitado, é alguém que já leu muita coisa, viajou, conheceu o mundo, encontra dificuldade de articular as ideias. Existe algo de errado com certeza. Até porque, no Enem, num universo de 6 milhões de pessoas, só 55 tiraram nota mil na redação.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ceará lidera no Brasil evolução em aprendizagem no ensino fundamental, mas desempenho no nível médio preocupa

O estudo é feito com base no desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O ensino fundamental cearense é destaque nacional. Entre 2007 e 2017, o Ceará foi o estado brasileiro que mais avançou na quantidade de estudantes do 5º e 9º anos que têm nível adequado de aprendizado em português e matemática, segundo levantamento da ONG Todos pela Educação. No entanto, no ensino médio, há preocupação, pois, em 10 anos, o Ceará subiu apenas uma posição nos índices de ambas as disciplinas.

O estudo é feito com base no desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e são levados em consideração índices tanto escolas privadas como públicas. Porém, segundo a coordenação de projetos do Todos pela Educação, cerca de 80% das amostras são de alunos da rede pública.

No Ceará, em 2007, 21,4% dos estudantes do 5º ano tinham aprendizado adequado para a série no que diz respeito à língua portuguesa. Com isto, o Estado ocupava a 15ª posição no País. Já em 2017, o número saltou para 65,7%. Esta alteração faz o estado figurar como o 6º melhor do Brasil nesse quesito.

Já em matemática, em 2007, só 15% dos estudantes tinham aprendizado proporcional ao

5º ano. Em 2017, essa quantidade passou para 50% . O Estado é o 11º melhor nesse indicador.

No 9º ano, último do ensino fundamental, entre 2007 e 2017, o número de alunos com aprendizado adequado em português cresceu de 14% para 43,6%. Em matemática, a evolução foi de 9% em 2007 para 23% em 2017.

Ceará estaciona no Ensino Médio

Se no ensino fundamental há destaque, ao chegar ao 3º ano do ensino médio, a educação cearense estaciona, seguindo a tendência nacional. Isto eleva a preocupação, já que o último ano do ensino básico deveria contar com alunos preparados para o superior.

Nesta etapa, em português, apenas 20% dos estudantes do 3º ano médio tinham nível de aprendizado adequado em 2007, número que em 2017 chegou a 27%.

Em matemática, a diferença de aprendizado em uma década foi de apenas 2 pontos percentuais e passou de 6% para 8%. Com este resultado, o Ceará é o 13º neste indicador entre os estados brasileiros, empatado com a Paraíba.

Coordenadora de projetos do Todos pela Educação, Thaianne Pereira pontua que é preciso observar a tendência de regressão dos resultados ao longo da jornada escolar, tendo em vista que números mais altos no 5º ano caem gradualmente até atingir péssimos índices no 3º do médio e justifica: “as razões vêm desde a alfabetização mal feita, e isso vai se acumulando e se transformando em defasagem, ao longo das séries. O aluno não consegue acompanhar o conteúdo de forma nivelada”.

Para ela, muitas mudanças dos modelos das escolas têm influência direta, a exemplo do fato de, no 5º ano, o aluno geralmente ficar a cargo de um só professor, que o conhece melhor e acompanha as necessidades mais de perto. “Depois, isso muda. São mais docentes, menos proximidade. E a escola vai se tornando menos interessante do ponto de vista de estimular o aluno e dar oportunidades de escolha”, observa.

Thaianne classifica o Ceará como “exemplo a ser seguido pelo Brasil”, e atribui o crescimento de diversos indicadores à “continuidade” de políticas como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic).

“O Ceará tem uma das piores rendas per capita, mas consegue avançar, porque existe uma política contínua, bem implementada, com participação dos municípios. O Paic já tem repercussões no 9º ano, por exemplo, mas, a longo prazo, vai dar mais frutos”, estima.

Esse “longo prazo”, ainda no campo abstrato, é o fio de esperança para melhoria do aprendizado no ensino médio – mas não só. “Precisamos ter programas voltados para essa etapa, não é só alfabetização e boa base que farão o ensino médio evoluir. É necessário investir num modelo de escola com mais protagonismo e flexibilidade para o estudante”, sugere a coordenadora de projetos do TPE.

A secretária da Educação do Ceará, Eliana Nunes Estrela, reconhece as dificuldades do ensino médio e admite que o Estado não está numa situação confortável. A gestora

espera que três fatores possam contribuir para melhorar os índices: a chegada dos efeitos do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic), as ações de formação continuada de professores e a ampliação do ensino em tempo integral.

Em relação às ações para melhorar o aprendizado de matemática, a titular da Seduc revela que os professores da rede passam por constante formação na área, no entanto, acrescenta que não há materiais específicos.

“Focamos na redução do abandono e no protagonismo estudantil para que eles permaneçam na escola e concluam a educação básica. É um trabalho conjunto”.

Quem comemora os índices do ensino fundamental é a titular da Secretaria Municipal de Educação, Dalila Saldanha, comemora os bons números relativos ao ensino fundamental. Entretanto, a gestora reconhece a necessidade de se adotar “novas metodologias de ensino”, sobretudo em matemática.

“Temos investido em apoiar os professores, tanto em formação como em materiais. As ações da rede sempre eram voltadas para leitura e escrita, mas precisamos mudar para reverter a deficiência em matemática”, aponta.

Dalila Saldanha destaca como iniciativas municipais duas formações para docentes da área de exatas previstas ainda para o primeiro semestre, em parcerias com universidades públicas.

“Na matemática, principalmente, temos que romper com muitos preconceitos, com aquela cultura de que é difícil. Mostrar que é uma ciência como as outras e que os estudantes são capazes de aprender. A gente precisa engajar as pessoas, estimular, fazer com que acreditem que na escola pública eles podem aprender e evoluir”, finaliza a titular da SME.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Alfabetização em SP prioriza método híbrido

O método fônico, escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da “guerra de métodos” não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas “alfabetizar com método”. Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do fônico. “Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão”, diz a coordenadora Joana D’Arc Gonçalves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. “Que nada tem a ver com o fônico”, esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. “Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano.”

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. “Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização”, diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoio.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. “Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade”, diz.

Bilíngue

Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana “balanced literacy”, com estratégias dos métodos global e fônico. “Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto”, diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas – são 45, enquanto no português são 31. “O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Alfabetização em SP prioriza método híbrido

São Paulo

O método fônico, escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da "guerra de métodos" não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas "alfabetizar com método". Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes

estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do fônico. "Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão", diz a coordenadora Joana D'Arc Gonçaves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. "Que nada tem a ver com o fônico", esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. "Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano."

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. "Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização", diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoino.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. "Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade", diz.

Bilíngue

Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana "balanced literacy", com estratégias dos métodos global e fônico. "Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto", diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas - são 45, enquanto no português são 31. "O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

A NOTÍCIA - SC - MOACIR PEREIRA EDUCAÇÃO

O procurador de Justiça Gilberto Callado de Oliveira foi nomeado para integrar a comissão nomeada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), criada para avaliar as questões do banco do Enem. Também membro da Academia Catarinense de Letras, Callado vai representar a sociedade civil. A Comissão terá Marco Barroso Faria, do MEC, e Antônio Castanheira das Neves, do Inep.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - GERAL

Inep reúne dados o Censo 2018

EDUCAÇÃO BÁSICA

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (Inep/MEC) informou ontem que divulgará os resultados preliminares do Censo Escolar 2018 no dia 1º de abril. A partir dessa data, as escolas terão prazo, de 15 dias, para a retificação dos dados, se necessário. As alterações e correções devem ser feitas diretamente no módulo Situação do Aluno do Sistema. Educa-censo. E o resultado final da. Situação do Aluno 2018 sairá em 10/5.

Principal instrumento de coleta de informações da Educação Básica, e importante levantamento estatístico educacional brasileiro na área, o Censo Escolar é coordenado pelo Inep/MEC e realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, tendo a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O levantamento abrange as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e da Educação Profissional. O Censo Escolar é indispensável para o acompanhamento da efetividade das políticas públicas.

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - BRASIL

Comissão fará análise ideológica de questões

ENEM

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) nomeou ontem uma comissão para fazer uma avaliação ideológica das questões do Enem 2019. O grupo, cuja criação havia sido anunciada em fevereiro, terá apenas 10 dias para a conclusão dos trabalhos.

O governo decidiu criar a comissão com o objetivo de expurgar itens que abordem uma suposta "ideologia de gênero", termo nunca usado por educadores.

Na portaria do Inep, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, a comissão fará uma "leitura transversal" das perguntas que compõem o Banco Nacional de Itens com o objetivo de verificar "sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame".

INTERFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO

A portaria não descreve quais são os critérios para a análise. Diz apenas que a matriz do Enem deve ser observada. O grupo poderá recomendar a não utilização das questões. A Diretoria de Avaliação de Educação Básica do Inep poderá fazer um recurso por questão, mas a palavra final é do presidente do órgão, Marcus Vinicius Rodrigues.

Essa é a primeira medida oficial do governo para interferir em conteúdos educacionais. Na posse como ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez criticou o que chama de "ideologia de gênero" e exaltou a família e a Igreja.

O Banco Nacional de Itens é formado por questões que passam por rigoroso processo de produção. Uma única questão prevê 10 etapas, que envolvem desde o treinamento de professores até o pré-teste dos itens e revisão por parte de especialistas das áreas de conhecimento.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

As heranças da escola

Esperança e preocupação se misturam, de forma quase proporcional, ao se falar de ensino e aprendizagem no Ceará: de acordo com levantamento da ONG Todos pela Educação (TPE), o Estado foi o que mais avançou, entre 2007 e 2017, na quantidade de estudantes do 5º e 9º anos que têm nível adequado de aprendizado em português e matemática. O ensino fundamental cearense é destaque nacional. É no médio, porém, onde mora a preocupação: em dez anos, o Ceará subiu apenas uma posição nos índices de ambas as disciplinas.

O estudo é feito com base no desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e busca acompanhar o cumprimento da Meta 3 do TPE: "todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano". Os índices consideram tanto escolas privadas como públicas, mas, segundo a coordenação de projetos do TPE, cerca de 80% das amostras são de alunos da rede pública.

Em língua portuguesa, o progresso dos cearenses é notável. Em 2007, apenas 21,4% dos estudantes do 5º ano tinham aprendizado adequado para a série, e o Estado ocupava a 15ª posição no País. Já em 2017, o número saltou para 65,7% (63% se consideradas apenas escolas públicas), aumento de 44 pontos percentuais, que posiciona o Ceará como o 6º melhor do Brasil. Em matemática, o crescimento também foi significativo: em 2007, só 15% tinham aprendizado proporcional ao 5º ano, quantidade que subiu para 50% (48,3% nas públicas) em dez anos. O Estado é o 11º melhor nesse indicador.

No 9º ano, último do ensino fundamental, o avanço freia, mas segue. De 2007 a 2017, o número de alunos com aprendizado adequado em português cresceu de 14% para 43,6% (40% nas públicas), colocando o Ceará da 16ª para a 10ª posição frente aos demais estados. Em matemática, a evolução foi menor: o índice subiu de 9% em 2007 para 23% (19,5% nas públicas) em 2017, aumento de 14 pontos percentuais, que posiciona o Estado em 10º do Brasil.

Ao chegar ao 3º ano do ensino médio, a educação cearense segue tendência nacional e estaciona, com evoluções irrisórias em se tratando de um período longo - o que eleva a preocupação, visto que se trata do último ano do ensino básico, justamente o que deveria contar com alunos preparados para ensino superior e mercado de trabalho.

Rede

Em português, apenas 20% dos estudantes do 3º ano médio tinham nível de aprendizado adequado em 2007, número que em 2017 chegou a 27% (21,9% na rede pública). O avanço sequer seguiu a colocação nacional do Estado, que caiu do 11º para o 12º lugar no indicador. Já em matemática, a situação é ainda pior: a diferença de aprendizado em uma década foi de apenas 2 pontos percentuais, passando de 6% para 8% no período. Ainda assim, o Ceará é o 13º neste indicador entre os estados, empatado com a Paraíba. Conforme a coordenadora de projetos do Todos pela Educação, Thaiane Pereira, é preciso observar a tendência de regressão dos resultados ao longo da jornada escolar. Números mais altos no 5º ano caem gradualmente até atingirem péssimos índices no 3º ano do médio. E não é à toa. "As razões vêm desde a alfabetização mal feita, e isso vai se acumulando e se transformando em defasagem", alerta.

A especialista ressalta, ainda, que as mudanças dos modelos das escolas têm influência direta. "Até o 5º ano, o aluno geralmente fica a cargo de um só professor, que o conhece

melhor, sabe das necessidades mais de perto. Depois, isso muda. São mais docentes, menos proximidade. E a escola vai se tornando menos interessante do ponto de vista de estimular o aluno e dar oportunidades de escolha", observa.

Apesar do congelamento dos anos finais da educação básica, Thaiane classifica o Ceará como "exemplo a ser seguido pelo Brasil", e atribui o crescimento de diversos indicadores à "continuidade" de políticas como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic). "O Ceará tem uma das piores rendas per capita, mas consegue avançar, porque existe uma política contínua.

O Pai já tem repercussões no 9º ano", define.

A secretária da Educação do Ceará, Eliana Nunes Estrela, reconhece que "não estamos numa situação confortável" e que "o ensino médio ainda tem muitas dificuldades", mas espera que a chegada dos efeitos do Paic, as ações de formação continuada de professores e a ampliação do ensino em tempo integral contribuam para melhorar os índices. "Focamos na redução do abandono e no protagonismo estudantil para que eles permaneçam na escola e concluam a educação básica". Sobre ações focais para melhorar o aprendizado em matemática, Eliana declarou que "não existem materiais específicos", mas os professores da rede passam por formações.

Já a titular da Secretaria Municipal de Educação, Dalila Saldanha, comemora os bons números relativos ao ensino fundamental, mas alerta para a necessidade de se adotar "novas metodologias de ensino", sobretudo em matemática. "Temos investido em apoiar os professores, tanto em formação como em materiais. As ações da rede sempre eram voltadas para leitura e escrita, mas precisamos mudar para reverter a deficiência em matemática", aponta. Como iniciativas municipais, Dalila menciona pelo menos duas formações para docentes da área de exatas previstas ainda para o primeiro semestre.

Preconceitos

"Na matemática, principalmente, temos que romper com muitos preconceitos, com aquela cultura de que é difícil. Mostrar que é uma ciência como as outras e que os estudantes são capazes de aprender. A gente precisa engajar as pessoas, estimular, fazer com que acreditem que na escola pública eles podem aprender e evoluir", finaliza Dalila Saldanha.

Ofício de ensinar

Nem só de estudante vive a escola: para haver aprendizado, é necessário bom ensino. Segundo a especialista do TPE, Thaiane Pereira, há de se "ressignificar" a profissão de professor no Brasil, para que a Educação em geral deslanche. "É preciso desde ajustar a formação inicial, para que consigam ter formação mais próxima da realidade da sala de aula; rever a questão salarial, ter formação continuada adequada, que seja de verdade, não só uma palestra somente ou coisa pontual", lista. De forma geral, diz ela, os professores precisam ser mais valorizados. "No fim do dia, o aluno só aprende setem um professor bem preparado na sala de aula para ensiná-lo", completa.

topo ↕

EXTRA - RJ - BRASIL

Comissão vai fazer análise ideológica no Enem

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia ligada ao Ministério da Educação (MEC), criou uma comissão para inspecionar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A iniciativa consiste em fazer uma revisão das questões para retirar da prova deste ano enunciados que o governo considere de viés “ideológico”. Essa é a primeira vez que uma comissão como essa é criada para fiscalizar a prova.

A comissão será composta por Marco Antônio Faria, secretário de Regulação e Supervisão do MEC; Antônio Mauricio Castanheira, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Enem vai identificar questões ofensivas a tradições

São Paulo - Nota técnica que explica a criação de uma comissão de três pessoas para analisar as questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) diz que o objetivo é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais".

A nota é assinada pelo responsável pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais) do MEC (Ministério da Educação), Paulo Cesar Teixeira. Esse é o único parágrafo que menciona critérios que serão usados pela comissão

Em outro momento do texto, é explicado que "avaliadores externos" devem atuar para que "a análise não perpassa aspectos formais e pedagógicos, mas temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame". O trabalho da comissão é chamado pela nota de "leitura transversal".

O grupo inclui um ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

A comissão tem dez dias para dar um parecer e dizer quais questões ficam e quais serão retiradas do maior exame do País. O MEC nega que se trate de censura.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Ensino bem abaixo da média

Dados mostram que alunos não aprendem na escola e acabam o ensino fundamental sem saber o básico de português e matemática

EDUCAÇÃO

Na turma de 9º ano do ensino fundamental da professora de matemática Ednilze Nascimento, da Escola Municipal São Cristóvão, no bairro de Guabiraba, Zona Norte do Recife, há alunos que não sabem as quatro operações básicas de matemática. Em Santo Amaro, na área central, a professora de português Rejane Melo encontra estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola de Referência Size-nando Silveira com dificuldade para separar sílabas. Dados compilados pelo Movimento Todos pela

Educação, a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC), revelam um preocupante contingente de crianças e adolescentes que não estão aprendendo na escola.

O relatório serviu para observar como está o cumprimento, nas redes públicas e privadas de ensino, da meta 3 do movimento Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano. A situação mais crítica é a do ensino médio. Os níveis de aprendizagem são os mais baixos e estão estagnados. Noventa por cento dos jovens no País concluíram a educação básica em 2017 sem saber o que deveriam em matemática. Na Região Nordeste o índice é ainda mais alto, 93,8%. Em Pernambuco chega a 91,5%.

Em português as taxas são menos ruins: 70,9% dos concluintes não aprenderam o adequado no Brasil; 77,8% no Nordeste e 71,4% em Pernambuco. "Os alunos têm lacunas abertas ao longo de 12 anos. Nosso desafio é preenchê-las na última série do ensino médio. Muitos não possuem conhecimento básico de gramática, como acentuação e separação silábica", ressalta Re-jane. "As vezes não entendo o que a questão está perguntando. Em português sou bom no vocabulário, mas sinto dificuldade na parte gramatical e na hora de interpretar textos", diz Jonas Elizeu, 18 anos, aluno do 3º ano.

"Os índices são preocupantes e mostram que o Brasil tem que melhorar muito em todas as etapas. Mas é importante observar que houve evolução. Pernambuco foi o Estado que mais avançou em proficiência em português e matemática, no ensino médio, ao longo dos últimos 10 anos", enfatiza o secretário estadual de Educação, Fred Amancio. O Estado ficou com percentual de aprendizado adequado acima da média do Nordeste e do Brasil nas duas disciplinas, conforme levantamento do Todos pela Educação.

Nos anos iniciais do fundamental, o estudo mostra que entre 2007 e 2017, o percentual de estudantes com aprendizado adequado em português, nacionalmente, cresceu de 27,9% para 60,7%. Em matemática era 23,7% e passou para 48,9%. Nas séries finais houve crescimento, mas numa escala menor: de 20,5% para 39,5% em português e de 14,3% para 21,5% em matemática.

AVANÇO

A Escola São Cristóvão tinha o pior índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede municipal do Recife nos anos finais (2,6) em 2011. Em 2017 ficou com a melhor nota da cidade, 4,9, resultado do trabalho conjunto entre gestão e corpo docente. "As falhas de aprendizagem vêm dos anos iniciais. Temos conseguido fazer um trabalho que está rendendo frutos", comenta Ednilze.

O diretor-executivo de ensino do Recife, Rogério Moraes, aposta que os índices da capital pernambucana vão melhorar no Saeb deste ano. "Os indicadores no País são baixo e incomodam. No Recife também. Mas estamos evoluindo na rede municipal. Em português, por exemplo, passamos de 9% de aprendizado adequado em 2011 para 33% em 2017. Em matemática eram 2% e chegamos a 13%", enfatiza.

topo ↕

METRO-DF - BRASIL

MEC cria comissão para adequar questões do Enem

Vigilância. Grupo de três pessoas será responsável por avaliar quais itens do Exame poderão ser utilizados nas provas em novembro. MEC nega que a medida seja uma forma de censura

Pela primeira vez na história do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) - elaborado desde 1998 -, uma comissão irá vigiar o conteúdo das questões que irão compor a prova.

O grupo criado ontem pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) - órgão vinculado ao MEC (Ministério da Educação) - fará uma "leitura transversal" das questões disponíveis no BNI (Banco Nacional de Itens), ficando responsável por recomendar a não utilização de itens na montagem do exame, mediante justificativa.

Segundo o MEC, a medida não se trata de censura, mas de uma "etapa técnica de revisão de itens". De acordo com a portaria publicada no DOU (Diário Oficial da União), o objetivo é "verificar a sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame".

Acesso irrestrito

A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso - ex-aluno do ministro da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez -, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes terão acesso total ao AFIAS (Ambiente Físico Integrado Seguro). Localizado na sede do Inep, o ambiente de segurança máxima só pode ser acessado por pessoas autorizadas.

O local é completamente isolado, com salas cuja entrada se dá por digitais e utilização de computadores sem internet.

O processo

A análise do grupo passará pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cessar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um dos itens. A decisão final, no entanto, caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito.

Destino dos `excluídos Como o processo de elaboração de um item do Enema é longo e oneroso, Rodrigues afirma que nenhum será descartado. As questões que não estiverem alinhadas, segundo ele, serão separadas para posterior adequação, testagem e utilização, se for o caso.

As provas do Enem estão marcadas para 3 e 10 de novembro.

[topo](#)

O TEMPO - MG - BRASIL

Procuradoria vai investigar Vélez

BRASÍLIA. A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu uma investigação para apurar se houve improbidade administrativa do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, no envio de cartas às escolas de todo Brasil com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL). No e-mail enviado às escolas, o MEC pedia que as crianças fossem perfiladas para cantar o hino nacional e que o momento fosse gravado em vídeo e enviado para o governo. A mensagem solicitava ainda que fosse lida para

elas uma carta do ministro que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

A investigação contra Vélez foi instaurada como um procedimento preparatório pela procuradora Eliana Pires Rocha. Ela solicitou, por meio da Procuradoria Geral da República, explicações ao ministro, que tem dez dias úteis para responder. Embora tenha foro por prerrogativa de função, o ministro pode ser alvo da apuração por se tratar de um procedimento na esfera cível. Após a repercussão negativa sobre o envio, Vélez chegou a assumir o erro. “Eu percebi o erro. Tirei essa frase (com slogan do governo). Tirei a parte correspondente a filmar crianças sem a autorização dos pais”, disse. Na apuração, a procuradora quer verificar se Vélez violou o artigo 37 da Constituição, segundo o qual a publicidade dos atos, programas e campanhas de órgãos públicos não pode conter nomes, imagens ou símbolos que sirvam para promoção pessoal de autoridades. A defesa do ministro disse estar analisando o pedido e que, oportunamente, apresentará resposta ao MPF.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Ala militar quer ex-reitor da UnB como número 2 do MEC

BRASÍLIA - Para tentar estancar a crise no Ministério da Educação (MEC), a ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) quer definir a nomeação do cargo número 2 na pasta. A aposta dos militares é o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo.

A indicação seria uma forma de garantir não apenas o apoio momentâneo dos militares à permanência do ministro Ricardo Vélez Rodríguez mas também configuraria uma espécie de intervenção branca na pasta.

Vélez precisou demitir o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi após mudanças de cargos no ministério atingir alunos do escritor Olavo de Carvalho. O episódio expôs uma disputa entre o grupo de militares, olavistas e técnicos oriundos do Centro Paula Souza de São Paulo que atuam no MEC.

Outros dois nomes indicados por Vélez, Rubens Barreto e Ioelene Lima, foram barrados por pressão do mesmo grupo. A secretária-executiva é considerada o motor do MEC, por onde passam todas as decisões importantes.

Camargo é próximo a militares da cúpula do governo. Engenheiro elétrico, foi reitor da UnB entre 2012 e 2016. Entre outras funções, comandou a superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Desde a transição de governo os militares mantêm influência no MEC. Os presidentes do FNDE, Carlos Alberto Decotelli, e do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, são do grupo. O presidente da **Capes**, Anderson Ribeiro, foi reitor do ITA, instituição de ensino ligada às Forças Armadas.

Além disso, o general Osvaldo de Jesus Ferreira é presidente da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), órgão também ligado ao MEC.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Solo brasileiro contém mistura complexa de agrotóxicos, aponta estudo realizado em Rio Grande

Pesquisa indica que território contém inclusive produtos proibidos no país

Falar sobre agrotóxicos passou a ser um assunto corriqueiro para os brasileiros. Na mesa de jantar ou de um bar, hoje comenta-se muito sobre seus riscos à saúde humana ou mesmo a aniquilação de populações de abelhas em várias partes do mundo. Dentre todos os poluentes ambientais, os agrotóxicos talvez sejam os mais controversos, pois envolvem, muitas vezes em lados opostos, forças poderosas do agronegócio e ambientalistas. Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, no ambiente, o solo é um dos principais depósitos desses compostos.

Gisele Loeblein: registros de agrotóxicos: liberamos muito ou represamos demais? Gisele Loeblein: registros de agrotóxicos: liberamos muito ou represamos demais?

Nesse sentido, o estudo de mestrado de Caroline Fernandes, orientado por Flávio Rodrigues da Silva Jr., na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), investigou, por meio de um método sistemático de revisão de literatura em bases de dados internacionais, a presença e a distribuição de agrotóxicos nos solos em todo o território brasileiro. A pesquisa teve apoio financeiro da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e foi concluída em fevereiro passado.

Seus resultados apontam para cenários interessantes e, em alguns pontos, preocupantes. Apenas 21 estudos foram encontrados pela revisão sistemática. Somente 12 das 27 unidades federativas do país já realizaram alguma pesquisa que investigasse a presença de agrotóxicos em amostras reais de solo: Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Curiosamente, os Estados considerados os maiores consumidores de agrotóxicos não lideram a lista de estudos sobre a presença dessas substâncias no solo. Ainda, os agrotóxicos mais usados no país não são os mesmos investigados nas pesquisas científicas. O glifosato, herbicida mais comercializado no território brasileiro, é um exemplo: em nenhum dos 21 estudos buscou-se investigar sua presença no solo do país.

Outra preocupação relatada pelos pesquisadores é a de que, em 20% das amostras estudadas, foram encontrados 10 ou mais diferentes tipos de agrotóxicos. Essa mistura complexa de agrotóxicos pode ter risco extremamente elevado, e a extensão dos danos causados ao ambiente e à saúde são difíceis de quantificar com precisão. O efeito combinado de vários agrotóxicos presentes em diferentes quantidades em uma única amostra de solo é muito difícil de ser estimado.

Outro dado curioso destacado pelo trabalho é o de que mais da metade das amostras de solo que continham agrotóxicos (52%) foram coletadas em áreas residenciais e urbanas, frente a 48% de áreas de agricultura.

A pesquisa concluiu que a quantidade de alguns agrotóxicos já proibidos no Brasil, como o DDT (diclorodifeniltricloroetano) e o HCH (hexaclorocicloexano) chega a ser seis vezes maiores em áreas residenciais do que nas rurais. Esse dado liga o alerta sobre a persistência desses compostos no solo, uma vez que já têm seu uso vetado, e da utilização e do comércio indiscriminado desses agentes tóxicos em áreas urbanas, principalmente no controle de vetores de doenças, no uso veterinário, em jardinagem e

mesmo no uso doméstico.

Os pesquisadores também discutem sobre as fragilidades da legislação brasileira em relação aos valores limites de contaminantes nos solos. A pesquisa mostrou que, dos 55 agrotóxicos encontrados nos estudos, apenas 22% possuem limites máximos dispostos na resolução vigente. Além disso, quando foram comparados os limites legais brasileiros aos de outros países, como o Canadá, alguns agrotóxicos encontrados nos estudos mostraram ter limite permitido mil vezes maior no Brasil. Esse tipo de informação indica a necessidade urgente de inclusão de novos agrotóxicos à lista de compostos legislados e a revisão dos valores daqueles que já constam nas listas oficiais.

Ainda não há consenso se os agrotóxicos são os grandes vilões do século, quando falamos no aumento do número de casos de autismo, cânceres e doenças neurodegenerativas, mas o que temos certeza é que o número de estudos científicos sobre esse tema está muito longe do ideal.

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Antimicrobianos naturais prolongam tempo de conservação de pescado

Pesquisas foram feitas com três espécies de peixes amazônicos criados em cativeiro

Tese desenvolvida pela engenheira de alimentos Rafaela de Carvalho Baptista, graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentada junto ao Departamento de Ciências de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp, analisou as condições para a conservação de peixes da Amazônia – pacu, patinga e tambacu – criados em cativeiro no município de Santa Cruz da Conceição, próximo a Rio Claro, Estado de São Paulo.

O estudo centrou-se em cinco objetivos: 1) avaliar os hábitos de consumo, as práticas higiênico-sanitárias e de conservação de peixes e também as percepções dos consumidores brasileiros de pescado quanto ao risco microbiológico destes produtos; 2) elucidar a flora microbiológica envolvida na deterioração de filés de pacu, patinga e tambacu durante o armazenamento em gelo e congelado; 3) determinar a velocidade do crescimento de *Pseudomonas* spp. e bactérias psicrófilas, que normalmente deterioram pescado, em filés de pacu (*Piaractus mesopotamicus*) refrigerado, sob condições variáveis de temperatura (0 a 10°C); 4) preparar um mix otimizado de conservantes naturais potencialmente ativos contra bactérias deterioradoras de pescado; e 5) fazer um levantamento de literatura mundial sobre o uso de conservantes naturais em pescado, avaliando sua eficiência na garantia da qualidade e segurança.

O orientador das pesquisas, professor Anderson de Souza Sant'Ana, do Departamento de Engenharia de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Universidade, esclarece que o trabalho pretendeu obter mais informações sobre aspectos relacionados à conservação e contaminação microbiológica do pescado da Amazônia criado em cativeiros fora da região, face à sua cada vez maior expansão e demanda por consumo. Embora fossem conhecidas as composições químicas desses peixes, não existiam ainda dados sobre seus aspectos microbiológicos em termos de diversidade microbiana e de vida útil desses peixes conservados sob baixas temperaturas – gelo, refrigeração ou congelados.

As pesquisas

Os resultados das pesquisas foram expostos pela autora em cinco artigos que dão corpo

à tese, ainda não publicados, mas já submetidos a periódicos internacionais. O primeiro avalia o perfil do consumidor brasileiro de pescado através de um questionário, enviado eletronicamente pelas redes sociais, que possibilitou relacionar o perfil socioeconômico desse consumidor em três diferentes quesitos: 1) frequência de consumo de pescado pela população; 2) práticas higiênico-sanitárias no manuseio e na conservação do produto, com perguntas que revelam se o consumidor higieniza as mãos, os utensílios e as superfícies de bancada, se evita misturar alimentos crus com os prontos, se respeita o tempo e a temperatura de cozimento, e de armazenamento do pescado; e 3) para a detecção da consciência de risco microbiológico foi perguntado se o consumidor já ouviu falar de patógenos relacionados ao consumo de pescado; se acredita na possibilidade de ficar doente ingerindo pescado cru; se considera a probabilidade de ficar doente comendo pescado cru fora de casa, entre outras.

Esta etapa do estudo, resume Anderson, visou determinar como o consumidor trata o produto, da compra ao preparo, e cuidados adotados em relação à sua conservação e, ainda, qual a sua percepção de risco em contrair doenças com seu consumo em diferentes situações.

O segundo e terceiro artigos concentraram-se apenas no estudo das três espécies de peixes amazônicos estudadas. Nestes casos, investigações microbiológicas e químicas foram realizadas em paralelo. As análises microbiológicas ativeram-se aos microrganismos deteriorantes, enquanto as análises químicas aos compostos voláteis e não voláteis relacionados à deterioração do pescado.

O docente explica: “as reações químicas são os resultados perceptíveis das alterações microbiológicas, pois os microrganismos crescem utilizando os nutrientes presentes no peixe e produzem uma série dos compostos que resultam da degradação de alguns de seus componentes que procuramos identificar”.

Para a previsibilidade da conservação, foi desenvolvida uma equação matemática capaz de prever a vida de prateleira de pacu refrigerado (*Piaractus mesopotamicus*), armazenado em temperaturas que variam de 0 a 10oC. O modelo matemático permite que a durabilidade do pescado seja estimada sem a necessidade de testes, já que para o estudo, além de desenvolver os modelos, houve também sua validação em condições de flutuação de temperatura (0 a 10oC)

Já no trabalho envolvendo a ecologia microbiana foram determinados todos os microrganismos relacionados com a deterioração, o que permitiu correlacionar como eles afetam a vida de prateleira, o que seria necessário para pensar em mecanismos para inibição dessa flora. A pesquisadora explica que existe uma microbiota – conjunto de microrganismos que já estão no peixe e que vive em simbiose com ele – naturalmente presente na pele, guelras e no intestino. Essa microbiota varia conforme o ambiente, ou seja, se o pescado é de água doce ou salgada, de clima temperado ou tropical e depende da espécie. Esses fatores determinam os microrganismos presentes nos peixes recém-capturados. Entretanto, dependendo das condições higiênico-sanitárias de abate e de armazenamento, haverá um grupo de microrganismos capaz de crescer e se multiplicar preferencialmente no produto. Esse grupo de microrganismos provavelmente será responsável pela degradação de proteínas e lipídeos dos peixes, do que resulta uma produção de metabólitos voláteis (off-flavors) e não voláteis relacionados com a sua deterioração.

Por isso, diz a pesquisadora, “identificamos primeiramente os microrganismos relacionados com a deterioração de peixes Amazônicos brasileiros – pacu, patinga e tambacu – quando armazenados em gelo e congelados. Com essa informação foi possível propor métodos para conservação do produto, que inibem a proliferação desses microrganismos, como mostramos no quarto artigo que compõe tese”.

O estudo do desenvolvimento da mistura de conservantes mostra que os resultados podem ser estendidos para outros peixes, pois o mix foi desenvolvido para inibir os principais microrganismos deteriorantes – em especial *Pseudomonas* spp. –, o que permite prolongar a vida de prateleira de pescados armazenados em gelo por cerca de 30-35 dias.

Neste caso, explica a pesquisadora, “fizemos um delineamento matemático, com 19 conservantes naturais, para determinar que compostos, quando em sinergia, eram capazes de inibir um pool de bactérias deteriorantes de pescado. O estudo nos permitiu selecionar um número mínimo de compostos naturais que, posteriormente, tiveram suas concentrações otimizadas também através de um delineamento matemático”.

Depois disso, foi realizado um teste *in vitro* – meios de cultura de laboratório – e, posteriormente, diretamente nos peixes para verificar se os aditivos realmente exerciam o efeito esperado, que era o de estender a vida de prateleira do pescado. Melhor explicando: no teste *in vivo* o peixe foi armazenado em gelo previamente preparado com a mistura de conservantes. Foram então testadas diferentes concentrações da mistura de conservantes para avaliar qual delas se mostrava mais eficiente na extensão da vida de prateleira do pescado.

Para otimizar a mistura – que basicamente consiste em encontrar a melhores concentrações de cada conservante que devem constituí-la –, existem abordagens estatísticas, trabalho que foi desenvolvido em cooperação com a professora Maria Isabel Rodrigues, também da FEA. Este mix de produtos antimicrobianos poderá vir a ser patenteado.

As análises químicas foram realizadas em colaboração com a Universidade Federal do Ceará, sob orientação da professora Sueli Rodrigues. A pesquisa sobre ecologia microbiana foi coorientada pelo professor Luca Cocolin, que chefia um grupo especializado na Universidade de Torino, Itália, onde a pesquisadora esteve por cinco meses, através de uma bolsa PDSE-Capes – programa de doutorado sanduíche.

Conclusões

Ao final da publicação, a autora alinhava várias conclusões, entre as quais se destacam algumas. A pesquisa realizada sobre as práticas de segurança e percepções dos consumidores de pescado no Brasil indicaram pouca preocupação sobre o controle da temperatura de conservação e baixa percepção em relação aos riscos associados ao seu consumo. As taxas de percepção de risco estavam diretamente relacionadas ao nível de educação e à faixa etária dos participantes, o que sugere a necessidade de alertar o consumidor em geral sobre as práticas adequadas de manipulação e conservação de pescado e sobre os riscos microbiológicos associados ao seu consumo.

Na pesquisa também foi proposta uma equação matemática capaz de estimar a vida de

prateleira da espécie de peixe “pacu”, acondicionado em temperaturas na faixa de 0 a 10oC ao longo da cadeia de frio.

A revisão da literatura sobre conservantes de pescado mostrou a existência de uma variedade de aditivos que podem ser utilizados pela indústria como alternativas viáveis e atraentes. Os conservantes revelaram diferentes mecanismos de atuação e graus de ação antioxidante e antimicrobiana que podem ter seus efeitos potencializados pela combinação com outros aditivos naturais e até pelo emprego de outras tecnologias, como por exemplo, a redução do contato com o oxigênio, através da utilização de embalagens a vácuo ou o uso de absorvedores/removedores de oxigênio.

O professor Anderson de Souza, ressalva: “Observou-se que sozinhos os compostos tinham eficiência limitada, como reportado na literatura. Para que os compostos tenham possibilidade de aplicação comercial e melhorem a durabilidade do pescado seria importante desenvolver uma mistura de compostos naturais nas suas concentrações otimizadas”.

O trabalho disponibiliza pela primeira vez dados sobre a durabilidade e qualidade de pescados brasileiros, o que é chave para o crescimento da produção destes produtos. Além disso, abre a possibilidade de um ganho de conservação de pescados por supermercados e outros entrepostos de venda no caso de a mistura de compostos antimicrobianos naturais vir a ser comercializada. Isto representaria uma redução de perdas importantes de produtos tão perecíveis quanto o pescado. (Jornal da Unicamp)

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES publica alterações no edital do PrInt

A CAPES publicou nesta quarta-feira, 20, alterações no edital nº 41/2017 que possui as diretrizes do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt). As mudanças estão no Diário Oficial da União de hoje.

Confira as modificações aqui.

PrInt

O programa estimula o avanço institucional na internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras, resultando na competitividade e visibilidade da produção científica do País.

O PrInt apoia a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas escolhidas. Deste modo, incentiva a formação de redes de pesquisas internacionais para aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 20.03.2019

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Ao vivo: Seminário do Pró-Defesa

Para avaliar o impacto e apresentar os novos projetos apoiados no Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), a CAPES e o Ministério da Defesa promovem hoje e amanhã, um seminário que marcará o início da quarta edição desta iniciativa. O evento pode ser assistido ao vivo,

na página da **CAPES** no YouTube.

Participarão representantes do governo, especialistas na área de ensino, pesquisa e inovação, acadêmicos e coordenadores de projetos aprovados na quarta edição do programa. As propostas aprovadas para esta edição do Pró-Defesa começam a ser executadas ainda em março.

Os 12 projetos selecionados – cujo desenvolvimento se estenderá ao longo dos próximos quatro anos – receberão R\$ 6,6 milhões, sendo R\$ 4,2 milhões da **CAPES** e R\$ 2,4 milhões do Ministério da Defesa. Os recursos do Ministério custearão os projetos, e a **CAPES** financiará bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e auxílios-moradia.

Criado em 2005, o Pró-Defesa faz parte das ações de indução de áreas estratégicas da política brasileira de ciência e tecnologia apoiadas pela **CAPES**. Com isso pretende-se estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa no País, utilizando recursos humanos e infraestrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino e pesquisa. Também incentiva a cooperação entre instituições civis e militares para a implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas, além da formação de recursos humanos qualificados na área de Defesa Nacional.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - **CAPES**

topo 

RONDONÓTIAS - RO - GERAL

UNIR formará o primeiro doutor em Geografia da Região Norte

RONDÔNIA - No dia 22 de março de 2019 (sexta-feira) às 8h, no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR, Bloco 1T, do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR) dará início ao cerimonial de defesa da primeira tese de Doutorado em Geografia da região Norte, quando na ocasião o discente Luciano Laurindo dos Santos apresentará a tese intitulada “Territorialidades Transfronteiriças de Poder no Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016”.

A tese, orientada pelo professor doutor Mauro José Ferreira Cury, versa sobre o estudo das territorialidades na mesorregião do Bico do Papagaio, área transfronteiriça entre Maranhão, Tocantins e Pará, composta por 66 municípios, sendo 25 no norte de Tocantins, 25 no sul e sudeste do Pará e 16 no sudoeste do Maranhão. O objetivo geral é identificar as territorialidades de poder; e os específicos são: Analisar as abordagens da ciência geográfica pertinentes a território e territorialidade; Historicizar as relações de poder nas esferas socioambiental, política e econômica; Inter-relacionar os conflitos na temporalidade de 1970 a 2016 e as possíveis territorialidades de domínio, as estratégias de poder coletivas dos quilombolas e sem-terras.

A tese propõe comprovar as territorialidades transfronteiriças de poder, em vista que as redes dos movimentos sociais estabelecem uma mesorregião e extrapolam seu lugar. Os movimentos sociais pelas redes perpassam o domínio territorial regional e instituições a percebem como um todo geográfico distinto, com uma identidade caracterizada pelas lutas sociais, principalmente após a Guerrilha do Araguaia nos fins de 1974, afirma o

doutorando Luciano Laurindo dos Santos.

A banca examinadora será presidida pelo professor doutor Mauro José Ferreira Cury (PPGG-UNIR/UNIOESTE) e composta pelos professores doutores Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE - PR), Milton Augusto Pasquotto Mariani (UFMS), Adnilson de Almeida Silva (PPGG/UNIR), Ricardo Gilson da Costa Silva (PPGG/UNIR) e Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (PPGG/UNIR/Suplente).

Para os Coordenadores do PPGG/UNIR, professores doutores Michel Watanabe e Adnilson de Almeida Silva “a defesa do doutorando Luciano Laurindo é um marco importante para o Programa de Pós-Graduação, visto que trata do primeiro discente a defender um Doutorado em Geografia na região Norte. O PPGG iniciou em 2006 com o Mestrado e formou aproximadamente duas centenas de profissionais, a partir de 2016 passamos a contar com o nível de Doutorado em toda a Amazônia brasileira, sendo o primeiro Programa a conquistar autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. A tese do doutorando reflete o resultado de um intenso trabalho que é muito significativo, pois será defendido com um período inferior a quatro anos, o qual é a recomendação da **CAPES** para o tempo máximo de defesa”.

O PPGG/UNIR possui nota 4 junto à **CAPES**, é um curso regular, acadêmico, público, integral e em atividade no Campus José Ribeiro Filho da UNIR, Porto Velho-RO. Possui como Área de Concentração “Ambiente e Território na Pan-Amazônia” e duas Linhas de Pesquisas: Processos do Meio Físico e Gestão Ambiental – PMG e Território e Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.

Maiores informações podem ser obtidas no site <http://www.posgeografia.unir.br>.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres Disparidade chega a ser de 5 vezes, segundo nível socioeconômico

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos.

A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

"A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil", diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. "A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres", avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico.

O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens.

A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. "Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio", defende.

De acordo com o diretor, ocorre o contrário no país. "Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com regiões de nível socioeconômico mais elevado".

Aprendizagem adequada

De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017.

No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do ensino médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países.

Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do ensino médio.

Ministério da Educação

No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa. Os níveis considerados são mais rígidos do que os definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

Pelo critério do MEC, apenas 1,62% dos estudantes obtiveram o mínimo adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio e 4,52%, o mínimo em matemática, em 2017.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Bancada evangélica boicota Vélez, visto como maçã bichada

Reunião que seria realizada entre bancada e ministro foi cancelada nesta quarta (20)

Uma reunião que aconteceria nesta quarta (20) entre a bancada evangélica e o ministro da Educação, mas acabou cancelada em cima da hora, escancarou o desejo do bloco religioso em se distanciar de Ricardo Vélez Rodríguez.

A princípio visto com simpatia, Vélez agora seria uma "maçã bichada", nas palavras de um parlamentar evangélico com quem a Folha conversou. Ou seja, eles só teriam a perder se associado a um nome que periga cair logo, logo. Fora o apetite para ver um aliado da frente substituindo-o no MEC.

A percepção interna é a de que o ministro, ameaçado no cargo após embate com o escritor Olavo de Carvalho e discípulos que trabalham na pasta, quer usar a frente para se cacifar —mas não valeria a pena se desgastar validando seu nome.

O encontro entre Veléz e os evangélicos foi articulado pelo presidente interino da bancada, Lincoln Portela (PR-MG). Estava inicialmente marcado para 14h desta quarta e foi depois reagendado para 16h.

Para evangélicos que se decidiram pela evasão, a remarcação só aconteceu para o ministro sair bem na fita, porque estava claro que, nesse novo horário, a maioria dos membros da frente não poderia comparecer, pois precisavam estar no plenário da Câmara.

Assim, a agenda foi cancelada com o argumento oficial de conflito de horários. Ficou a impressão, contudo, que o motivo real foi para não passar vergonha diante de uma reunião esvaziada.

"O Lincon já havia se comprometido a levar de 20 a 30 deputados. Entrei na história e disse o motivo: cacifar o Vélez.

Todo mundo sabe que ele está na berlinda... Eu disse que não iria a reunião alguma sem

antes falar com o 01", diz Marco Feliciano (Pode-SP), um dos que desistiram do encontro.

Por 01 entenda-se o presidente Jair Bolsonaro, com quem o bloco religioso tenta se reunir.

Lincoln respalda a versão do MEC e diz que "quem fala em nome da bancada sou eu", e não Feliciano.

O convite, segundo ele, foi feito por assessores legislativos do ministério.

A reunião com o ministro foi apenas adiada, e não há por que falar em boicote, já que 40 parlamentares haviam confirmado presença, afirma.

Pessoas ligadas à bancada relativizam a influência do deputado, que tentou estender seu mandato interino na presidência do bloco, sem sucesso.

Lincoln entrou no lugar do deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR), que era o líder da frente desde 2017, mas não se reelegeu. A eleição para o novo presidente, que deflagrou um inédito desentendimento entre os deputados evangélicos, foi marcada para o fim de março.

Quando virou ministro, Vélez fez um mosaico no MEC ao chamar gente do ITA, do Centro Paula Souza e uma turma ligada a Olavo de Carvalho. Não construiu, contudo, nada com evangélicos, uma reclamação interna do grupo.

A pasta chegou a anunciar uma evangélica para a secretaria-executiva, Iolene Lima, mas a nomeação oficial não saiu. Ela ocuparia a vaga de Luiz Antonio Tozi, desafeto de olavistas.

Mas Iolene não foi bem vista nem pelos discípulos do escritor, que alegam que ela já estava no MEC sob bênção de Tozi, nem pelos evangélicos, que não a consideravam parte de sua cota. A indicação naufragou.

Oficialmente, a bancada evangélica defende que não haja indicações em seu nome para um eventual posto vago no ministério. Nos bastidores, contudo, há movimentos para lutar em prol de três possíveis substitutos. Um deles é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que na eleição ganhou apoio de pastores reunidos na Frente Cristã em Defesa da Família.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Quem é e o que pensa Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC
Ministério da Educação prepara texto que prioriza método fônico, defendido por ele**

Uma das primeiras medidas do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi criar uma Secretaria de Alfabetização. A decisão é compreensível diante dos enormes desafios do país, como vencer o analfabetismo entre adultos, que atinge 11,8 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais, segundo dados do IBGE.

O que causou surpresa foi o nome escolhido para comandar a subpasta: Carlos

Francisco de Paula Nadalim. Não o conhece? Carlos Nadalim, de fato, é pouco conhecido. Suas obras não aparecem nos currículos de formação docente, ele não é autor de pesquisa científica, tampouco participou dos debates que influenciaram a gestão pública nas últimas décadas.

Suas ideias, porém, circulam na internet desde 2013, quando ele criou o blog Como Educar Seus Filhos, e agradam aos entusiastas da educação domiciliar, os combatentes dos pensamentos de Paulo Freire e os defensores do método fônico de alfabetização. Representam, assim, uma ruptura histórica com todo o trabalho que o país vinha desenvolvendo no campo da alfabetização durante as últimas duas décadas.

Nadalim é formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com especialização em Filosofia e mestrado em Educação pela mesma instituição. Ele também foi aluno do Curso Online de Filosofia ministrado por Olavo de Carvalho, e a proximidade com o seu mestre, influente figura entre os ultraconservadores que apoiam Jair Bolsonaro (PSL), o alçou a novos voos.

O secretário, coautor do curso on-line Ensine seus Filhos a Ler - Pré-Alfabetização, composto de seis módulos com duração de 12 semanas, ao valor de R\$ 2.622,36 —e do e-book gratuito "As 5 Etapas para Alfabetizar seus Filhos em Casa - o Guia Definitivo"— fala sobre a alfabetização com a propriedade de quem foi coordenador pedagógico durante oito anos da escola Mundo do Balão Mágico, em Londrina.

Fundada pela mãe de Nadalim há mais de 30 anos, a instituição fica em um bairro residencial operário rodeado de pequenas propriedades rurais. As famílias pagam cerca de R\$ 500 pela mensalidade e a escola tem por volta de 150 alunos, sendo uma turma de cada série do Ensino Fundamental 1, com aproximadamente 20 crianças por sala, e turmas de Educação Infantil.

É nessa escola que Nadalim tem aplicado um método fônico de alfabetização que ele mesmo desenvolveu e aprimorou. Nova Escola tentou durante o mês de janeiro visitar a instituição e conversar com a direção pedagógica para conhecer de perto o funcionamento do método, mas sem sucesso.

Os pedidos de entrevista feitos à assessoria de imprensa do MEC e por mensagem de texto para o telefone pessoal de Carlos também não foram atendidos. Se na escola não foi possível atestar as ideias de Nadalim, na internet há farto material a ser explorado. O método

A maior parte do conteúdo do blog Como Educar seus Filhos é pedagógica. Em seus vídeos, no YouTube, Nadalim ensina exercícios que, segundo ele, têm o objetivo de promover o desenvolvimento linguístico das crianças desde cedo, como soprar canudos para equilibrar bolinhas no ar e executar padrões rítmicos com palmas e músicas para melhorar a articulação e a coordenação motora.

Cerca de 175 mil pessoas o seguem. O secretário também ensina algumas brincadeiras e jogos lúdicos para crianças a partir de 2 anos, usando objetos como blocos, copos coloridos e palitos de fósforo, que, de acordo com ele, fazem com que as crianças dominem técnicas de codificação e decodificação.

“Quando preparamos uma criança para ouvir, reconhecer e manipular as unidades sonoras da fala, estamos ajudando-a a desenvolver a consciência fonológica”, resume Nadalim, no artigo "Antes de Aprender a Ler, o que seu Filho Precisa Saber?".

Além dessas dicas e de cursos pagos, o blog tem espaço para críticas severas de Nadalim a todo o sistema básico educacional, sobretudo —é claro— à alfabetização.

O secretário rejeita o método global (que trabalha a partir das palavras), o método silábico (que considera a sílaba como a primeira unidade a ser aprendida) e o conceito de letramento, que, para ele, “nada mais é que a aplicação do construtivismo ao ensino de leitura e escrita, um conceito estritamente ideológico e político da arte de alfabetizar”, diz, no vídeo Letramento, o Vilão da Alfabetização no Brasil.

Ele acrescenta: “Um dos grandes erros dessa abordagem é acreditar que as crianças podem aprender a ler e escrever por meio de um jogo psicolinguístico de adivinhações”, o que, na visão dele, teria resultado nos altos índices de analfabetismo funcional.

Pesquisadores e educadores renomados, como Magda Soares e Paulo Freire (1921-1997), são os alvos preferenciais de Nadalim. Ao mesmo tempo, ele apresenta como referências o trabalho de pesquisadores como Luiz Carlos Faria da Silva e Fernando Capovilla, defensores do método fônico de alfabetização.

Outra influência no trabalho do atual secretário de Alfabetização é a sua formação católica. O secretário cita, em vários textos, a educadora e médica italiana Maria Montessori (1870-1952), além de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), teólogo e filósofo medieval.

A nomeação de Carlos Nadalim reacendeu a polêmica sobre a alfabetização, que Nova Escola chamou, em uma reportagem de maio de 2016, de “guerra dos métodos”. Ela consiste em uma oposição básica entre duas visões sobre a aprendizagem da escrita.

A visão de Nadalim é de que a aquisição da língua escrita acontece mediante um processo que relaciona diretamente a escrita e a fala. Para aprender a ler e a escrever, o indivíduo precisa aprender os fonemas (menores unidades sonoras da língua) e como eles podem ser codificados (no ato da escrita) e decodificados (no ato da leitura).

Essa abordagem é bastante diferente da que se baseia nos estudos desenvolvidos nas últimas décadas por nomes como Emília Ferreiro e Ana Teberosky, referências nos cursos de formação de professores. Para elas, essa relação entre fala e escrita não é direta. A aquisição da língua ocorre pelo contato com a cultura letrada, a partir do qual as crianças desenvolvem hipóteses gradativamente.

“Para a corrente construtivista, os problemas colocados pelas práticas de linguagem nas diferentes situações comunicativas são o ponto de partida para compreender o funcionamento do sistema de escrita. Já os fônicos sustentam que as crianças devem primeiro explorar os sons, dando ênfase às relações entre fonemas e letras. Só depois de dominarem as relações entre os fonemas e as letras é que estariam aptas a entrar em contato com a cultura escrita”, explica Maria José Nóbrega, professora do curso de Especialização em Formação de Escritores do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, em São Paulo, e assessora do Time de Autores Nova Escola.

Nas políticas públicas, a influência construtivista vem pelo menos desde 1997. Em um depoimento ao jornalista Antônio Gois no livro "Quatro Décadas de Gestão Educacional no Brasil", Maria Helena Guimarães, braço direito do ministro Paulo Renato Souza durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), lembra que Emília Ferreiro e Ana Teberosky, “que era a rainha da alfabetização” nas palavras dela, participaram ativamente da formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que estabeleceram diretrizes para todas as políticas do ministério.

Mais recentemente, programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) mesclaram o contato livre com textos (característica da abordagem construtivista) e propostas mais sistemáticas, envolvendo tarefas de consciência fonológica. Tal inflexão reflete a influência de Magda Soares. A ideia de letramento como imersão do aluno na cultura escrita —alvo das críticas de Nadalim— é defendida por ela, sem desconsiderar a necessidade de atividades mais focadas na aquisição do código.

“A criança necessariamente terá de conviver com os textos que fazem parte do cotidiano e, em algum momento, passar por um processo mais sistemático de alfabetização”, resume Claudia Lemos Vóvio, professora do Departamento de Educação Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Essa é a visão que predomina na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a ocupar o lugar dos PCNs: não há uma imposição de método determinado.

Além disso, no texto de abertura da Base, adota-se uma perspectiva reflexiva de ensino, com base nas contribuições de áreas como a Educação, a Psicologia, a Linguística e a Sociologia da Infância, entre outros.

Apesar das dificuldades que o Brasil ainda tem na alfabetização, não se pode desprezar o fato de que a adoção dessas políticas coincide com uma melhora nos indicadores. O Ideb, principal instrumento de medição da aprendizagem no Brasil, saltou de 3,6, em 2005, para 5,5, em 2017.

São estados como Ceará e Minas Gerais —alinhados a essas abordagens— que puxam a média para cima. A cidade de Lagoa Santa (MG), por exemplo, passou de 4,5 em 2005 para 6,5 em 2017 depois que a rede municipal implementou um novo projeto pedagógico com o auxílio da equipe de Magda Soares.

Não se sabe ao certo o que Carlos Nadalim pretende fazer na Secretaria de Alfabetização. Mas as críticas e as práticas pedagógicas do secretário permitem antever um projeto centrado em um método —algo inédito no Brasil, segundo Isabel Frade, pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Nunca houve um governo no país que decretasse que todos os professores usariam o mesmo método. Até porque, o que temos de fazer é dar oportunidade às crianças de vivenciarem as mais diferentes formas e ver qual é o método que atinge melhor determinado grupo”, defende a especialista.

1. Leitura Partilhada

O primeiro passo indica que os pais devem ler para as crianças diariamente, por pelo menos 15 minutos. Há uma recomendação explícita de que se dê preferência a livros ilustrados, “para que ela [a criança] possa acompanhar a leitura com atenção por mais tempo” e associe as palavras às imagens. O texto diz, ainda, que os pais podem começar a prática da leitura partilhada “desde o ventre materno”

2. Memória Auditiva de Curto Prazo

Nadalim defende que as crianças precisam exercitar a capacidade de reter informações auditivas para conseguirem se alfabetizar. Para isso, ele propõe um exercício de “emissão de comandos”, que pode ser uma brincadeira: pede-se que a criança faça alguma coisa, como “Filho, vá ao banheiro e pegue uma escova de dente. Mas espere que eu diga ‘já’. Um, dois, três, já!”

3. Consciência de Frases e Palavras

Após essa etapa, aparecem exercícios de reconhecimento das frases como unidades de sentido e das palavras, como as partes que a compõem. Recomenda o e-book: “Os pais podem usar blocos ou copos coloridos para representar cada palavra; e, assim que uma palavra for pronunciada, movimenta-se o objeto correspondente”

4. Consciência Silábica

Aqui, o método desce a uma unidade ainda menor, a sílaba, a partir de outro exercício: “Você deve segmentar palavras batendo uma palma para cada sílaba ao pronunciá-la, e a criança terá de ser capaz de dizer o número de sílabas da palavra. Use palavras que sejam familiares ao seu filho, como nomes de pessoas da sua família”, prescreve o autor

5. Consciência Fonêmica

No “momento mais importante”, explica que essa unidade é abstrata para as crianças e, embora diga que há inúmeros exercícios para aprendê-la, exemplifica apenas um. Ele consiste em criar cartões com imagens de objetos cujo nome começa com sons semelhantes, como “mala”, “mola”, “mula”, utilizando-os em dinâmicas que visam à associação entre os fonemas, as palavras escritas e as imagens

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vélez, Iolene e a desgraça do futuro da nossa educação

Quantas Iolenes já não estão espalhadas pelo país, a começar pelo Rio de Crivella?

“Uma educação baseada em princípios é uma educação baseada na palavra de Deus”, explica a senhora no vídeo. “Onde a geografia, onde a história, a matemática vai ser vista sobre a ótica de Deus, numa cosmovisão cristã. Então o aluno vai aprender que o autor da história é Deus. O realizador da geografia é Deus. Deus fez as planícies, Deus fez os relevos, Deus fez o clima. O maior matemático foi Deus. Ele começa a palavra lá em Gênesis, no primeiro dia, no segundo dia, no terceiro dia... Então para os alunos, por exemplo os menores, de primeiro ano, todo o contato que eles têm com a matemática já é no Livro de Gênesis. Então é toda a disciplina do currículo escolar organizada sobre a ótica das escrituras”.

A senhora que diz essas coisas, com esse português, com essas preposições e com essa concordância, é uma certa Iolene Lima, de quem, até outro dia, e por todos os motivos, ninguém tinha ouvido falar. Há seis dias, porém, Iolene foi indicada à Secretaria Executiva do Ministério da Educação por Ricardo Vélez Rodriguez, e desde então muita gente perdeu o sono — a começar pelo próprio ministro, que com certeza já não dorme

bem há umas duas semanas, e que, segundo o noticiário, corre agora o risco adicional de ver a sua nomeada rejeitada pela Casa Civil.

Não encontro palavras publicáveis para descrever minha reação ao vídeo da senhora Iolene. Talvez porque eu venha de um tempo em que o Ministério da Educação era tido como um ente superlativo, habitado por pessoas que tinham intimidade com o idioma e com a educação; ou talvez porque venha de um tempo em que o estado pelo menos se pretendia laico.

Também pode ser que o meu assombro venha do fato de estarmos em 2019, e de eu ainda acreditar que 2019 vem depois de 2018, 2017, 2016... ou 1950, 1837 ou 1340.

As declarações de Iolene seriam pitorescas se não fossem catastróficas, e se não representassem tão vivamente o fundamentalismo religioso e a abissal ignorância que se vê em tantos setores e níveis do governo. A confirmação ou não da sua nomeação é indiferente, até porque as eventuais objeções feitas ao seu nome não foram motivadas pelo seu discurso, mas sim por ser protegida do já defenestrado Ricardo Roquetti.

O verdadeiro escândalo não é que Iolene seja guindada à Secretaria Executiva do Ministério da Educação. O verdadeiro escândalo é que trabalhe lá, e isso ela já faz desde janeiro, como diretora de capacitação técnica, pedagógica e de gestão de profissionais na Secretaria de Educação Básica. O verdadeiro escândalo é ter um ministro que comunga das suas ideias, e que a considera apta a orientar educadores.

A essa altura, e há quantos anos, quantas Iolenes já não ocupam cargos por toda a parte, por todos os ministérios, voando nas asas da bancada evangélica? Quantas Iolenes já não estão espalhadas pelo país, a começar pelo Rio de Marcello Crivella?

Pessoas não acontecem ao lado das outras por acaso, não aparecem do nada em cargos importantes. Iolenes se cercam de outras Iolenes (ou de Damares, ou de Ernestos Araújo).

Vélez é Iolene: essa é a desgraça do nosso futuro.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Comissão do Enem vai identificar questões com teor ofensivo a tradições
Três pessoas farão parte do grupo que tem como objetivo identificar abordagens
agressivas para grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais**

Nota técnica que explica a criação de uma comissão de três pessoas para analisar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diz que o objetivo é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais".

A nota é assinada pelo responsável pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC (Inep), Paulo Cesar Teixeira. Esse é o único parágrafo que menciona critérios que serão usados pela comissão.

Em outro momento do texto, é explicado que "avaliadores externos" devem atuar para que "a análise não perpassa aspectos formais e pedagógicos, mas temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame". O trabalho da comissão é chamado pela nota de

"leitura transversal".

A criação do grupo foi noticiada hoje com exclusividade pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O grupo inclui um ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

A comissão tem dez dias para dar um parecer e dizer quais questões ficam e quais serão retiradas do maior vestibular do País. O MEC nega que se trate de censura. Segundo a portaria publicada hoje, será feita uma "leitura transversal", que "é uma etapa técnica de revisão de itens". São milhares de itens, como são chamadas as questões, no banco do Inep. E todas elas serão analisadas pelo grupo.

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno de Vélez, que é assessor no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, também indicado por Vélez.

Callado de Oliveira, em entrevista dada a uma revista da Igreja Católica, afirmou que há uma ação ideológica na comunidade do pensamento jurídico brasileiro. "Os motivos são vários, mas destaco a contaminação ideológica nas universidades, que vêm formando juristas e políticos com mentalidade cada vez mais liberal e esquerdizante", afirmou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Número de ingressos em cursos de ensino superior à distância cresce no RS, aponta pesquisa

De 2016 para 2017, número de novos alunos no estado subiu 34,2% na modalidade. Enquanto isso, quantidade de estudantes que começaram cursos presenciais caiu 4%.

O número de estudantes do ensino superior que iniciaram cursos à distância aumentou no Rio Grande do Sul. De 2016 para 2017, o número de ingressos na modalidade cresceu 34,2% no estado, tanto em universidades públicas quanto nas privadas. Enquanto isso, o número de alunos que começaram cursos presenciais caiu 4%.

Foi o que apontou o Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil. O levantamento, com base nos últimos dados do governo federal, foi apresentado nesta quarta-feira (20) em Porto Alegre.

Somente em 2017, foram mais de 75 mil novos alunos no Ensino à Distância (EAD) de universidades gaúchas. No caso das instituições particulares, o custo mais baixo do EAD é um dos principais atrativos para os estudantes.

"A vantagem hoje está basicamente em poder organizar o tempo que ele tem, distribuir isso entre o trabalho e poder otimizar um curso que antes não faria até mesmo por questões de valor. Fica 50%, 60% mais barato", estima o diretor de EAD Mário Augusto Pool.

Nicole Silveira está no terceiro semestre de pedagogia, o curso EAD mais procurado na rede privada do Rio Grande do Sul em 2017. Ela já faz estágio e, com o dinheiro que ganha, paga os R\$ 330 da mensalidade. "O valor à distância faz com que eu consiga cursar as cinco cadeiras. Se fosse um presencial, não conseguiria cursar as cinco, só três, por exemplo", conta.

As universidades se adaptaram a esse novo momento. Investiram em estúdios, onde são feitas as gravações, transmitidas pela internet. Os alunos podem acompanhar as aulas de casa ou de qualquer lugar, pelo celular.

É preciso ficar atento, no entanto, à qualidade dos cursos, que são avaliados pelo Ministério da Educação. De uma escala que vai de 1 a 5, aquele que tiver nota inferior a 3 precisa ser analisado com cautela pelo estudante.

"É um curso que, tendo sido avaliado abaixo do mínimo satisfatório, tem problemas", considera Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cai aprendizado de matemática no último ano do ensino médio, aponta levantamento

Índice é ainda pior considerando os níveis sociais e de raça. Em língua portuguesa, a evolução ainda é pequena. Estudo do Todos pela Educação foi feito com base nos dados do Saeb de 2007 a 2017.

Dados divulgados pelo movimento Todos pela Educação nesta quinta-feira (21) apontam que o aprendizado de matemática dos estudantes do 3º ano do ensino médio caiu 0,7 ponto percentual (pp) no Brasil entre 2007 e 2017. Isso quer dizer que os concluintes desta etapa de ensino estão saindo da escola sabendo menos do que os estudantes formados há uma década. Nas escolas públicas, a queda foi ainda maior: de 4 pp. O índice piora quando a comparação considera raça e o nível socioeconômico do estudante.

A análise do Todos foi feita com base nos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC), e busca monitorar se os alunos estão aprendendo o que deveriam naquele ano de ensino.

A conclusão é que o aprendizado dos estudantes que estão no último ano do ensino médio não só avançou pouco em uma década, como regrediu em matemática.

Em língua portuguesa, a situação melhorou um pouco de 2007 a 2017, mas o nível registrado em 2017 é praticamente o mesmo de 2011.

"No ensino médio, constatamos um cenário extremamente crítico de aprendizagem, em que os índices estão praticamente estagnados nos últimos 10 anos", diz Caio Sato, coordenador do núcleo de inteligência do Todos pela Educação.

Aprendizado adequado no 3º ano do ensino médio (%)

Evolução da porcentagem de alunos no fim do ensino médio com aprendizado adequado

Aprendizagem de matemática

Em 2007, os índices do Saeb mostravam que 9,8% dos estudantes no 3º ano do ensino

médio apresentaram o aprendizado adequado dos conteúdos em matemática. Em 2017, esse índice caiu para 9,1%.

Na rede pública, apenas 4% dos estudantes que estavam no último ano do ensino médio em 2017 haviam aprendido o que se esperava em matemática nesta idade, ou seja, 96% deles apresentavam déficit. Nas escolas da rede privada, o índice de alunos com aprendizado adequado foi de 39,3%.

Os dados apontam que o nível socioeconômico do estudante influi no desempenho escolar. Nas escolas que concentram alunos de menor renda, apenas 3,1% aprenderam tudo o que deveriam de matemática no 3º ano do ensino médio. Nas escolas que concentram estudantes de maior renda, o aprendizado adequado chegou a 63,6% do total de alunos.

Em relação à raça, alunos que se declaram pretos aprenderam 4,1% do conteúdo esperado em matemática; pardos, 5,7% e brancos, 16%.

Veja a evolução da porcentagem de alunos com aprendizado adequado em matemática em cada região do Brasil:

3º ano do ensino médio: aprendizagem de MATEMÁTICA de 2007 a 2017

Evolução, em pontos percentuais, da quantidade de estudantes com aprendizado esperado

Aprendizagem da língua portuguesa

Os dados que medem os conteúdos de língua portuguesa aprendidos pelos alunos do 3º ano do ensino médio indicam um cenário um pouco melhor, mas ainda insatisfatório. Em uma década, o índice de aprendizagem nesta área cresceu 4,6 pontos percentuais (pp) no Brasil, em média, mas isso significa que só 29,1% dos estudantes do último ano do ensino médio haviam aprendido o que se considera adequado para a idade – 70,9% apresentavam déficit de ensino.

Os índices também apresentam variações negativas se levados em conta a rede de ensino, o nível socioeconômico e a raça dos estudantes.

Se nas escolas da rede privada 67,5% dos estudantes haviam aprendido tudo o que era esperado em língua portuguesa no 3º ano do ensino médio, na rede pública a porcentagem caiu para 22,7%.

Em relação ao nível socioeconômico, 83% dos estudantes de maior renda aprenderam o conteúdo esperado, enquanto na população de menor renda, apenas 17% atingiu os níveis adequados de aprendizagem.

Quando analisada a raça dos estudantes, também há variações. Entre os autodeclarados pretos, 21,7% atingiram os níveis adequados de aprendizagem contra 24% dos pardos e 40% dos brancos.

3º ano do ensino médio: aprendizagem de PORTUGUÊS de 2007 a 2017

Evolução, em pontos percentuais, da quantidade de estudantes com aprendizado esperado

Pontos percentuais

Metas do Todos pela Educação

O relatório divulgado nesta quinta analisa uma das cinco metas definidas pelo Movimento Todos pela Educação para acompanhar a evolução do ensino e aprendizagem no Brasil. Trata-se da meta 3: "todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano".

Veja quais são todas as metas:

Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano
Todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos
Investimento ampliado e bem gerido

O que é aprendizado adequado?

Para medir se um aluno aprendeu ou não o que se esperava dele até aquele ano, o Todos pela Educação usa, como referência, o nível médio de alguns países que servem de modelo para o sistema educacional do Brasil.

Em 2006, o movimento reuniu especialistas para desenvolver um método de comparação entre os resultados do Brasil no Saeb com o resultado médio dos países que participam do Pisa, o Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes, aplicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No ensino médio, o desempenho médio dos países no Pisa equivalem, no Saeb, às notas 300 em língua portuguesa e 350 em matemática.

"Consideramos que os estudantes têm aprendizado adequado quando atingem ou superam os níveis correspondentes ao seu ano nas avaliações do Saeb", diz o relatório.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Ufes abre concurso público de nível médio e superior com salários de até R\$ 4,6 mil

Há oportunidades de trabalho nos campus de Vitória e Alegre. As inscrições começam no dia 6 de maio.

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) publicou edital de concurso público com nove vagas para selecionar profissionais do quadro técnico administrativo. Há oportunidades para níveis médio e superior. As inscrições começam no dia 6 de maio. Os salários podem chegar a R\$ 4,6 mil.

Há oportunidades de trabalho nos campus de Vitória e Alegre, no Sul do Espírito Santo.

A data provável de prova é dia 18 de agosto, a partir de 14h. Confira os cargos oferecidos e os requisitos exigidos:

Concurso Público do Quadro de Pessoal Técnico Administrativo

Cargo Local de trabalho Requisitos exigidos para ingresso no cargo* Total de Vagas

Jornada de trabalho semanal Nível

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO Vitória Médio Profissionalizante ou Médio

completo + experiência de 12 meses na área administrativa 2 40 horas D
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA: BIOLOGIA Vitória Médio Profissionalizante
ou Médio completo + curso Técnico em Biologia 1 40 horas D
TÉCNICO EM CONTABILIDADE Vitória Médio Profissionalizante ou Médio
completo + curso Técnico em Contabilidade 1 40 horas D
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA Alegre Curso Superior em Biblioteconomia
ou Ciências da Informação 2 40 horas E
ENGENHEIRO/ÁREA: AGRÍCOLA Alegre Curso Superior na área*** 1 40 horas E
ENGENHEIRO/ÁREA: FLORESTAL Vitória Curso Superior na área*** 1 40 horas E
JORNALISTA Vitória Curso Superior em Jornalismo ou Comunicação Social com
Habilitação em Jornalismo 1 25 horas E
Fonte: Ufes

* Os cursos indicados no requisito/escolaridade devem ser reconhecidos pelo MEC e somente deverão ser comprovados e analisados no ato da posse.

** Não haverá reserva de vagas para provimento imediato para negros - pessoa preta ou parda (PPP) e para pessoa com deficiência (PCD), em razão de o quantitativo de vagas ofertado inicialmente ser inferior ao previsto em lei para reserva. Das vagas existentes para cada cargo somadas às vagas surgidas durante o prazo de validade do Concurso Público, em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, e suas alterações, serão considerados os percentuais legalmente devidos para fins de análise se a nomeação se dará para a modalidade ampla concorrência (AC), ou para as modalidades de reserva de vagas (para o caso de haver nomeações superiores ao quantitativo original de vagas previstas neste Edital).

***Curso superior contemplado na grande área 5.03.00.00-8 da tabela de áreas do conhecimento do CNPq.

****Curso superior contemplado na grande área 5.02.00.00-3 da tabela de áreas do conhecimento do CNPq.

Salários

As remunerações previstas em edital são:

Nível de Classificação D - R\$ 2.446,96 + R\$ 458,00 = R\$ 2.904,96

Nível de Classificação E - R\$ 4.180,66 + R\$ 458,00 = R\$ 4.638,66

(* Vencimento Básico a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme Anexo I-C da Lei nº 11.091/2005, incluído pela Lei nº 13.325/2016.)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Sead abre inscrições ao processo seletivo para perito médico em sete municípios do Pará

Inscrições seguem até 31 de março. Jornada de trabalho será de 6 horas diárias e a remuneração é de R\$ 3.345,14.

A Secretaria de Estado de Administração (Sead) inicia nesta quinta-feira (21) as inscrições ao processo seletivo para preenchimento de 14 vagas para o cargo de perito médico, para substituição de temporários. As inscrições podem ser feitas até 31 de março com o cadastramento de dados no sistema.

Estão abertas vagas para os municípios de Belém (8 vagas), Ananindeua, Altamira, Conceição do Araguaia, Marabá, Santarém e Tucuruí (uma vaga para cada município). Para participar da seleção, os profissionais devem ter diploma do curso de graduação em Medicina, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

O processo seletivo será composto de inscrição; análise documental e curricular, de caráter eliminatório e classificatório; e entrevista pessoal, também de caráter eliminatório e classificatório.

A jornada de trabalho será de 6 horas diárias, totalizando 30 horas semanais. A remuneração é de R\$ 3.345,14, que corresponde ao vencimento-base de R\$1.858,41 e a gratificação de escolaridade, no percentual de 80% incidente sobre o vencimento-base, no valor de R\$1.486,73, acrescida da gratificação de desempenho de gestão, e, sob a forma de indenização, o auxílio-alimentação no valor de R\$ 546,01.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Santa Catarina aumenta índices de aprendizagem no ensino fundamental, aponta levantamento

Estado apresenta um dos melhores resultados tanto no 5º quanto no 9º ano. Estudo do Todos pela Educação foi feito com base nos dados do Saeb de 2007 a 2017.

Santa Catarina, ao lado de São Paulo, é um dos estados com melhores resultados de aprendizagem tanto no 5º quanto no 9º ano do ensino fundamental no Brasil, segundo o monitoramento da Meta 3 feito pelo movimento Todos Pela Educação. As informações foram divulgadas nesta quinta-feira (21). A análise foi feita entre os anos de 2007 e 2017.

O levantamento foi feito com base nos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC), e busca monitorar se os alunos estão aprendendo o que deveriam naquele ano de ensino.

Segundo os dados, a aprendizagem de língua portuguesa e matemática segue avançando no 5º ano do ensino fundamental, ao longo dos anos. Entre 2007 e 2017 o percentual de estudantes com aprendizado adequado no 5º ano dobrou no país: em língua portuguesa aumentou de 27,9% para 60,7% (32,8 pontos percentuais) e, em matemática, cresceu de 23,7% para 48,9% (25,2 pp).

Em Santa Catarina, o aumento da aprendizagem adequada em língua portuguesa no 5º ano foi de 37,9% pontos percentuais, passando de 34,9% em 2007 para 72,8% em 2017, considerando rede pública e privada. Em matemática foi 31,4% pontos percentuais, saindo de 30,8% em 2007 para 62,6 em 2017.

O levantamento mostra também que a aprendizagem dos alunos no 9º ano do Ensino Fundamental segue evoluindo, porém em ritmo mais lento e em patamares mais baixos. O percentual de alunos com aprendizado adequado no período de dez anos foi de 20,5%

para 39,5% em língua portuguesa e, em matemática, de 14,3% para 21,5%.

No 9º ano em Santa Catarina, o aumento da aprendizagem adequada em língua portuguesa, considerando rede pública e privada em dez anos, foi de 26,6% pontos percentuais. Saiu de 21,7% em 2007 para 48,3% em 2017. Em matemática foi de 11,6% pontos percentuais, de 17% em 2007, para 28,6, em 2007.

Aprendizado adequado

Para medir se um aluno aprendeu ou não o que se esperava dele até aquele ano, o movimento Todos pela Educação usa, como referência, o nível médio de alguns países que servem de modelo para o sistema educacional do Brasil.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Deputados evangélicos cancelam reunião com ministro da Educação bancada havia demonstrado receio de comparecer ao encontro, para não ser interpretado como apoio a Vélez

Deputados da bancada evangélica cancelaram a reunião que teriam no início da tarde desta quarta-feira (20/3) com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Segundo um parlamentar, o ministro teria remarcado o encontro para as 16h30, o que iria coincidir com o horário da sessão plenária da Câmara. “Articulamos para não acontecer. A bancada cancelou por choque de horário com Congresso”, contou o parlamentar. São informações do Estadão.

Como o Estadão informou nesta quarta, esses deputados ameaçavam boicotar o convite do ministro para a reunião que ocorreria nesta quarta no seu gabinete, em Brasília. A ausência foi tratada em conversas em grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica às quais o jornal teve acesso.

A preocupação deles era de que a presença no encontro fosse interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

A reportagem apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos cotados para substituir Vélez.

Ministro na berlinda

O ministro está na berlinda desde que virou alvo do grupo ligado ao escritor Olavo de Carvalho e se envolveu em polêmicas, como determinar que as escolas gravassem os alunos cantando o Hino Nacional e enviassem vídeos ao Ministério da Educação (MEC). Após o Estadão revelar o caso, o ministro recuou.

O presidente interino da Frente Parlamentar Evangélica, deputado federal Lincoln Portela (PR-MG), disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião com o ministro. O objetivo, segundo ele, era levar a frente para abrir diálogo com Vélez.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres Disparidade chega a ser de 5 vezes dependendo do nível socioeconômico dos alunos analisados

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos.

A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

“A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil”, diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. “A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres”, avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico.

O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens.

A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. “Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio”, defende.

De acordo com o diretor, ocorre o contrário no país. “Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com

regiões de nível socioeconômico mais elevado”.

Aprendizagem adequada

De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017.

No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do ensino médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países.

Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do ensino médio.

Ministério da Educação

No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa. Os níveis considerados são mais rígidos do que os definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

Pelo critério do MEC, apenas 1,62% dos estudantes obtiveram o mínimo adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio e 4,52%, o mínimo em matemática, em 2017.

[topo](#)

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Senado avalia flexibilizar regras do MEC para instalação de creches

Um projeto de lei (PL) que tramita no Senado Federal pretende flexibilizar regras do Ministério da Educação (MEC) para a construção de creches públicas com recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Entre as normas atuais, a pasta impõe tamanhos específicos e exige documentação que comprove o domínio da área para a liberação de repasses – o que não ocorre em endereços irregulares.

A situação acontece, por exemplo, em regiões como Pôr do Sol, Sol Nascente, Vicente Pires, Ceilândia, Itapoã e outras localidades do Distrito Federal. A mesma situação

ocorre ainda em Paraisópolis (SP), Rio das Pedras (RJ), Nova Jurunas (PA), Casa Amarela (PE) e em algumas capitais. Muitos dos impasses se dão, principalmente, pela falta de terrenos desocupados que se enquadrem nas imposições do governo federal.

Se a proposta for aprovada, o MEC terá de considerar as especificidades de cada localidade, em especial as que ainda estão em fase de regularização. “Devemos pensar em alternativas para atender as necessidades da população que mais precisa, construindo unidades menores que, em maior quantidade, possam atender à demanda sem criar ou agravar problemas sociais”, afirma a senadora Leila Barros (PSB-DF), autora da proposição.

Apresentado, o PL 1301 está sendo avaliado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Logo após, seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde terá resultado em caráter terminativo. Caso o projeto receba a adesão da maioria do colegiado, o Senado despacha-o automaticamente para análise da Câmara dos Deputados.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Brasil mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres Disparidade chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos.

A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

“A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil”, diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. “A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres”, avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico.

O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou

computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens.

A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. “Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio”, defende.

De acordo com o diretor, ocorre o contrário no país. “Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com regiões de nível socioeconômico mais elevado”.

Aprendizagem adequada

De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017.

No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do ensino médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países.

Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do ensino médio.

Ministério da Educação

No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa. Os níveis considerados são mais rígidos do que os

definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

Pelo critério do MEC, apenas 1,62% dos estudantes obtiveram o mínimo adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio e 4,52%, o mínimo em matemática, em 2017.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos.

A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

“A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil”, diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. “A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres”, avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico.

O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens.

A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus

principais potenciais: reduzir desigualdades. “Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio”, defende.

De acordo com o diretor, ocorre o contrário no país. “Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com regiões de nível socioeconômico mais elevado”.

Aprendizagem adequada

De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017.

No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do ensino médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países.

Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do ensino médio.

Ministério da Educação

No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa. Os níveis considerados são mais rígidos do que os definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

Pelo critério do MEC, apenas 1,62% dos estudantes obtiveram o mínimo adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio e 4,52%, o mínimo em matemática, em 2017.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Quem são os membros da comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem

Comitê com três homens foi nomeado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez; segundo o Inep, que organiza a prova, o objetivo do grupo será verificar sua pertinência com a realidade social.

Nesta segunda-feira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) anunciou a criação de uma comissão que vai fiscalizar o conteúdo das questões do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem.

De acordo com o Inep, o objetivo da comissão será "analisar as questões para verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame."

A comissão vem na esteira das muitas críticas que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e membros do governo vêm fazendo ao exame. Os bolsonaristas acusam a prova de fazer proselitismo ideológico à esquerda e incentivar discussões sobre gênero e sexualidade - o que, para eles, são conteúdos impróprios para serem tratados nas escolas.

Em novembro do ano passado, dias depois de ser eleito, Bolsonaro usou as redes sociais para criticar uma questão do exame que mostrava termos usados pela comunidade LGBT. O item questionava quais são as características técnicas para que uma linguagem seja considerada um dialeto.

"Este tema da linguagem particular daquelas pessoas, o que temos a ver com isso, meu Deus do céu? Quando a gente vai ver a tradução daquelas palavras, um absurdo. Vai obrigar a molecada a se interessar por isso agora para o Enem do ano que vem?"

Depois, o presidente acrescentou: "No Enem não vai ter pergunta como essa no ano que vem. Vão ter questões que interessam ao futuro da nossa nação. Isso [a pergunta] estimula a briga de quem pensa diferente. Escola não é lugar para aprender a fazer sexo."

Ao ser nomeado, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que Bolsonaro era "o dono do Enem" e que ele teria acesso às questões da prova.

A comissão terá três membros: Marco Antônio Barroso Faria, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador do Ministério Público de Santa Catarina.

Os dois primeiros membros do comitê já faziam parte dos quadros do MEC - um deles, Barroso Faria, foi nomeado por Vélez em janeiro. Já o procurador Gilberto Callado de Oliveira foi apontado pelo Inep como "um representante da sociedade civil" dentro da comissão.

Historicamente, o conteúdo do exame é selecionado a partir de um banco de questões formuladas por técnicos do Inep. Segundo o órgão, apenas pessoas autorizadas têm acesso à prova. Para analisar o conteúdo, os membros da nova comissão terão de assinar um termo de compromisso de confidencialidade e sigilo.

Além de medir o conhecimento dos alunos do Ensino Médio, o Enem é usado para selecionar estudantes da maior parte das universidades federais.

Mas quem são os membros dessa comissão que vai avaliar se existe conteúdo ideológico na prova?

Gilberto Callado de Oliveira

Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de Navarra, na Espanha, o procurador Gilberto Callado de Oliveira foi nomeado como "representante da sociedade civil" no órgão que vai fiscalizar "conteúdo ideológico" do Enem.

Questionado pela BBC News Brasil, o Inep não comentou quais foram os critérios para a escolha do procurador.

Em artigos, livros e entrevistas, Callado de Oliveira tem posições próximas da direita do espectro político.

Ele é contra a descriminalização do aborto e das drogas, além de se mostrar bastante crítico ao chamado garantismo penal - visão jurídica que enfatiza a importância dos direitos fundamentais durante uma investigação ou processo.

"Na Lei de Execuções Penais os sentenciados têm muito mais direitos que deveres", disse em entrevista ao site Catolicismo, em 2007. "Os motivos são vários [para o garantismo virar uma corrente no Judiciário], mas destaco a contaminação ideológica nas universidades, que vêm formando juristas e políticos com mentalidade cada vez mais liberal e esquerdizante."

Recentemente, ele voltou ao tema em seu perfil no Twitter: "Vivemos um gravíssimo período de confusão e insegurança jurídica do sistema penal. A hermenêutica garantista dos magistrados vai esboroando toda a estrutura de defesa da ordem penal ou o que resta dela, em benefício de um catálogo extenso de direitos fundamentais dos réus."

O procurador também é próximo do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, entidade conservadora cristã que sucedeu a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Criada em 1960 pelo ex-deputado federal e advogado Plínio Corrêa de Oliveira, a TFP ficou conhecida por apoiar o regime militar, combater o comunismo e, nos anos 1990, posicionar-se contra o divórcio e favor da monarquia.

Em uma palestra no instituto em 2013, o procurador Callado de Oliveira comparou a descriminalização do aborto ao "infanticídio", dizendo que o procedimento ficaria sem punição caso o Código Penal fosse reformado.

O procurador chegou a dedicar seu livro A Verdadeira Face do Direito Alternativo (Ed. Juruá) ao fundador da TFP. "Ao saudoso professor Plínio Côrrea de Oliveira, representante maior da inteligência contrarrevolucionária", escreveu.

Segundo seu perfil na plataforma Lattes, Callado de Oliveira atualmente é professor da Universidade do Vale do Itajaí e da Universidade Cândido Mendes, além de atuar na Escola de Aperfeiçoamento do Ministério Público.

Antonio Maurício Castanheira das Neves

Doutor em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antonio Maurício Castanheira das Neves tem perfil mais voltado à educação em comparação com seu novo colega da comissão do Enem, o procurador Callado de Oliveira.

Neves atua no setor de avaliação de cursos superiores do Inep desde 2006, quando o MEC era chefiado pelo petista Fernando Haddad.

Bastante discreto nas redes sociais, Neves não costuma publicar posicionamentos sobre política ou costumes em seus perfis.

Além de trabalhar no MEC, ele já atuou como professor e coordenador de cursos superiores em diversas universidades, como a Universidade Católica de Petrópolis e o Centro Universitário Augusto Motta, no Rio de Janeiro.

Uma de suas pesquisas acadêmicas versa sobre a "cultura escolar, currículos e construção de identidades". O trabalho é descrito assim em seu perfil na plataforma Lattes:

"A pesquisa visa a compreender como questões de identidade e diferença são tratadas nas normas, nas práticas e nos saberes ensinados em uma escola de Ensino Fundamental. Pretende também verificar de que forma as ideias pedagógicas norteadoras das decisões referentes a esses elementos curriculares podem, paradoxalmente, estar sugerindo valores e condutas que venham a diferenciar, confinar, desqualificar os alunos para a participação na sociedade."

Marco Antônio Barroso Faria

O terceiro nomeado para a comissão que analisará as questões do Enem também é doutor em filosofia, como seus colegas Castanheira e Callado de Oliveira.

Barroso Faria foi nomeado para o cargo de secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC em janeiro deste ano. Foi nomeado em uma leva de dez indicados pelo ministro Vêlez ao assumir a cadeira.

Os dois são bastante próximos, pois Vêlez foi o orientador de Barroso Faria em seu doutorado em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Desde 2011, Barroso Faria trabalha como professor e pesquisador na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) nas áreas de Filosofia e História das Ciências, Ética e Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação.

Em fevereiro, em um evento em uma entidade de ensino superior particular, ele ressaltou o pilar ideológico sobre o qual as ações do MEC vão se apoiar na área. "Estamos em um governo liberal-conservador, portanto, para nós, o ensino privado é algo natural e necessário. As instituições particulares de educação superior chegam, muitas vezes, onde o Estado não chega. Então, fiquem tranquilos que a visão não é de rivalidade, mas de parceria."

BBC Brasil - Todos os direitos reservados - É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Alfabetização em São Paulo prioriza método híbrido

Método fônico, escolhido pelo MEC para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece nos colégios particulares

O método fônico, escolhido pelo MEC (Ministério da Educação) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da "guerra de métodos" não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas "alfabetizar com método". Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do fônico. "Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão", diz a coordenadora Joana D'Arc Gonçalves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. "Que nada tem a ver com o fônico", esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. "Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano."

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. "Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização", diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoio.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. "Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade", diz.

Bilíngue

Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana "balanced literacy", com estratégias dos métodos global e fônico. "Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para

o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto", diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas — são 45, enquanto no português são 31. "O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico."

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Escolas mais tradicionais de SP mesclam métodos de alfabetização

Tanto escolas tradicionais quanto inovadoras não veem sentido em só usar o sistema fônico

O método fônico, escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para ser estimulado e induzido nas escolas brasileiras para a alfabetização, não aparece de forma individualizada nem privilegiada nos colégios particulares mais tradicionais e renomados de São Paulo. Há décadas, eles usam uma mescla de métodos e só recorrem ao fônico quando a criança já domina o processo de leitura e escrita, mas ainda tem dúvidas pontuais.

Para as escolas, a volta da "guerra de métodos" não traz contribuições para os desafios que o País enfrenta para alfabetizar as crianças na idade certa. Todas destacam que o importante não é eleger uma metodologia correta ou melhor, mas "alfabetizar com método". Ou seja, ter professores bem formados, que saibam lançar mão de diferentes estratégias e tenham apoio pedagógico para fazer os alunos ler e escrever com capacidade.

Com 59 anos de existência, o Colégio Rio Branco, na região central de São Paulo, há mais de duas décadas trabalha com um método misto de alfabetização, que se afasta do fônico. "Não se ensina alfabetização a uma criança, ela passa por um processo em que é preciso estimular a reflexão", diz a coordenadora Joana D'Arc Gonçalves.

Na unidade, essa etapa se inicia ainda na educação infantil, com o que chamam de consciência fonológica. "Que nada tem a ver com o fônico", esclarece Joana. Esse primeiro processo passa por brincadeiras e jogos sonoros em que a criança se apropria dos sons das palavras que ouve e fala. "Se quisermos que o aluno leia e escreva com competência, a alfabetização tem de estar vinculada a seu cotidiano."

Uma das mais tradicionais da capital com influência construtivista, a Escola da Vila, na zona oeste, refuta a ideia de iniciar o processo de alfabetização com a apresentação dos fonemas. "Fazer a criança decorar e repetir os sons de cada letra é ignorar o fato de que ela pode criar hipóteses, de que ela tem conhecimentos já acumulados. Corre-se um grande risco de ela já perder o interesse pelo mundo escrito por apostar em um modelo maçante de memorização", diz a coordenadora da unidade, Miruna Genoino.

Uma atividade bastante comum na concepção dela é fazer as crianças observarem seus nomes e os dos colegas. "Os nomes próprios são palavras dotadas de muito significado e sentido e trazem uma oportunidade enorme para a base da escrita. Por exemplo, tenho duas alunas, a Julia e a Juliana, e eu peço para que a sala observe o que esses nomes têm

de parecido e diferente. Depois, partimos para outras palavras que têm a mesma sonoridade", diz.

Bilíngue

Na Avenues, escola com currículo bilíngue, é utilizada a metodologia americana "balanced literacy", com estratégias dos métodos global e fônico. "Usar só o método fônico, sem pensar em vocabulário, contexto ou literatura, não faz sentido nenhum para o aluno. Usamos o que há de melhor em cada estratégia de ensino. Não se alfabetiza sem ensinar a parte mecânica, mas não se cria interesse e motivação sem o contexto", diz Anne Baldisseri, diretora da escola.

Segundo ela, o método fônico é mais presente em países da língua inglesa por ter um número grande de fonemas - são 45, enquanto no português são 31. "O inglês tem sons muito parecidos e a criança precisa mais da memorização. Em português, ela consegue deduzir mais e criar as próprias estratégias, sem a necessidade de tanta repetição como propõe o fônico."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro pede fim de manipulação ideológica nas universidades

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, defendeu que as universidades do país não tentem "implantar" ideologias políticas em seus alunos, mas se foquem em ensinar princípios como honestidade, respeito e patriotismo.

"Não deixem que tentem fazer de vocês fantoches, não sejam manipulados por ideologia", disse o ministro a um grupo de estudantes na noite de ontem, durante uma aula magna na Universidade Santa Úrsula, no Rio.

"Eu vejo a educação, do ponto de vista pessoal, como sendo um processo onde você deixa o aluno se desenvolver para criar suas próprias conclusões. Não é você fazer um sistema onde, para garantir os seus interesses, o seu projeto de poder ou a sua ideologia, você manipula a mente do jovem", declarou.

O ministro não mencionou nenhum tipo específico de ideologia a ser evitada. Uma das bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi fim do ensino ideológico nas escolas do país. No período eleitoral, o presidente fez críticas a ideologias ligadas à esquerda.

Em sua fala, Santa Cruz defendeu que a universidade se foque em ensinar princípios como a tolerância. "Você tem que ensinar o cara a respeitar todo mundo, não interessa se é gay, se é lésbica ou se não é lésbica, se é negro ou se é branco, se é magro ou se é gordo, tem que respeitar todo mundo", disse.

Sem citar a atual crise no MEC (Ministério da Educação), ele disse ainda que negociará com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a criação de um canal direto de comunicação ligando as universidades públicas e privadas à pasta.

No início deste mês, Vélez Rodríguez promoveu um processo de substituições e remanejamentos de servidores do MEC.

A ação ocorreu no mesmo momento em que o escritor Olavo de Carvalho --espécie de guru de Bolsonaro e que havia indicado Véléz Rodríguez para a pasta-- recomendou que seus seguidores deixassem o governo.

Nos bastidores, há uma disputa dentro do MEC entre as alas militar, olavista e técnicos da pasta.

Santos Cruz não fez referência às recentes substituições no MEC em seu discurso na universidade carioca, mas disse que a pasta está num momento de seleção de pessoas.

O objetivo seria melhorar não só a filosofia educacional, mas principalmente o gerenciamento dos recursos do ministério.

O ministro disse que houve muitos desperdícios em administrações anteriores. Na área de educação, Santos Cruz disse que encontrou 2.600 obras não concluídas.

Ele afirmou que essas obras apresentam atualmente índices de andamento que variam entre 50% e 85% e que o governo pretende concluir todas durante o mandato.

Uma das atribuições de Santos Cruz na Secretaria de Governo é cuidar da comunicação do Executivo com dos diversos setores da sociedade. Ele disse que negociará com Véléz Rodríguez a criação de um canal específico ligado as universidades ao governo.

"Eu vou conversar com o ministro da educação, porque ficou bem nítido o anseio que tem o ambiente universitário. Acho que isso pode se expandir para todos os níveis de escolaridade", afirmou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

País mantém desde 2011 diferença de aprendizagem entre ricos e pobres

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina. Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos.

A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível.

"A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil", diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. "A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado entre mais ricos e mais pobres", avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico.

O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador. Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior.

Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens.

A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. "Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio", defende.

De acordo com o diretor, ocorre o contrário no país. "Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com regiões de nível socioeconômico mais elevado".

Aprendizagem adequada

De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017.

No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do ensino médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países.

Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes

devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do ensino médio.

Ministério da Educação

No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa. Os níveis considerados são mais rígidos do que os definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

Pelo critério do MEC, apenas 1,62% dos estudantes obtiveram o mínimo adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio e 4,52%, o mínimo em matemática, em 2017.

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Programa de Verão CAPES/IIASA tem resultado divulgado

A CAPES divulga nesta quarta-feira, 20, o resultado do edital nº36/2018, do Programa de Verão pra Jovens Cientistas CAPES/IIASA de Doutorado-Sanduíche, publicado no Diário Oficial da União. A etapa será cursada no Instituto Internacional para análise de Sistemas Aplicados (IIASA), em Laxemburgo, na Áustria, e terá duração de três meses.

Programa de Verão para Jovens Cientistas

Ação de cooperação entre a CAPES e o IIASA, o Programa proporciona a estudantes e pesquisadores de alto nível no Brasil, a oportunidade de estudos em várias áreas, como ciência e tecnologia, agricultura, meio-ambiente, ciências naturais, análise de energia e recursos de sistemas. Além disso, favorece o acesso de pesquisadores brasileiros aos centros internacionais de excelência, fortalecendo o processo de internacionalização do ensino superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileiras. cursos especiais+

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura CCS/CAPES

[topo](#)

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

CAPES publica alterações no edital do PrInt

A CAPES publicou nesta quarta-feira, 20, alterações no edital nº 41/2017 que possui as diretrizes do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt). As mudanças estão no Diário Oficial da União de hoje.

Confira as modificações aqui.

PrInt

O programa estimula o avanço institucional na internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras, resultando na competitividade e visibilidade da produção científica do País. cursos especiais+

O PrInt apoia a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas escolhidas. Deste modo, incentiva a formação de redes de pesquisas internacionais para aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura CCS/CAPES

topo ↕

O DIA MAIS - TEMPO REAL

CESMAC inaugura projeto que eterniza Intelectuais Alagoanos

O Centro Universitário CESMAC inaugura na próxima quinta-feira, 28, as 10 horas, a Galeria Externa Tributo à Inteligência Alagoana.

O trabalho faz parte do projeto Intervenções Urbanas no Polígono do CESMAC que está em execução desde agosto de 2018 e é coordenado pelas professoras mestras Carol Gusmão e Morgana Medeiros.

A ideia do projeto é agregar arte, inovação, integração e criar uma ideia de pertencimento nas pessoas, para que o ambiente acadêmico e universitário seja realmente notado e valorizado por todos.

Tributos à Inteligência Alagoana, homenageia 12 intelectuais alagoanos que se destacaram e ainda se destacam por seus trabalhos relevantes e influentes em toda sociedade. O projeto homenageia não apenas personalidades que já se encontram na memória das pessoas, mas também àquelas que ainda estão em atuação e produção constante de conhecimento.

As pinturas estão localizadas nas paredes laterais do Campus I e foram feitas pelo artista alagoano, Suel Cordeiro Damasceno.

Entre os homenageados: o professor e economista Dirceu Lindoso, o historiador Moacir Medeiros de Santana, o escritor e pedagogo Élcio de Gusmão Verçosa, o jornalista Audálio Dantas, o matemático Manfredo Perdigão do Carmo, o jornalista e teatrólogo Romeu de Avelar, a atriz Linda Mascarenhas, a pianista Selma Teixeira Brito, o sociólogo Luiz Sávio de Almeida, o flautista membro do movimento armorial Egildo Vieira do Nascimento, o filósofo, poeta e jurista Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda e o economista Cícero Pericles.

topo ↕

PAINEL NOTÍCIAS - AL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mulher, negra e doutora: uma história de superação na Ufal

No Dia Internacional de Combate à discriminação Racial, conheça a história de Mariana. Uma mulher que lutou contra o próprio preconceito prova que a melhor resposta vem da educação

Um sistema de ensino que garante a formação educacional da maioria das pessoas é um indicador presente em nações com elevados índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida. No Brasil, embora a educação seja um direito assegurado pela Constituição, conseguir concluir a educação básica, ter uma formação profissional ou fazer um curso superior ainda são realidades muito distantes de grande parcela da população.

Em meio a tantas dificuldades para ter acesso ao conhecimento, há os que agarram as poucas e improváveis oportunidades que aparecem e conseguem mudar a trajetória de vida. Foi assim com Mariana da Silva Santos. Ela, que nunca pensou em cursar o ensino superior, não apenas fez a graduação em Farmácia, como também se tornou mestre e,

recentemente, doutora em Ciências da Saúde. Todas as etapas de estudo cumpridas na Universidade Federal de Alagoas. Ela defendeu a tese no início deste mês de março.

Ao lembrar de tudo o que passou, destaca que a educação e as oportunidades encontradas na Ufal mudaram a vida dela. “Depois de todos esses anos estudando, eu comprovei que a educação é a única que pode realizar essa mudança. Por meio dela, tive inúmeras oportunidades, conheci muitas pessoas importantes e hoje eu sou farmacêutica, mestre e doutora em Ciências da Saúde. Logo eu, que pensei que o máximo que aconteceria comigo era trabalhar como empregada doméstica, porque foi isso que aconteceu com a minha vó e a minha mãe”, conta. E aproveita para estimular outros jovens: “Por mais piegas e careta que pareça, sonhem e tenham objetivos maiores do que a sua realidade, porque eu garanto que ela pode ser mudada se você correr atrás, e isso só será possível se você acreditar na educação. Só ela é capaz de fazer essa reviravolta na vida de qualquer pessoa”, diz a recém-doutora.

Filha única de mãe solteira e que trabalhou como empregada doméstica até se aposentar, Mariana é a única da família a ter nível superior. “Morei com minha mãe e meus avós analfabetos a minha vida toda, sou proveniente do bairro da Chã de Bebedouro, periferia de Maceió, e estudei em escola pública da 1ª série do ensino fundamental até o 3º ano do médio. Além disso, sou mulher e negra em uma sociedade machista e racista, só por isso eu já tive muitos problemas, mas nunca liguei porque temos que fazer o melhor que pudermos com aquilo que temos”, reflete.

Ela reconhece o quanto foi importante ter tido chances de melhoria e encontrado quem se dispusesse a ajudá-la. “É necessário deixar claro que tive grandes oportunidades, conheci muitas pessoas que se tornaram grandes amigas e graças a isso eu me formei e consegui tudo o que tenho hoje. Tenho plena certeza que sou fruto da educação que me foi ofertada, diante de todas as dificuldades que me foram impostas”, diz.

A conclusão dos estudos, desde a graduação até o doutorado, afirma Mariana, só foi possível devido aos programas institucionais de bolsa estudantil aos quais ela teve acesso. “Graças a eles, pude concluir o meu curso, pois tive bolsa desde os primeiros três meses que entrei na Ufal até o fim da minha graduação”, diz ao informar que foi bolsista durante dois anos de um programa de extensão e dois anos e meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Com o dinheiro da bolsa, conta ela, “podia comprar os créditos de passagem estudantil para poder ir para a Ufal, tirar minhas cópias, também ajudar em casa e almoçar no RU [Restaurante Universitário], pois o meu curso era diurno. E assim como eu, muitos estudantes dependem deles para garantir a permanência no curso, devido às condições financeiras”.

Com toda formação educacional na rede pública, a recém-doutora destaca a relevância do ensino público e gratuito para a transformação de vida de pessoas que jamais poderiam pagar para ter acesso à educação superior. “A universidade pública é essencial na trajetória de qualquer pessoa que queira mudar de vida. Eu espero que ela nunca acabe, porque 90% de todas as oportunidades que eu tive na vida vieram através dela, assim eu espero que muito mais pessoas possam aproveitar tudo o que ela tem a oferecer”, defende.

Primeiro contato com a Ufal

Mariana conta que estudou o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho, em Bebedouro, e que não pensava em fazer faculdade até ter contato com o Pibic Júnior, programa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), que proporcionou a ela e a um grupo de colegas o contato com o ambiente universitário.

“No ano de 2006, tive meu primeiro contato com a Ufal. Meu professor de física, Adriano Aubert, inscreveu 11 alunos da escola para fazer a prova de seleção. Nenhum de nós sabia ao certo o que iria fazer, mas ele garantiu que teríamos contato com professores universitários e isso mudaria as nossas vidas. Ele estava certo”, relembra. “Dos 11 alunos, dez passaram na seleção e acho que, se não todos, uma grande parte fez ensino superior”, informa.

Ao passar na seleção, ela conta que assistiu a um mês de palestra, sempre aos sábados, com professores da Ufal e depois fez a escolha do projeto que participaria. “Não sabia muito bem o que me esperava, mas estava aberta a novas situações. Procurei a professora Magna Suzana, logo em seguida, pois ela era a coordenadora do projeto que tinha escolhido. Depois desse dia, tive a certeza que minha vida tinha mudado”, lembra.

Sobre a professora Magna Suzana, sua orientadora desde o primeiro contato com a Ufal, Mariana é só agradecimento: “Costumo dizer que ela mudou a minha vida. É um exemplo de profissional, batalhadora, e eu me inspirei nela e em todos os professores e alunos que tive a oportunidade de conhecer e conviver ao longo desses 13 anos e oito meses de estudo”.

Desse primeiro contato com o ambiente universitário, surgiu o interesse para cursar uma graduação e de aproveitar as demais oportunidades que apareceriam. “Esse contato com a Ufal representou a mudança da minha vida, a oportunidade de poder escolher o que eu queria ser, independente do tamanho do meu sonho”, revela.

Acesso aos programas e bolsas de auxílio ao estudante

A recém-doutora formada pela Ufal começou o curso de Farmácia no ano de 2008. Mas, antes de ser aprovada, também estudou no curso Conexões de Saberes, iniciativa promovida pela Pró-reitoria de Extensão (Proex) da Ufal e que prepara alunos de escolas públicas para ingressar no ensino superior.

“Fiz vestibular no ano de 2006, quando terminei meu ensino médio, mas não passei. Então uma grande amiga minha, Thays de Lima, começou a me dar aulas de biologia e química junto com o marido dela e descobriu o cursinho. Eu me inscrevi, passei e estudei por um ano no Conexões”, diz.

Na época, lembra Mariana, um polo do programa funcionava na ONG Mulungu, no bairro do Bom Parto. “Só que eu não tinha dinheiro nem para a passagem, foi aí que comecei a receber ajuda de custo do laboratório da Ufal [de Farmacologia e Imunidade, no ICBS], para continuar estudando e foi no vestibular de 2007 que passei no curso de Farmácia”, conta. “Graças às aulas ministradas no Conexões, consegui superar muitas dificuldades basais de conhecimento, pois na época que fiz ensino médio teve greve e

também faltavam alguns professores. O que dificultou muito o meu aprendizado”, afirma.

Mariana ingressou na Ufal por meio da política pública de cotas para a população negra oriunda exclusiva e integralmente de escolas de ensino públicas. Ela foi aprovada em primeiro lugar. “Para mim, a política de cotas foi extremamente importante, por saber que eu teria uma oportunidade de entrar, tendo em vista que o ensino básico público ainda carece de qualidade e existe muito preconceito racial encrustado na sociedade”, defende. “Ao ser aprovada, descobri que eu poderia ser o que eu quisesse porque a educação tinha mudado a minha vida”, complementa.

Ela argumenta que, “independente de sexo, religião, política e condições financeiras, lá dentro [na universidade] todo mundo é igual e vai ser avaliado pelo potencial de conhecimento, nada além disso. Todas as diferenças ficam à parte porque todo mundo que estuda lá passou por uma seleção e está no mesmo ambiente com as mesmas condições de ensino”, enfatiza.

O interesse pela continuidade dos estudos acadêmicos, diz ela, surgiu ainda durante a graduação. “Vi quase todos os meus amigos de laboratório fazendo mestrado e doutorado e eu queria aquilo para mim também. Eu me apaixonei pela pesquisa desde os 16 anos, quando ingressei no Pibic Jr”, conta.

Assim que terminou o curso de farmácia, emendou num mestrado: “Fiz seleção antes de me formar e, assim que concluí, com uma semana depois da colação, fiz a matrícula. O mesmo aconteceu no doutorado”, recorda. “Fui bolsista **Capex [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]**, tanto no mestrado como no doutorado, pois fiquei em 1º lugar na seleção de mestrado e 2º na de doutorado”, destaca.

Atualmente, a mulher negra que nem pensava em fazer faculdade, leciona conhecimento e também motivação em uma faculdade particular de Maceió. Mariana ainda frequenta o Laboratório de Farmacologia e Imunidade do ICBS da Ufal, pois desenvolve alguns projetos com a professora Magna Suzana. “O Lafi é minha segunda casa”, afirma. Para o futuro, continuar sonhando: “Meu objetivo é fazer concurso para docente na Ufal. Já fiz um e fiquei em 4º lugar, pretendo continuar tentando até conseguir”.

topo 

PORTAL DO AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL

Pesquisa busca plantas resistentes ao carvão da cana-de-açúcar

Tese propõe estudo funcional de proteínas na relação carvão-cana

O carvão da cana-de-açúcar é uma doença de grande importância para o agronegócio, uma vez que afeta a produtividade do açúcar, do etanol e outros subprodutos. O principal sintoma é a formação de uma estrutura em forma de chicote causada pelo fungo *Sporisorium scitamineum*, que coloniza exclusivamente plantas de cana-de-açúcar. Um trabalho realizado no Programa de Pós-graduação em Genética e Melhoramento de Plantas, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), vem estudando a funcionalidade de proteínas na interação entre a cana e o carvão.

De autoria de Natália de Sousa Teixeira e Silva, com orientação da professora Claudia Barros Monteiro Vitorello, a tese estuda as estratégias de ataque do agente causador da

doença e de defesa da planta. “Os patógenos liberam moléculas conhecidas como efetores no tecido vegetal para alterar o metabolismo do hospedeiro e permitir a sua colonização. A resistência das plantas está associada ao reconhecimento dessas moléculas e indução do sistema de defesa e controle da doença”.

O trabalho teve como finalidade o estudo de proteínas candidatas a efetores na interação entre o carvão e a planta da cana. “Os resultados gerados servirão de subsídio para estudos futuros sobre a agressividade dos diferentes isolados causadores da doença, bem como para auxiliar a tomada de decisão em programas de melhoramento genético que visem a obtenção de variedades resistentes ao carvão. Ainda, o conhecimento da função destas moléculas efetoras no metabolismo vegetal demonstra grande potencial biotecnológico”, concluiu Natália.

A pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

TCU breca 1º leilão de rodovias de Bolsonaro

A primeira concessão de rodovia desenhada pelo governo Bolsonaro vai ter de ficar na prateleira por mais tempo. O edital de concessão da BR-364 e BR-365, trecho de 437 km de rodovias que cortam Minas Gerais e Goiás, tinha previsão de ser publicado até o fim deste mês. O Tribunal de Contas da União (TCU), no entanto, determinou que a proposta terá de ser alvo de nova audiência pública, por conter uma série de “inconsistências” e falta de informações.

A decisão foi tomada pelo ministro do TCU Bruno Dantas, após analisar um parecer do procurador do Ministério de Contas junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira. Mesmo após colher informações com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Dantas concluiu que “remanescem significativas controvérsias em relação aos apontamentos e encaminhamentos” dados sobre o edital.

Na lista de problemas destacados pelo MP e TCU estão insuficiência de transparência, inconsistências no cronograma de investimentos e alteração do trecho que será concedido, entre outros.

A decisão joga água no plano do governo de licitar a rodovia entre abril e junho deste ano. A estrada que liga Goiás ao Triângulo Mineiro sai de Jataí e chega até Uberlândia. A concessão prevê investimentos de R\$ 2 bilhões e custos operacionais com conservação, operação e monitoramento de mais R\$ 2,7 bilhões, o que totaliza R\$ 4,7 bilhões a serem aplicados no prazo de 30 anos de contrato. Atualmente, 80 quilômetros da pista estão duplicados. Estão previstas sete praças de pedágio para o trecho.

Procurado pela reportagem, Dantas não comentou o assunto. O ministro havia pautado a votação do edital pelo plenário da Corte de contas para hoje, mas retirou o processo da votação atendendo a pleito do MP de Contas. A data para a audiência ainda não foi marcada.

O leilão da BR-364 é uma ambição antiga e já esteve nos pacotes de concessão da ex-presidente Dilma Rousseff há mais de quatro anos. Nada aconteceu. Depois, foi a vez de

Michel Temer anunciar, em 2016, que a estrada seria a sua primeira concessão rodoviária, sob novas regras. Novamente, ficou na promessa. Agora, na carteira de projetos de Bolsonaro, o projeto volta a ser alvo de atraso.

A lista de concessões rodoviárias de Bolsonaro é formada por mais sete trechos, além da BR-364. A concessão dessa estrada é a única que tem previsão de ocorrer no segundo trimestre deste ano. Todas as demais são aguardadas para acontecer entre o terceiro trimestre de 2019 e início de 2020.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Deputados evangélicos cancelam reunião com ministro da Educação Parlamentares alegaram que mudança de horário inviabilizou encontro, que, para bancada, simbolizaria apoio a Véléz Rodríguez

Deputados da bancada evangélica cancelaram a reunião que teriam no início da tarde desta quarta-feira, 20, com o ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez. Segundo um parlamentar, o ministro teria remarcado o encontro para as 16h30, o que iria coincidir com o horário da sessão plenária da Câmara. “Articulamos para não acontecer. A bancada cancelou por choque de horário com Congresso”, afirmou.

Os deputados ameaçavam boicotar o convite do ministro para a reunião que ocorreria hoje no seu gabinete, em Brasília. A ausência foi tratada em conversas em grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica. A preocupação deles era de que a presença no encontro fosse interpretada como apoio à permanência de Véléz no cargo, e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

Em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos cotados para substituir Véléz. O ministro está na berlinda desde que virou alvo do grupo ligado ao escritor Olavo de Carvalho e se envolveu em polêmicas, como determinar que as escolas gravem os alunos cantando o Hino Nacional e enviem vídeos ao Ministério da Educação (MEC). Após a repercussão do caso, o ministro recuou. Ainda nesta quarta-feira, Véléz terá audiência com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada.

O presidente interino da Frente Parlamentar Evangélica, deputado federal Lincoln Portela (PR-MG), disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião com o ministro. O objetivo, segundo ele, era levar a frente para abrir diálogo com Véléz.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Quem são os membros da comissão que vai fiscalizar o conteúdo do Enem
Comitê com três homens foi nomeado pelo ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez; segundo o Inep, que organiza a prova, o objetivo do grupo será verificar sua pertinência com a realidade social.

Nesta quarta-feira, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) anunciou a criação de uma comissão que vai fiscalizar o conteúdo das questões do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem.

De acordo com o Inep, o objetivo da comissão será "analisar as questões para verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do

exame."

A comissão vem na esteira das muitas críticas que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e membros do governo vêm fazendo ao exame. Os bolsonaristas acusam a prova de fazer proselitismo ideológico à esquerda e incentivar discussões sobre gênero e sexualidade - o que, para eles, são conteúdos impróprios para serem tratados nas escolas.

Em novembro do ano passado, dias depois de ser eleito, Bolsonaro usou as redes sociais para criticar uma questão do exame que mostrava termos usados pela comunidade LGBT. O item questionava quais são as características técnicas para que uma linguagem seja considerada um dialeto.

"Este tema da linguagem particular daquelas pessoas, o que temos a ver com isso, meu Deus do céu? Quando a gente vai ver a tradução daquelas palavras, um absurdo. Vai obrigar a molecada a se interessar por isso agora para o Enem do ano que vem?"

Depois, o presidente acrescentou: "No Enem não vai ter pergunta como essa no ano que vem. Vão ter questões que interessam ao futuro da nossa nação. Isso [a pergunta] estimula a briga de quem pensa diferente. Escola não é lugar para aprender a fazer sexo."

Ao ser nomeado, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que Bolsonaro era "o dono do Enem" e que ele teria acesso às questões da prova.

A comissão terá três membros: Marco Antônio Barroso Faria, secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador do Ministério Público de Santa Catarina.

Os dois primeiros membros do comitê já faziam parte dos quadros do MEC - um deles, Barroso Faria, foi nomeado por Vélez em janeiro. Já o procurador Gilberto Callado de Oliveira foi apontado pelo Inep como "um representante da sociedade civil" dentro da comissão.

Historicamente, o conteúdo do exame é selecionado a partir de um banco de questões formuladas por técnicos do Inep. Segundo o órgão, apenas pessoas autorizadas têm acesso à prova. Para analisar o conteúdo, os membros da nova comissão terão de assinar um termo de compromisso de confidencialidade e sigilo.

Além de medir o conhecimento dos alunos do Ensino Médio, o Enem é usado para selecionar estudantes da maior parte das universidades federais.

Mas quem são os membros dessa comissão que vai avaliar se existe conteúdo ideológico na prova?

Gilberto Callado de Oliveira

Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de Navarra, na Espanha, o procurador Gilberto Callado de Oliveira foi nomeado como "representante da sociedade civil" no órgão que vai fiscalizar "conteúdo ideológico" do Enem.

Questionado pela BBC News Brasil, o Inep não comentou quais foram os critérios para

a escolha do procurador.

Em artigos, livros e entrevistas, Callado de Oliveira tem posições próximas da direita do espectro político.

Ele é contra a descriminalização do aborto e das drogas, além de se mostrar bastante crítico ao chamado garantismo penal - visão jurídica que enfatiza a importância dos direitos fundamentais durante uma investigação ou processo.

"Na Lei de Execuções Penais os sentenciados têm muito mais direitos que deveres", disse em entrevista ao site Catolicismo, em 2007. "Os motivos são vários [para o garantismo virar uma corrente no Judiciário], mas destaco a contaminação ideológica nas universidades, que vêm formando juristas e políticos com mentalidade cada vez mais liberal e esquerdizante."

Recentemente, ele voltou ao tema em seu perfil no Twitter: "Vivemos um gravíssimo período de confusão e insegurança jurídica do sistema penal. A hermenêutica garantista dos magistrados vai esboroando toda a estrutura de defesa da ordem penal ou o que resta dela, em benefício de um catálogo extenso de direitos fundamentais dos réus."

O procurador também é próximo do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, entidade conservadora cristã que sucedeu a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Criada em 1960 pelo ex-deputado federal e advogado Plínio Corrêa de Oliveira, a TFP ficou conhecida por apoiar o regime militar, combater o comunismo e, nos anos 1990, posicionar-se contra o divórcio e favor da monarquia.

Em uma palestra no instituto em 2013, o procurador Callado de Oliveira comparou a descriminalização do aborto ao "infanticídio", dizendo que o procedimento ficaria sem punição caso o Código Penal fosse reformado.

O procurador chegou a dedicar seu livro *A Verdadeira Face do Direito Alternativo* (Ed. Juruá) ao fundador da TFP. "Ao saudoso professor Plínio Corrêa de Oliveira, representante maior da inteligência contrarrevolucionária", escreveu.

Segundo seu perfil na plataforma Lattes, Callado de Oliveira atualmente é professor da Universidade do Vale do Itajaí e da Universidade Cândido Mendes, além de atuar na Escola de Aperfeiçoamento do Ministério Público.

Antonio Maurício Castanheira das Neves

Doutor em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antonio Maurício Castanheira das Neves tem perfil mais voltado à educação em comparação com seu novo colega da comissão do Enem, o procurador Callado de Oliveira.

Neves atua no setor de avaliação de cursos superiores do Inep desde 2006, quando o MEC era chefiado pelo petista Fernando Haddad.

Bastante discreto nas redes sociais, Neves não costuma publicar posicionamentos sobre política ou costumes em seus perfis.

Além de trabalhar no MEC, ele já atuou como professor e coordenador de cursos superiores em diversas universidades, como a Universidade Católica de Petrópolis e o Centro Universitário Augusto Motta, no Rio de Janeiro.

Uma de suas pesquisas acadêmicas versa sobre a "cultura escolar, currículos e construção de identidades". O trabalho é descrito assim em seu perfil na plataforma Lattes:

"A pesquisa visa a compreender como questões de identidade e diferença são tratadas nas normas, nas práticas e nos saberes ensinados em uma escola de Ensino Fundamental. Pretende também verificar de que forma as ideias pedagógicas norteadoras das decisões referentes a esses elementos curriculares podem, paradoxalmente, estar sugerindo valores e condutas que venham a diferenciar, confinar, desqualificar os alunos para a participação na sociedade."

Marco Antônio Barroso Faria

O terceiro nomeado para a comissão que analisará as questões do Enem também é doutor em filosofia, como seus colegas Castanheira e Callado de Oliveira.

Barroso Faria foi nomeado para o cargo de secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC em janeiro deste ano. Foi nomeado em uma leva de dez indicados pelo ministro Vézé ao assumir a cadeira.

Os dois são bastante próximos, pois Vézé foi o orientador de Barroso Faria em seu doutorado em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Desde 2011, Barroso Faria trabalha como professor e pesquisador na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) nas áreas de Filosofia e História das Ciências, Ética e Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação.

Em fevereiro, em um evento em uma entidade de ensino superior particular, ele ressaltou o pilar ideológico sobre o qual as ações do MEC vão se apoiar na área. "Estamos em um governo liberal-conservador, portanto, para nós, o ensino privado é algo natural e necessário. As instituições particulares de educação superior chegam, muitas vezes, onde o Estado não chega. Então, fiquem tranquilos que a visão não é de rivalidade, mas de parceria."

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão do Enem vai identificar questões com teor ofensivo a tradições Grupo de três pessoas que avaliará a prova disse que o objetivo é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais"

Nota técnica que explica a criação de uma comissão de três pessoas para analisar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diz que o objetivo é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais".

A nota é assinada pelo responsável pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC (Inep), Paulo Cesar Teixeira. Esse é o único parágrafo que menciona critérios que serão usados pela comissão.

Em outro momento do texto, é explicado que "avaliadores externos" devem atuar para que "a análise não perpassasse aspectos formais e pedagógicos, mas temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame". O trabalho da comissão é chamado pela nota de "leitura transversal".

A criação do grupo foi noticiada hoje com exclusividade pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O grupo inclui um ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

A comissão tem dez dias para dar um parecer e dizer quais questões ficam e quais serão retiradas do maior vestibular do País. O MEC nega que se trate de censura. Segundo a portaria publicada hoje, será feita uma "leitura transversal", que "é uma etapa técnica de revisão de itens". São milhares de itens, como são chamadas as questões, no banco do Inep. E todas elas serão analisadas pelo grupo.

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno de Vélez, que é assessor no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, também indicado por Vélez.

Callado de Oliveira, em entrevista dada a uma revista da Igreja Católica, afirmou que há uma ação ideológica na comunidade do pensamento jurídico brasileiro. "Os motivos são vários, mas destaco a contaminação ideológica nas universidades, que vêm formando juristas e políticos com mentalidade cada vez mais liberal e esquerdizante", afirmou.

O DIA - RJ - BRASIL

Criação de comissão para revisar Enem preocupa especialistas

Eles dizem que a interferência de pessoas de fora da área possa colocar em risco a excelência da avaliação e sua segurança

Rio - A criação de uma comissão, nomeada nesta quarta-feira pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) preocupa especialistas em avaliação. Eles dizem que a interferência de pessoas de fora da área possa colocar em risco a excelência da avaliação e sua segurança.

A comissão é composta por três pessoas. Um deles é ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

Cipriano Luckesi, doutor em avaliação do aprendizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz que a construção do banco de itens é complexa e levou muitos anos para se consolidar na elaboração do Enem. Ele teme que a interferência possa comprometer a qualidade das questões. "É um problema técnico. Os itens são formados por uma bancada de especialistas de cada uma das áreas. Pessoas sem intimidade com essas áreas têm conhecimento restrito para avaliar a qualidade e a pertinência das questões", avalia.

Luckesi diz ter ainda uma preocupação com a subjetividade da avaliação do que a comissão pode considerar "pertinente com a realidade social". "Há anos, o Enem tem questões que abordam a igualdade de gênero e o combate à discriminação, como muitos outros países já fazem em suas provas de ingresso à universidade. Será que essas questões serão retiradas?", questiona.

Para Ocimar Olavarse, especialista em avaliação educacional pela Universidade de São Paulo (USP), a criação da comissão fere o protocolo de elaboração do Enem, que vem sendo aperfeiçoado desde a sua criação em 1998, e coloca em risco a qualidade e segurança da prova.

"Há todo um protocolo para a elaboração de um item, a testagem antes de ser incluído na prova. Desde o início da elaboração há um procedimento para garantir o sigilo. Os resultados do Enem são usados para a distribuição de bens públicos, que são as vagas em universidades públicas, e isso precisa ser feito com a maior lisura possível", diz.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Estudantes e professores protestam por pagamento

Estudantes, docentes e técnicos da Universidade Estadual de Goiás (UEG) realizaram, na tarde ontem, um protesto em vários municípios do Estado pedindo melhorias e o pagamento dos salários atrasados na instituição. Em Goiânia, a manifestação se concentrou no Centro.

Carregando faixas com os dizeres "salário de dezembro já!" e "A UEG parou", os manifestantes reivindicam o pagamento do salário em atraso e também das bolsas estudantis. Também houve manifestações em Itumbiara e Uruaçu.

Uma assembleia ocorrida no último sábado (16) reuniu estudantes e servidores da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás (Esefego) da UEG e votou pela greve por tempo indeterminado. Além do pagamento dos salários e das bolsas, a classe exige a ampliação de vagas para docentes do quadro efetivo e reformas na estrutura dos câmpus.

Na última semana, unidades do interior como Uruaçu, Itapuranga e Itumbiara também haviam decidido aderir à paralisação. Entretanto, na capital, profissionais da unidade no Parque das Laranjeiras não haviam aderido à greve.

Em nota, a Universidade Estadual de Goiás afirmou na última sexta-feira que "até o presente momento, a reitoria não recebeu nenhum tipo de notificação oficial sobre paralisações e/ou indicativos de greves", contudo, "recebeu oficialmente um documento no qual constam sete reivindicações do grupo UEG em Movimento".

A universidade garantiu que as respostas às demandas estão sendo preparadas e uma reunião será agendada.

A reportagem não conseguiu contato com o Grupo UEG em Movimento. (Da Redação)

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje

São Paulo, março de 2019.

Em 2016 a **Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, elaborou o relatório *Research in Brazil*, onde o Brasil aparece em 13º lugar no ranking dos países com maior número de publicações científicas globalmente, à frente dos demais países da América Latina, porém em desvantagem com relação a alguns países em desenvolvimento.

China e Índia, por exemplo, têm produzido muito, mas o estudo indicou também um aumento interessante no número de pesquisas no Brasil, 15% no período de 2010 a 2016. O relatório indica o Estados Unidos sendo líder no número de publicações, porém nos últimos anos, segundo dados da editora japonesa Nikkei em parceria com a publicação científica Elsevier, a China liderou o número de publicações científicas em 23 dos 30 campos pesquisados.

É fato, no entanto, a qualidade da pesquisa elaborada no Brasil. Ela possui um nível interessante de menções em pesquisas em outros países. Uma dessas pesquisas é a do Professor Dr. Ataulpa Braga da USP, sobre as Reações de Acoplamento Cruzado na Reação de Suzuki-Miyaura explicada no capítulo “Construindo a Ciência” da websérie. Também é realidade a ida de alguns dos “cérebros” brasileiros para o exterior buscando melhores condições para suas pesquisas.

Visando prestigiar os pesquisadores que continuam no Brasil desenvolvendo suas pesquisas apesar das adversidades, a Versatus HPC lança hoje uma websérie de vídeos onde alguns de seus clientes contam sobre mais sobre o trabalho que desenvolvem.

A empresa, especializada em soluções tecnológicas para computação de alto desempenho, há mais de 10 anos vem fornecendo supercomputadores, softwares e serviços para Universidades em todo Brasil. Durante este tempo, além de parceira comercial, passou a ser admiradora do trabalho de pesquisa de seus clientes.

“Em algumas ocasiões, sentíamos que as pessoas em geral não tinham conhecimento do que estava sendo realizado em termos de pesquisa científica no Brasil, e existe muita coisa interessante.”, declara Denis Anjos, sócio da Versatus.

Acrescenta: “Sabemos dos muitos desafios que os pesquisadores e cientistas brasileiros enfrentam diariamente. Barreiras quanto a submissões, financiamentos, verbas, prazos e até mesmo a falta de valorização de suas pesquisas. Ao caminhar lado a lado com eles ficamos cada vez mais fascinados por esse universo e achamos que seria interessante que mais gente tivesse conhecimento do que está sendo desenvolvido no Brasil.”

Com esta motivação a empresa, que também possui sócios e colaboradores que vieram do meio acadêmico, realizou essa série de vídeos para disponibilizá-la via Internet. No lançamento será divulgado o vídeo “Flores que Brilham no Escuro”, onde o Prof. Dr. Erick Leite Bastos, do Instituto de Química da USP, conta sobre seu trabalho de pesquisa, que utiliza a natureza como fonte de inspiração para criar moléculas com propriedades especiais. Nele o pesquisador desvenda como pigmentos de plantas e cogumelos podem ser utilizados para as mais diversas aplicações.

A cada semana será divulgado um novo vídeo no canal do YouTube e no link:

Veja o Trailer no YouTube: <https://youtu.be/0q38kn35KTY>

Website: <http://www.hpcspotlight.com.br>

topo ↕

GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL

Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje
Série HPC Spotlight nasceu da vontade que o público em geral soubesse mais sobre
a atividade científica de pesquisadores que utilizam modelagem computacional
São Paulo, março de 2019.

Em 2016 a Capes, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, elaborou o relatório Research in Brazil, onde o Brasil aparece em 13º lugar no ranking dos países com maior número de publicações científicas globalmente, à frente dos demais países da América Latina, porém em desvantagem com relação a alguns países em desenvolvimento.

China e Índia, por exemplo, têm produzido muito, mas o estudo indicou também um aumento interessante no número de pesquisas no Brasil, 15% no período de 2010 a 2016. O relatório indica o Estados Unidos sendo líder no número de publicações, porém nos últimos anos, segundo dados da editora japonesa Nikkei em parceria com a publicação científica Elsevier, a China liderou o número de publicações científicas em 23 dos 30 campos pesquisados.

É fato, no entanto, a qualidade da pesquisa elaborada no Brasil. Ela possui um nível interessante de menções em pesquisas em outros países. Uma dessas pesquisas é a do Professor Dr. Atualpa Braga da USP, sobre as Reações de Acoplamento Cruzado na Reação de Suzuki-Miyaura explicada no capítulo “Construindo a Ciência” da websérie. Também é realidade a ida de alguns dos “cérebros” brasileiros para o exterior buscando melhores condições para suas pesquisas.

Visando prestigiar os pesquisadores que continuam no Brasil desenvolvendo suas pesquisas apesar das adversidades, a Versatus HPC lança hoje uma websérie de vídeos onde alguns de seus clientes contam sobre mais sobre o trabalho que desenvolvem.

A empresa, especializada em soluções tecnológicas para computação de alto desempenho, há mais de 10 anos vem fornecendo supercomputadores, softwares e serviços para Universidades em todo Brasil. Durante este tempo, além de parceira comercial, passou a ser admiradora do trabalho de pesquisa de seus clientes.

“Em algumas ocasiões, sentíamos que as pessoas em geral não tinham conhecimento do que estava sendo realizado em termos de pesquisa científica no Brasil, e existe muita coisa interessante.”, declara Denis Anjos, sócio da Versatus.

Acrescenta: “Sabemos dos muitos desafios que os pesquisadores e cientistas brasileiros enfrentam diariamente. Barreiras quanto a submissões, financiamentos, verbas, prazos e até mesmo a falta de valorização de suas pesquisas. Ao caminhar lado a lado com eles ficamos cada vez mais fascinados por esse universo e achamos que seria interessante

que mais gente tivesse conhecimento do que está sendo desenvolvido no Brasil.”

Com esta motivação a empresa, que também possui sócios e colaboradores que vieram do meio acadêmico, realizou essa série de vídeos para disponibilizá-la via Internet. No lançamento será divulgado o vídeo “Flores que Brilham no Escuro”, onde o Prof. Dr. Erick Leite Bastos, do Instituto de Química da USP, conta sobre seu trabalho de pesquisa, que utiliza a natureza como fonte de inspiração para criar moléculas com propriedades especiais. Nele o pesquisador desvenda como pigmentos de plantas e cogumelos podem ser utilizados para as mais diversas aplicações.

A cada semana será divulgado um novo vídeo no canal do YouTube e no link: www.hpcspotlight.com.br

Veja o Trailer no YouTube: <https://youtu.be/0q38kn35KTY>

Website: <http://www.hpcspotlight.com.br>

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje
São Paulo, março de 2019.

Em 2016 a **Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, elaborou o relatório *Research in Brazil*, onde o Brasil aparece em 13º lugar no ranking dos países com maior número de publicações científicas globalmente, à frente dos demais países da América Latina, porém em desvantagem com relação a alguns países em desenvolvimento.

China e Índia, por exemplo, têm produzido muito, mas o estudo indicou também um aumento interessante no número de pesquisas no Brasil, 15% no período de 2010 a 2016. O relatório indica o Estados Unidos sendo líder no número de publicações, porém nos últimos anos, segundo dados da editora japonesa Nikkei em parceria com a publicação científica Elsevier, a China liderou o número de publicações científicas em 23 dos 30 campos pesquisados.

É fato, no entanto, a qualidade da pesquisa elaborada no Brasil. Ela possui um nível interessante de menções em pesquisas em outros países. Uma dessas pesquisas é a do Professor Dr. Ataulpa Braga da USP, sobre as Reações de Acoplamento Cruzado na Reação de Suzuki-Miyaura explicada no capítulo “Construindo a Ciência” da websérie. Também é realidade a ida de alguns dos “cérebros” brasileiros para o exterior buscando melhores condições para suas pesquisas.

Visando prestigiar os pesquisadores que continuam no Brasil desenvolvendo suas pesquisas apesar das adversidades, a Versatus HPC lança hoje uma websérie de vídeos onde alguns de seus clientes contam sobre mais sobre o trabalho que desenvolvem.

A empresa, especializada em soluções tecnológicas para computação de alto desempenho, há mais de 10 anos vem fornecendo supercomputadores, softwares e serviços para Universidades em todo Brasil. Durante este tempo, além de parceira comercial, passou a ser admiradora do trabalho de pesquisa de seus clientes.

“Em algumas ocasiões, sentíamos que as pessoas em geral não tinham conhecimento do que estava sendo realizado em termos de pesquisa científica no Brasil, e existe muita coisa interessante.”, declara Denis Anjos, sócio da Versatus.

Acrescenta: “Sabemos dos muitos desafios que os pesquisadores e cientistas brasileiros enfrentam diariamente. Barreiras quanto a submissões, financiamentos, verbas, prazos e até mesmo a falta de valorização de suas pesquisas. Ao caminhar lado a lado com eles ficamos cada vez mais fascinados por esse universo e achamos que seria interessante que mais gente tivesse conhecimento do que está sendo desenvolvido no Brasil.”

Com esta motivação a empresa, que também possui sócios e colaboradores que vieram do meio acadêmico, realizou essa série de vídeos para disponibilizá-la via Internet. No lançamento será divulgado o vídeo “Flores que Brilham no Escuro”, onde o Prof. Dr. Erick Leite Bastos, do Instituto de Química da USP, conta sobre seu trabalho de pesquisa, que utiliza a natureza como fonte de inspiração para criar moléculas com propriedades especiais. Nele o pesquisador desvenda como pigmentos de plantas e cogumelos podem ser utilizados para as mais diversas aplicações.

A cada semana será divulgado um novo vídeo no canal do YouTube e no link: www.hpcspotlight.com.br

Veja o Trailer no YouTube: <https://youtu.be/0q38kn35KTY>

Website: <http://www.hpcspotlight.com.br>

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Websérie de vídeos sobre pesquisas de cientistas brasileiros é lançada hoje

São Paulo, março de 2019.

Em 2016 a **Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, elaborou o relatório Research in Brazil, onde o Brasil aparece em 13º lugar no ranking dos países com maior número de publicações científicas globalmente, à frente dos demais países da América Latina, porém em desvantagem com relação a alguns países em desenvolvimento.

China e Índia, por exemplo, têm produzido muito, mas o estudo indicou também um aumento interessante no número de pesquisas no Brasil, 15% no período de 2010 a 2016. O relatório indica o Estados Unidos sendo líder no número de publicações, porém nos últimos anos, segundo dados da editora japonesa Nikkei em parceria com a publicação científica Elsevier, a China liderou o número de publicações científicas em 23 dos 30 campos pesquisados.

É fato, no entanto, a qualidade da pesquisa elaborada no Brasil. Ela possui um nível interessante de menções em pesquisas em outros países. Uma dessas pesquisas é a do Professor Dr. Atualpa Braga da USP, sobre as Reações de Acoplamento Cruzado na Reação de Suzuki-Miyaura explicada no capítulo "Construindo a Ciência" da websérie. Também é realidade a ida de alguns dos "cérebros" brasileiros para o exterior buscando melhores condições para suas pesquisas.

Visando prestigiar os pesquisadores que continuam no Brasil desenvolvendo suas

pesquisas apesar das adversidades, a Versatus HPC lança hoje uma websérie de vídeos onde alguns de seus clientes contam sobre mais sobre o trabalho que desenvolvem.

A empresa, especializada em soluções tecnológicas para computação de alto desempenho, há mais de 10 anos vem fornecendo supercomputadores, softwares e serviços para Universidades em todo Brasil. Durante este tempo, além de parceira comercial, passou a ser admiradora do trabalho de pesquisa de seus clientes.

"Em algumas ocasiões, sentíamos que as pessoas em geral não tinham conhecimento do que estava sendo realizado em termos de pesquisa científica no Brasil, e existe muita coisa interessante.", declara Denis Anjos, sócio da Versatus.

Acrescenta: "Sabemos dos muitos desafios que os pesquisadores e cientistas brasileiros enfrentam diariamente. Barreiras quanto a submissões, financiamentos, verbas, prazos e até mesmo a falta de valorização de suas pesquisas. Ao caminhar lado a lado com eles ficamos cada vez mais fascinados por esse universo e achamos que seria interessante que mais gente tivesse conhecimento do que está sendo desenvolvido no Brasil."

Com esta motivação a empresa, que também possui sócios e colaboradores que vieram do meio acadêmico, realizou essa série de vídeos para disponibilizá-la via Internet. No lançamento será divulgado o vídeo "Flores que Brilham no Escuro", onde o Prof. Dr. Erick Leite Bastos, do Instituto de Química da USP, conta sobre seu trabalho de pesquisa, que utiliza a natureza como fonte de inspiração para criar moléculas com propriedades especiais. Nele o pesquisador desvenda como pigmentos de plantas e cogumelos podem ser utilizados para as mais diversas aplicações.

A cada semana será divulgado um novo vídeo no canal do YouTube e no link: www.hpcspotlight.com.br

Veja o Trailer no YouTube: <https://youtu.be/0q38kn35KTY>

Website:

<http://www.hpcspotlight.com.br>

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Especialistas temem que revisão de itens do Enem comprometa qualidade e segurança da prova

Comissão vai avaliar as questões da prova para verificar sua pertinência com a realidade social

SÃO PAULO - A criação de uma comissão, nomeada nesta quarta-feira, 20, pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) preocupa especialistas em avaliação. Eles dizem que a interferência de pessoas de fora da área possa colocar em risco a excelência da avaliação e sua segurança.

A comissão é composta por três pessoas. Um deles é ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

MEC cria comissão para vigiar Enem

Enem será realizado neste ano nos dias 3 e 10 de novembro Foto: Werther Santana / Estadão

Cipriano Luckesi, doutor em avaliação do aprendizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz que a construção do banco de itens é complexa e levou muitos anos para se consolidar na elaboração do Enem. Ele teme que a interferência possa comprometer a qualidade das questões. "É um problema técnico. Os itens são formados por uma bancada de especialistas de cada uma das áreas. Pessoas sem intimidade com essas áreas têm conhecimento restrito para avaliar a qualidade e a pertinência das questões", diz.

Luckesi diz ter ainda uma preocupação com a subjetividade da avaliação do que a comissão pode considerar "pertinente com a realidade social". "Há anos, o Enem tem questões que abordam a igualdade de gênero e o combate à discriminação, como muitos outros países já fazem em suas provas de ingresso à universidade. Será que essas questões serão retirada?", questiona.

Para Ocimar Olavarse, especialista em avaliação educacional pela Universidade de São Paulo (USP), a criação da comissão fere o protocolo de elaboração do Enem, que vem sendo aperfeiçoado desde a sua criação em 1998, e coloca em risco a qualidade e segurança da prova. "Há todo um protocolo para a elaboração de um item, a testagem antes de ser incluído na prova. Desde o início da elaboração há um procedimento para garantir o sigilo. Os resultados do Enem são usados para a distribuição de bens públicos, que são as vagas em universidades públicas, e isso precisa ser feito com a maior lisura possível", diz.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Entenda o que é o método fônico, que o MEC privilegia em sua política de alfabetização

Metodologia que ensina a associar letras a seus sons ainda é amplamente adotada no Brasil e em outros países, mas críticos a consideram ultrapassada e defendem mistura de métodos

RIO — A Política Nacional de Alfabetização, um dos projetos que o governo Bolsonaro pretende apresentar em seus 100 primeiros dias, pretende erradicar o analfabetismo no Brasil apostando no método fônico (ou fonético) de alfabetização.

Nele, a alfabetização se dá através da associação entre um símbolo (a letra, ou grafema) e seu som (o fonema). A criança aprende a reconhecer o som de cada letra para, a partir daí, ser capaz de combiná-las de modo a formar sílabas e palavras.

O ensino se inicia pela forma e pelo som das vogais, seguidas pelas consoantes. Parte-se dos sons mais simples para os mais complexos.

Há registros formais do uso do método fônico desde 1719, na França. No Brasil, ele passou a ser amplamente usado em substituição ao método da soletração (ou alfabético), que vigorou até a década de 1980.

Hoje, a metodologia fônica rivaliza com as técnicas associadas ao construtivismo — em

que se parte de textos e experiências sobre as funções da linguagem rumo a palavras, letras e sons—, considerado mais moderno.

Educadores são praticamente unânimes em afirmar que não se deve eleger um único método de alfabetização e há divergências sobre o alcance da técnica fônica.

O principal defensor do método é Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC. Mestre em Educação e seguidor do escritor Olavo de Carvalho, ele já afirmou que o construtivismo foi um "erro" do sistema educacional brasileiro.

A concepção fônica do ensino da leitura é uma recomendação de governo em Portugal, França, Chile, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. O método é adotado como padrão em países como Cuba, Israel, Canadá, Bélgica e Alemanha.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Evangélicos discutem boicotar ministro da Educação Católicos e evangélicos vão fazer parceria para apoiar senador Izalci Lucas (PSDB)

Deputados da bancada evangélica ameaçam boicotar convite do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para reunião nesta quarta-feira, 19, em Brasília. A ausência foi tratada em conversas no grupo de WhatsApp da Frente Parlamentar Evangélica as quais o jornal O Estado de S. Paulo teve acesso. A preocupação é de que a presença dos deputados seja interpretada como apoio à permanência de Vélez no cargo e a bancada não quer referendar um nome que não indicou.

O Estado apurou que, em parceria com a bancada católica, os evangélicos vão promover um encontro para organizar apoio ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF), cotado para substituir Vélez.

Presidente interino da frente, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) disse que recebeu dos assessores legislativos da pasta Orley Silva e Paulo Roberto Galindo o convite para a reunião. O objetivo, segundo ele, seria abrir diálogo com o ministro.

Nesta terça-feira, 18, assessores de Vélez ligavam para os deputados para confirmar o encontro, enquanto o vice-líder do governo no Congresso, Marco Feliciano (Podemos-SP), se dedicava a convencer os colegas a recusar o convite. "O MEC está abandonado e o ministro não vai usar bancada para escudo", disse

Na semana passada, Vélez esteve no Planalto quatro vezes, o que gerou especulações de que seria substituído. Anteontem, o ministro voltou ao palácio para reunião na Casa Civil, para tratar do nome do secretário executivo da pasta. Ele tentou emplacar a educadora Iolene Lima na vaga, que foi vetada pelo governo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Inep cria comissão para decidir itens que farão parte do Enem 2019

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), criou hoje (20) um grupo que será responsável por decidir as questões que entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A medida consta de portaria publicada no Diário Oficial da União.

O grupo é composto pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Eles serão responsáveis por recomendar a não utilização de itens na montagem do exame, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

“Os especialistas da comissão são nomes reconhecidos e que podem contribuir para a elaboração de uma prova com itens que contemplem, não apenas todos os aspectos técnicos formais, mas também ecoem as expectativas da sociedade em torno de uma educação para o desenvolvimento de um novo projeto de País”, diz, em nota, o presidente do Inep.

Os itens do Enem são elaborados por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Eles devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, são pré-testados em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o Banco Nacional de Itens, que fica disponível para aplicações futuras do Enem.

Segundo Rodrigues, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum será descartado. As questões dissonantes serão separadas para posterior adequação, testagem e utilização, se for o caso.

A segurança, segundo ele, também será garantida. Localizado na sede do Inep, em Brasília, o Ambiente Físico Integrado Seguro só pode ser acessado por pessoas autorizadas. O ambiente é completamente isolado, possui salas que só podem ser acessadas pelo uso de digitais e computadores sem acesso à internet. Todo o processo de captação, elaboração e revisão de itens para compor o Enem e outros exames do instituto ocorre nesse espaço.

Segundo a autarquia, pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Datas do Enem

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio.

Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Criação de comissão para revisar Enem preocupa especialistas

criação de uma comissão, nomeada nesta quarta-feira, 20, pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliar as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) preocupa especialistas em avaliação. Eles dizem que a interferência de pessoas de fora da área possa colocar em risco a excelência da avaliação e sua segurança. A notícia da criação do colegiado foi antecipada pelo blog Renata Cafardo, do portal Estadão.

A comissão é composta por três pessoas. Um deles é ex-aluno do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e terá acesso ao ambiente de segurança máxima onde ficam as perguntas da prova para "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame", segundo o ministério.

Cipriano Luckesi, doutor em avaliação do aprendizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz que a construção do banco de itens é complexa e levou muitos anos para se consolidar na elaboração do Enem. Ele teme que a interferência possa comprometer a qualidade das questões. "É um problema técnico. Os itens são formados por uma bancada de especialistas de cada uma das áreas. Pessoas sem intimidade com essas áreas têm conhecimento restrito para avaliar a qualidade e a pertinência das questões", avalia.

Luckesi diz ter ainda uma preocupação com a subjetividade da avaliação do que a comissão pode considerar "pertinente com a realidade social". "Há anos, o Enem tem questões que abordam a igualdade de gênero e o combate à discriminação, como muitos outros países já fazem em suas provas de ingresso à universidade. Será que essas questões serão retiradas?", questiona.

Para Ocimar Olavarse, especialista em avaliação educacional pela Universidade de São Paulo (USP), a criação da comissão fere o protocolo de elaboração do Enem, que vem sendo aperfeiçoado desde a sua criação em 1998, e coloca em risco a qualidade e segurança da prova.

"Há todo um protocolo para a elaboração de um item, a testagem antes de ser incluído na prova. Desde o início da elaboração há um procedimento para garantir o sigilo. Os resultados do Enem são usados para a distribuição de bens públicos, que são as vagas em universidades públicas, e isso precisa ser feito com a maior lisura possível", diz.